



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 079.3.55.O

DATA: 18/04/17

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 13h55min

TÉRMINO: 18h51min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 79ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 18 de abril de 2017.

Presidência dos Srs.:

Rodrigo Maia, Presidente.

Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

Delegado Edson Moreira, Paulão, Luiza Erundina, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 13 HORAS E 55 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 137 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. GONZAGA PATRIOTA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

Durante a leitura da ata, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Delegado Edson Moreira, por 1 minuto.



O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dar como lido e solicitar que fosse divulgado pelos meios de comunicação desta Casa, inclusive pelo programa *A Voz do Brasil*, meu pronunciamento sobre a violência nos Estados brasileiros.

A violência continua em índices assustados nas cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa, São Luís, Fortaleza, Teresina, Cuiabá, Goiânia, Macapá, Manaus, Vitória, Curitiba e em cidades de Minas Gerais. E por aí vai.

Enquanto os crimes de homicídio se multiplicam, nada se vê de investimentos em segurança pública. Por isso, vimos aqui pedir mais investimentos principalmente para o Estado de Minas Gerais, que está uma catástrofe em matéria de homicídios, roubos e crimes violentos.

Vamos trabalhar em prol de resolver isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. Vamos divulgar o discurso de V.Exa. pelo programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quando venho a esta tribuna cobrar mais investimentos em segurança pública e leis mais rigorosas, que ponham fim à impunidade, especialmente para crimes contra a vida, estarei sempre motivado por números como os que irei mencionar para V.Exas.

No ano passado, o Brasil foi o país com o maior número de cidades entre as 50 mais violentas do mundo! Esses são números de uma lista da ONG mexicana



Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal. O nosso país possui 19 Municípios no *ranking*.

Natal, aquela beleza natural, ocupa a décima colocação e é a cidade brasileira mais violenta. Em 2016, lá foram cometidos 69,56 homicídios por 100 mil habitantes. Depois estão Belém e Aracaju.

Também estão na lista as cidades de Feira de Santana, em 15º lugar; Vitória da Conquista, em 16º; Campos dos Goytacazes, em 19º; Salvador, em 20º; Maceió, em 25º; Recife, em 28º; João Pessoa, em 29º; São Luís, em 33º; Fortaleza, em 35º; Teresina, em 38º; Cuiabá, em 39º; Goiânia, em 42º; Macapá, em 45º; Manaus, em 46º; Vitória, em 47º; Curitiba, em 49º.

Esses números reforçam o que tenho dito desde que cheguei a esta Casa: que os crimes só acontecem porque os bandidos têm certeza da impunidade. A própria ONG afirma que os níveis de violência na América Latina como um todo não surpreendem porque são reflexo justamente da impunidade.

Vejam bem, excelências: o estudo mostra que, no Brasil, a impunidade atinge 92% dos crimes de homicídios. É ou não é um dado assustador? É claro que, até que uma pessoa seja capaz de cometer um crime, vários outros fatores estão envolvidos, como a falta de investimento em educação. Mas isso é a base do processo. O problema já está instaurado e temos de resolvê-lo.

Como se trata de um *ranking* elaborado por ONG Internacional, cujo objetivo não é mostrar os índices estaduais, e, sim, as cidades mundialmente violentas, quero dizer aqui que tenho uma preocupação muito grande quando olho para os Estados brasileiros e vejo Minas Gerais, o meu Estado, também com um número crescente de violência.



Por isso, não me canso de dizer que precisamos rever o nosso Código Penal e o nosso Código Processual Penal. Temos de endurecer nossas leis para que consigamos reduzir essas lamentáveis estatísticas, até pormos um fim a elas. O País pede socorro! Não podemos permitir que o Brasil esteja em qualquer lista desse tipo!

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, por 1 minuto.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é impressionante o nível das arbitrariedades que são cometidas pelo Juiz Sergio Moro em relação ao ex-Presidente Lula. Agora o Juiz quer obrigar o ex-Presidente Lula a participar de 87 oitivas de testemunhas, de maneira absolutamente arbitrária e sem nenhum fundamento jurídico.

Nós já vimos a condução coercitiva de Lula feita de maneira ilegal. Já houve o vazamento de escutas de conversas dele com a Presidenta Dilma. Todo um processo é feito para tão somente condenar o ex-Presidente Lula, e isso inclusive está sendo denunciado na ONU neste momento pela defesa do ex-Presidente.

O que estamos vendo é que esse movimento está dando efeito contrário, porque exatamente hoje pesquisa do Instituto Vox Populi atesta o ex-Presidente como favorito para vencer, já em primeiro turno, as eleições de 2018.

Peço a divulgação do meu discurso pelo programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não podemos deixar de perceber o *tsunami* que abala todas as estruturas institucionais do País, especialmente dos Poderes Executivos, dos Poderes Legislativos, do nosso modelo político. As suas estruturas estão corroídas pela promiscuidade público-privada, pela corrupção. E isso exige de nós agentes públicos o empenho, muito difícil de ser efetivado, numa mudança radical do modo de fazer política e de financiá-la. É preciso enfrentar com coragem.

Para nós do PSOL o ideal é zerar tudo isso e fazer eleições gerais, inclusive para Presidente da República, com igualdade de condições na disputa, com campanhas austeras, franciscanas e claras. Se não isso, uma Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que considere como lidos dois pronunciamentos de minha lavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eles serão divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Câmara dos Deputados, artigo publicado na *Folha de S.Paulo* na sexta feira passada (14/04) que trata das relações promíscuas entre o poder econômico e o poder político expostas pela Operação Lava-Jato.



Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Câmara dos Deputados, artigo publicado hoje (18/04) no Blog do Noblat que trata das mudanças que ocorreram no Brasil desde o dia 17 de abril do ano passado, quando a Câmara dos Deputados recebeu a denúncia contra a Presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

Agradeço a atenção.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Estado de decomposição

Mercadoria, negócio e lucro são três dínamos da economia capitalista, hegemônica no mundo. No Brasil, eles também imperam nas relações políticas. O poder público continua monopolizado pelas oligarquias do capital. A lista do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, atesta tal situação.

O Estado moderno organiza normas de coletividade. É, em tese, o gestor do espaço público. O Estado democrático necessita de um mínimo de vínculo com o discurso de promotor do bem comum que o justifica.

A degradação nacional reside no fato de que o poder econômico colonizou a política e determinou seu modus operandi. Controlando o Estado, a força avassaladora da classe economicamente dominante está “desproclamando a República”.

Os que estão no poder, ou na perspectiva dele, colocam agentes públicos para operar negócios com as grandes corporações privadas. “Quem governa é o dinheiro”, denunciou o papa Francisco.

Esse fenômeno mundial é especialmente perverso no Brasil, onde quadrilhas políticas se estruturam e agem mascaradas de defensoras do interesse nacional.



A Lava Jato e todas as operações que, a despeito de excessos, buscam desmontar esquemas criminosos expõem a mesma estrutura funcional: corruptores e corruptos transformam o bem ou o serviço a ser oferecido à população em mercadoria, a partir de uma negociação que, mediante propina, dá lucro às partes, em prejuízo da maioria.

O voto-mercadoria, derivado do “bom negócio” das campanhas milionárias, faz mal à cidadania. Resulta em governos a soldo de grandes interesses privados, com suas licitações viciadas e obras superfaturadas. Em fiscais subornados, que nada fiscalizam. E em mandatos legislativos comprados, que produzem leis de acordo com o desejo de seus financiadores.

Essas práticas nefastas envolvem todo o condomínio do poder, com seus inquilinos de ontem e de agora.

O Estado brasileiro já induziu modelos de desenvolvimento a partir da disputa legítima de interesses contraditórios.

O respeito mínimo à dignidade do trabalhador e o direito à segurança alimentar, ao teto, à saúde e à educação, duras e parciais conquistas, vieram de um duplo movimento: dos “de baixo”, organizados e pressionando por suas demandas, e das elites políticas, sensíveis a essas reivindicações — ou constrangidas a acolhê-las.

Chegamos a uma situação de decomposição dos valores republicanos elementares: com a mercantilização da política, o povo é levado a se desestimular da participação política, a se tornar um consumidor passivo.

Um Estado assim privatizado, mesmo com tantas “faturas expostas”, empurra as pessoas à vida particular, ao alheamento em relação ao que é público. Assim atomizados, os indivíduos se consideram os principais culpados por seu próprio “fracasso”, como desemprego e carências de toda ordem.

Ações policiais e judiciais não transformam a sociedade: fazem um diagnóstico da podridão e atacam bactérias que aceleram a degeneração do corpo social. Só a cidadania ativa, politizada, viabilizará a superação do que hoje enoja.

Urge a mudança radical do modelo político falido, que jamais será reformado em profundidade pelos que dele se beneficiam, pelos que legislam em causa própria e estão afogados na lama de tantas denúncias.



Provocado a sintetizar seu fecundo trabalho, Mário de Andrade disse: “Minha obra toda badala assim: Brasileiros, chegou a hora de realizar o Brasil!”. Só eleições livres e limpas legitimarão os protagonistas da imprescindível refundação da República.

O que caiu em 17 de abril?

Além de Dilma, muita coisa começou a cair há um ano, no 17 de abril da sessão-espetáculo comandada pelo hoje presidiário Eduardo Cunha. Cair no domínio público, entenda-se, e não desaparecer da degenerada cena política nacional.

A hipocrisia, por exemplo. Muitos dos que bradaram “contra a corrupção” estão aí, investigados a partir das delações da Odebrecht — que é apenas uma entre tantas empreiteiras e outras corporações que compraram mandatos. Cassadores agora estão na condição de caça. Vários desses moralistas de ocasião, já à época, eram alvo de inquéritos no STF.

A pequena política, fundada na vingança, emoldurou a decisão do impeachment. Michel Temer entregou o jogo, em entrevista na noite de sábado passado: “Numa ocasião, Cunha foi me procurar dizendo: ‘olha, vou arquivar todos os pedidos de impeachment porque me prometeram os três votos do PT’. ‘Ah, que bom’, eu disse. No dia seguinte, vi que membros do PT tinham se insurgido. Ele me ligou: ‘tudo aquilo não vale!’. Se o PT tivesse votado com ele no Conselho de Ética, é muito provável que a presidente continuasse”. Temer devia ter denunciado essa barganha, mas foi usufrutuário dela...

A exacerbada polarização dos contra e a favor do impeachment favoreceu o recorrente maniqueísmo entre ‘bem’ e ‘mal’ absolutos, agora abalado para quem examina a conjuntura sem passionalismo. Os dois lados da disputa foram atingidos pelos relatos de suas relações “não republicanas” (para dizer o mínimo) com a Odebrecht, descritas em quase 24 horas de gravações acompanhadas de farta documentação. 70% das denúncias estão concentradas em cinco partidos: PT, PMDB, PSDB, PP, DEM e PSD. Fundamentalistas incorrigíveis dizem que o apontado no adversário é verdade, mas no seu correligionário é calúnia...



Um tsunami atingiu toda a estrutura de poder, evidenciando a promiscuidade corrosiva entre negócios privados e ações públicas, de licitações para grandes obras pelos Executivos a emendas parlamentares. Dos escombros da Ré Pública precisa nascer um novo país.

É urgente banir o fisiologismo, a apropriação privada da instância pública, as indicações partidárias para feudos políticos, como superintendências estaduais de órgãos de controle, as somas milionárias para campanhas, o capitalismo de compadrio, de laços, que vigora no Brasil.

Os investigados deviam se afastar de suas funções de mando, nos ministérios, na presidência das casas legislativas, nas relatorias de projetos. É o que aconteceria em qualquer República digna desse nome.

Analistas políticos acostumados a conviver com a (des)ordem estabelecida, ao reconhecer o apodrecimento do modelo e dos seus sustentáculos, dizem que não há alternativas. Desconhecem o movimento vivo da sociedade, que é sementeira de uma nova consciência, de lideranças, de uma energia cidadã que produz, desde já, ricas experiências em educação, moradia, produção de alimentos, controle social do setor público. Só os partidos com vocação de universalizar projetos específicos e antenados com essas forças novidadeiras sobreviverão.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, por 1 minuto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço registro de pronunciamento que faço sobre a ação das centrais sindicais e da Diretoria Executiva do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba — ADUFPB contrária à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.

Registro ainda documento da Câmara Municipal de São Carlos em repúdio à PEC 287, pedindo que votemos contra a proposta; e a Carta Aberta contra a Reforma da Previdência, do Município de Caraúbas, na Paraíba.

A Câmara Municipal de Soledade, na Paraíba, também se manifesta contrariamente, dizendo que os Parlamentares da Paraíba que votarem favoráveis à PEC terão uma resposta em 2018, quando não receberão votos.

Registro, por fim, a Carta do Cariri, com um abaixo-assinado, intitulada: *Levante do Cariri*.

Gostaria que tudo fosse dado como lido e peço que seja dada publicidade nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas vezes, ainda este ano, manifestei desta tribuna o meu apoio à sociedade brasileira, aos sindicatos e aos movimentos sociais de todo o Brasil, em greve. Hoje retorno aqui para prestar o meu apoio e solidariedade às centrais sindicais e à Diretoria Executiva do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba — ADUFPB, do Município de João



Pessoa, assim como à população pessoense que, inevitavelmente, sofrerá com as reformas enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional.

As centrais sindicais estão denunciando a abrupta reforma da Previdência, a explicação para as chamadas crises econômica e política e a reforma trabalhista, que prejudica os planos de cargos e salários, a assistência à saúde e as melhores condições de trabalho. Todas as denúncias mais do que justas!

A decisão pela mobilização, que vai até o dia 19 de abril, foi definida do dia 30 de março ao dia 2 de abril, em assembleia da categoria.

Com a paralisação, marcada para 28 de abril, setores importantes para a vida da cidade deixam de funcionar. Além destes servidores, entendemos que o sindicato deve ampliar o seu empenho, a partir das ações de greve, no sentido de continuar o fortalecimento, construindo a unidade entre as diferentes categorias, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, sindicatos, frentes e fóruns nos Municípios e Estados, para organizar uma greve geral, que será realizada no dia 28 de abril.

De acordo com o comando de greve, que representa a categoria, a crise pela qual passa os Estados e Municípios é a expressão avançada da política regressiva do Governo Federal, que privilegia os interesses do bloco político-social no poder, em detrimento dos interesses dos trabalhadores/as e do povo, a qual precisamos combater.

A luta por estabelecer a garantia dos direitos já conquistados tem sido árdua. Os trabalhadores/as e populares já fizeram paralisações pontuais desde o golpe de 2016, na tentativa de sensibilizar Estados e Municípios. De acordo com informações prestadas pelos grevistas, existe uma grande intransigência do Governo golpista e



usurpador de Michel Temer em atender o comando de greve para garantir os direitos já conquistados.

Desta forma, quero aqui me solidarizar com a luta das centrais sindicais, dos movimentos sociais, dos sindicatos da Paraíba e de toda a população brasileira e reafirmar o meu compromisso com a categoria.

Na oportunidade, quero fazer um apelo a toda a população para que se estabeleça, emergencialmente, uma frente mais ampla de reivindicação para que novas eleições diretas venham a ocorrer neste País, e a democracia venha a ressurgir novamente.

Fica, portanto, o meu apoio à luta dos servidores e o meu apelo à busca de um novo amanhã.

Finalmente, quero registrar a nota da Diretoria do ANDES-SN sobre a greve geral de 28 de abril, convocando todas as entidades sindicais para participarem da greve geral com o grito de greve: *A hora é agora! Unir e mobilizar para a greve geral em 28 de abril!*

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Carta Aberta contra a reforma da Previdência
(PEC 287/2016)

As autoridade e demais pessoas abaixo assinadas, reuniram-se no dia 18 de Março de 2017, na Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de Caraúbas-PB, manifestam posicionamento contrário sobre a Reforma da Previdência Social, tendo em vista que ela está fundamentada em premissas equivocadas e contém inúmeros absurdos contra os direitos sociais.



A PEC 287/2016 apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e “déficit”, que não existem, considerando-se grave o descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal de 1988, que insere a Previdência no Sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas de Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais.

O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receita da União), que são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

Diante disso, a proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuíram durante toda sua vida.

Além disso, tal reforma prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disso, somos todos CONTRA a PEC 287/2016 até que se discuta democraticamente, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham melhorar o sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência, impedindo o retrocesso de direitos sociais.

Caraúbas, 18 de Março de 2017.

Diretoria do ANDES-SN divulga nota sobre greve geral de 28 de abril

A diretoria do ANDES-SN divulgou na última segunda-feira (3), por meio da Circular 087/17, uma nota na qual ressalta a importância da construção da Greve Geral de 28 de abril para barrar os ataques que os governos federal, estaduais, municipais e o Congresso Nacional têm desferido aos direitos dos brasileiros.

Nota da Diretoria do ANDES-SN

A hora é agora! Unir e mobilizar para a greve geral em 28 de abril!



A diretoria do ANDES-SN reunida em Brasília, no período de 30 de março a 2 de abril de 2017, avaliou que a construção das lutas nos dias 8, 15, 28 e 31 de março foi positiva e acertada, demonstrando a disposição e a possibilidade da classe trabalhadora de se mobilizar, reagindo à crise econômica e política pela qual passa o país.

As ações do mês de março demonstraram que o empenho do ANDES-SN, junto com outras entidades e movimentos sociais, no sentido de construir a unidade de ação é o caminho para barrar as contrarreformas em curso. Junto com o aumento quantitativo e qualitativo das lutas e da indignação social contra o ilegítimo governo Temer, mergulhado profundamente na lama da corrupção, há também uma evidente crise no sistema político institucional que tende a se agravar nos próximos dias. Temos que intensificar os esforços de esclarecimento e mobilização da nossa categoria e da população, além de ampliar a unidade na luta.

Entendemos que o Sindicato deve ampliar o seu empenho, a partir das ações da diretoria, das secretarias regionais e das seções sindicais, no sentido de continuar fortalecendo e construindo a unidade entre as diferentes categorias, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, sindicatos, frentes e fóruns nos municípios e estados, para construir a greve geral.

Esse é o momento de ampliarmos a mobilização interna em nossas instituições de ensino, fazendo panfletagens, assembleias dos três segmentos, debates e visitas aos departamentos; dialogando com os professores/as sobre os riscos das contrarreformas da Previdência (PEC 287) e trabalhista, da terceirização e dos cortes de verba, para a classe trabalhadora e para os serviços públicos, destacando seus impactos para a educação pública. Também devemos intensificar a pressão sobre os deputados/as e senadores/as nos estados, exigindo posicionamento público contrário às contrarreformas em pauta.

Entendemos que a crise pela qual passam as universidades estaduais e municipais é a expressão avançada da política regressiva do governo federal, que privilegia os interesses do bloco político-social no poder, em detrimento dos interesses dos trabalhadores/as e do povo, que está sendo imposta ou reproduzida pelos governos estaduais e municipais, contra a qual temos que nos mobilizar para combater.



Manifestamos, enfaticamente, nossa maior solidariedade e disposição de luta junto com os/as professores/as, a comunidade acadêmica e a população dos estados e municípios que estão sendo objeto de ataques selvagens nos seus direitos!

A hora é agora! Temos que dar uma resposta à altura dos ataques que estamos sofrendo. Mobilizar, resistir e avançar na organização dos professores/as em articulação com os demais trabalhadores/as para defendermos os serviços públicos e os direitos.

Nenhum direito a menos! Fora Temer! Rumo à greve geral em 28 de abril!

Brasília, 2 de abril de 2017

Diretoria do ANDES-SN

Boletim Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa - Paraíba

Greve geral

A Diretoria Executiva da ADUFPB se dirige a toda comunidade acadêmica da UFPB para abrir um amplo e democrático debate acerca da convocatória feita por todas as Centrais Sindicais do país para construirmos, no dia 28 de abril, a Greve Geral dos trabalhadores(as) brasileiros(as) contra as medidas do governo Temer. Em 2016, esse debate já havia sido pautado entre nós em razão das necessidades à época, especialmente em razão das propostas de ajuste fiscal empreendidas pelo governo federal, que culminou com a aprovação da PEC do limite dos gastos sociais, atual Emenda Constitucional 95. Portanto, a Diretoria da ADUFPB sente-se mais uma vez instada a se manifestar para evitar que qualquer desinformação sobre as características distintivas a respeito desses dois instrumentos de luta dos trabalhadores — Greve Geral e Greve Específica — possam se transformar em óbices para nossa participação neste importante momento da história das lutas no país.

Como já afirmamos noutra oportunidade, o atual momento político brasileiro caracteriza-se, a nosso ver, pela inquestionável intenção do governo ilegítimo de Michel Temer de servir de forma abjetamente submissa à representação social — nacional e internacional — do capital rentista globalizado, no sentido da superação da crise — mais uma, cíclica, inerente ao próprio processo de produção capitalista



em sua dinâmica — de acordo com os ditames emanados por essa representação. Para tanto, busca de um modo geral “jogar a conta” da mencionada crise nas costas da classe trabalhadora brasileira, usando, como principal instrumento para atingir essa finalidade, a retirada dos direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores, ao longo de muitos anos de lutas, desde o final do século XIX e início do século XX: esse é o real objetivo do governo quando apresenta as reformas trabalhista e da previdência social.

Não temos dúvidas de que o processo em curso, no qual os propósitos estão nitidamente manifestos, caso seja bem sucedido, irá penalizar, com toda a sua dureza, o conjunto dos integrantes da sociedade brasileira que obtêm sua subsistência por meio de seus salários. Esses serão alijados, ainda mais do que já o são, de seus direitos ao trabalho protegido, aos benefícios previdenciários, à saúde, à educação e demais políticas públicas, gratuitas e de qualidade.

O conjunto dos trabalhadores brasileiros, por intermédio de diversas Centrais Sindicais, sindicatos de base, frentes de lutas e demais organizações políticas, em presença no cenário brasileiro contemporâneo, vem buscando, coletivamente, amadurecer a concepção e efetivação de uma estratégia que possa barrar esse verdadeiro sequestro de seus direitos. E, nesse processo de construção tático-estratégico, configura-se como elemento de importância capital a realização de uma greve geral, envolvendo o máximo possível aqueles a serem mais duramente atingidos pelas medidas governamentais pretendidas — muitas delas já anunciadas e outras em processo de implementação. Ou seja, o horizonte almejado para a abrangência da greve é a totalidade dos trabalhadores brasileiros.

Isso posto, é evidente que, por conta da abrangência pretendida e das condições concretas da atual realidade brasileira, a previsão é que ela seja de curta duração, como alerta e sinalização da postura mobilizada, disposta à luta e resistência dos trabalhadores brasileiros, frente à ameaça de retirada de seus direitos.

Greve específica

Cabe expressar, ainda, que não está, no atual momento, colocada dentre as perspectivas de luta, nem da ADUFPB, nem do ANDES-SN, qualquer indicação de greve específica docente, nos moldes do movimento paredista realizado



nacionalmente pelos professores das IFES em anos anteriores. Ainda que tenhamos a clara percepção da existência de uma forte articulação entre as dimensões específica e geral das lutas dos trabalhadores, tal instrumento de luta tem sua aplicabilidade adequada a outro contexto, bastante distinto do que se apresenta no presente.

Por fim, nunca é demais repetir, as decisões e definições dos instrumentos de luta a serem acionados em cada contexto que se apresente foram, são e serão, sempre, tomadas pela categoria, soberanamente e democraticamente, em suas instâncias próprias de deliberação. Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para convocar todos os docentes para nos dias 18 e 19 de abril participarem da rodada de Assembleias, que terá como principal pauta o debate e a decisão da categoria sobre a Greve Geral do dia 28.04.2017.

Diretoria Executiva da ADUFPB

Estado da Paraíba

Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de Soledade

“Casa Conselheiro José Osório da Nóbrega”

Ao Exmº Sr.

Deputado Federal - Luiz Couto - PT

Carta Soledade-PB

Aos vinte e um dias de março do ano de dois mil e dezessete, a Câmara Municipal de Soledade-PB, reuniu-se em Sessão Especial no Plenário desta casa, contando com a presença do Exmº Sr. Prefeito Geraldo Moura Ramos, Vereadores, Líderes Sindicais e Comunitários, Trabalhadores do campo e da cidade e Sociedade Civil Organizada para debatermos em sua totalidade a PEC 287 (Reforma Previdenciária) e os malefícios à classe trabalhadora deste país.

Diante disto, comunicamos a Vossa Excelência que em Soledade-PB, nós, vereadores deste município, em sua totalidade, não votaremos e não representaremos nas eleições de 2018, candidatos que votarem pela retirada dos direitos previdenciários dos trabalhadores do campo e da cidade.

Vereadores:



Reginaldo Gomes Falcão - PR
Osório Guedes Policarpo Neto - PROS
Adeilson Joellby Martins Mariano - PMDB
Vânia Maria Ouriques Leal - PR
Júlio Cezar de Vasconcelos Garcia-PMDB
Alexandre Gomes de Souza - PSDC
Wellington Di Karlos de O. G. Ramos Pereira - PSDB
José Correia de Queiroz Neto - PTdoB
Sala de Reuniões, 21 de março de 2017

Carta do Cariri

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2017, reunidos , em São João do Cariri, “Cidade mãe” do Cariri Paraibano, presentes ao ato público intitulado de Levante do Cariri Contra a Reforma da Previdência, a sociedade organizada do Cariri e de outras regiões do Estado da Paraíba, representada por seus Vereadores, Prefeitos, Professores, Agricultores Familiares, Sindicalistas e toda população do semiárido nordestino, evidencia sua discordância em relação ao texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), tendo em vista que esta não considera a força de trabalho deste segmento que inicia sua vida laboral ainda criança e com a aprovação desta PEC subjugará toda região.

Consideramos que antes de retirar direitos dos trabalhadores se faz necessários esforços no combate a sonegação e na busca de créditos dos devedores que ultrapassam 400 bilhões de reais com o INSS, como é de conhecimentos de todos. Ainda, sejam reavaliados a necessidade de manutenção dos bens imóveis da previdência social, uma vez que dos 5.685 imóveis, 3.485 estão irregulares e não utilizados e 2.200 em uso, consumindo cerca de 20 milhões de reais anuais apenas com manutenção e condomínio, configurando um verdadeiro descaso com o dinheiro do trabalhador.

Consideramos também que os recursos da Seguridade Social, Artigos 194 e 195 da CF, estão sendo desviado a outros propósitos originais de nossa Carta Magna, utilizando-se inclusive os mecanismos da DRU (Desvinculação de Receitas



da União), que em moeda corrente representou nos últimos anos a desvinculação de mais de 270 bilhões de reais.

Toda economia de nossos municípios está à beira de uma enorme crise, sem precedentes tendo em vista que com o vácuo que será criado com esta nefasta PEC 287, devido ao aumento da idade mínima para aposentadoria do agricultor, pois o valor originário das aposentadorias rurais ultrapassam os FPM dos municípios desta região.

Corroboramos com o entendimento do Ministério dos Direitos Humanos que a PEC 287/2016 afronta direitos sociais e representa um retrocesso social.

Exigimos a suspensão da tramitação da PEC 287/2016, com a finalidade de discutir ampla e democraticamente alternativas, através de audiências públicas em todos os estados brasileiros e demonstrar toda a transparência os recursos da Seguridade Social.

Apoiamos a CPI da previdência, a fim de apurar no Congresso Nacional obscuridades em nosso sistema previdenciário, tomando as medidas punitivas exemplares aos responsáveis de irregularidades encontradas.

Exigimos que nenhuma regra para concessão de aposentadoria ao Agricultor Familiar seja alterada.

Esclarecemos ainda que, todos os abaixo assinados recusam a votar em qualquer um deputado ou senador que apoie esta PEC maldita e qualquer outro retrocesso aos direitos trabalhistas e sociais do povo brasileiro, ou ainda que apoie a chamada lista fechada para futuras eleições, manchando ou evidenciando a capacidade da histórica política destes maus representantes.

São João do Cariri - PB, 24 de março de 2017

Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Referência:/Ita/

Processo no 1159/2017

Ofício-Circular

São Carlos, 05 de abril de 2017.



Cumpre-me informar que esta Câmara Municipal, em sessão ordinária ontem realizada, aprovou a Moção de Repúdio nº 0167, de iniciativa do vereador Moises Lazarine, subscrita por esta presidência e pelos Vereadores: Malabim, Marquinho Amaral, Cidinha do Oncológico, Laíde das Graças Simões, Robertinho Mori e Roselei Françoso, Manifestando Repúdio à PEC 287/2016, que trata da Reforma da Previdência (conforme cópia inclusa). Prevaleço-me da oportunidade para renovar-lhe protestos de elevada estima e apreço.

Júlio César Pereira de Souza

Presidente

Excelentíssimo Senhor

Luiz Couto

Deputado Federal

Brasília - DF

Câmara Municipal de São Carlos

Senhor Presidente:

Senhores (a) Vereadores (a)

Moção de Repúdio

Repúdio a PEC 287/2016 da reforma da Previdência .

Considerando que homens e mulheres, urbanos e rurais, só poderão se aposentar ao completarem 65 anos de idade; aumenta o tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos.

Considerando que reduz de maneira drástica os rendimentos dos futuros aposentados, ao modificar as regras de cálculo do valor da aposentadoria; as pensões serão cortadas quase pela metade, pois a viúva ou o viúvo receberão apenas 60% do rendimento do titular; as pensões e o BPC serão desvinculados do salário mínimo, o que significa que os rendimentos poderão ser inferiores a um salário mínimo.

Submeto ao plenário esta Moção de Repúdio, contra as atitudes ocorridas em nosso País , uma vez que esta atitude vem de encontro com os interesses da sociedade brasileira e são-carlense.

São Carlos, 03 de Abril de 2017



Moisés Lazarine
Vereador
Marquinho Amaral
Vereador
Malabim
Vereador - PTB
Robertinho Mori
Vereador - PSDB
Roselei Françoso
Vereador-REDE
Julio Cesar
Presidente

Câmara Municipal de São Carlos

Para dar sequência e intensificar a campanha contra a reforma da Previdência, enviamos em anexo um modelo de moção contra a PEC 287/2016 para que seja apresentado aos vereadores. Após a aprovação da Câmara Municipal, solicitar que o Presidente da Câmara do município encaminhe aos Deputados Federais e Senadores, para que votem contra essa PEC.

Sindicato dos Metalúrgicos de S. Carlos e Região

Nós, Vereadores da cidade....., reunidos na sessão XX do dia..... de 2017 àsh, concordamos que a PEC 287/2016 da reforma da Previdência, se aprovada, vai impor prejuízos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, assim como trará imenso prejuízo à economia local, pela falta de distribuição de renda, configurando uma redução drástica de direitos e rendimentos de enorme parcela da população da nossa cidade.

É comprovado que a reforma retira direitos consagrados, pois:

Estabelece que homens e mulheres, urbanos e rurais, só poderão se aposentar ao completarem 65 anos de idade; aumenta o tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos; as regras para acessar os benefícios de prestação continuada (BPC) dificultam ou impedem o acesso aos que mais precisam (idosos e deficientes); reduz de maneira drástica os rendimentos dos futuros aposentados, ao



modificar as regras de cálculo do valor da aposentadoria; as pensões serão cortadas quase pela metade, pois a viúva ou o viúvo receberão apenas 60% do rendimento do titular; as pensões e o BPC serão desvinculados do salário mínimo, o que significa que os rendimentos poderão ser inferiores a um salário mínimo.

Portanto, ao dificultar o acesso à aposentadoria, a Reforma da Previdência reduzirá os proventos das pessoas e prejudicará a vida e a economia do município. Com a redução da renda dos aposentados, pensionistas e beneficiários, os impactos negativos no comércio e na produção local serão irreversíveis. Haverá desemprego e queda da arrecadação municipal, prejudicando todos os moradores da nossa cidade;

Em vista dos fatos acima mencionados, nós, vereadores, aprovamos esta moção contra a PEC 287/2016 e pedimos aos nossos Deputados Federais e Senadores que votem contra a aprovação da Reforma da Previdência.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilto Tatto, que disporá de 1 minuto.

O SR. NILTO TATTO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há 1 ano este plenário realizou uma sessão no dia que chamamos de dia da vergonha nacional. Há 1 ano foi dado o golpe que destituiu a Presidenta eleita legitimamente pelo povo brasileiro.

De lá para cá, a que temos assistido? Basta olharmos a composição dos Ministérios, com quase dez Ministros envolvidos na Lava-Jato; os projetos que vieram para cá, para serem votados, desde a flexibilização da legislação ambiental até o congelamento dos investimentos na área de saúde, educação e segurança pública; e agora a reforma trabalhista, por meio da qual querem acabar com os direitos dos trabalhadores, direitos consagrados no mundo inteiro e também no Brasil, há quase 100 anos. Querem voltar ao tempo da escravidão! E querem acabar com a Previdência, principalmente para os mais pobres.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputados Gonzaga Patriota, que disporá de 1 minuto.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue nos meios de comunicação da Casa dois pronunciamentos que faço. O primeiro é para lamentar o falecimento do jovem Vereador Benedito Lacerda, 48 anos, de Santa Maria da Boa Vista, que faleceu no último sábado, que deixou muitas saudades pelo trabalho que prestou.

O amigo Benedito deixa sua esposa, a Profa. Veroneide Madrado, e seus filhos, Matheus, Thyago e André Benedito Medrado.

O segundo pronunciamento é que temos que mostrar o que está errado na hora certa para ver se conserta.

Li no *blog* de Magno Martins sobre a violência que acontece no Brasil inteiro, mas principalmente no meu Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê divulgação desses números para chamar a atenção do Sr. Governador, das autoridades, para que possamos combater essa violência.

Vejo o Deputado Alberto Fraga, que é da Polícia Militar, olhando para mim. Não dá para aceitar tanta violência no meu Estado de Pernambuco e no Brasil.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, lamentamos registrar desta tribuna o falecimento de Benedito Lacerda, aos 48 anos de idade, vítima de insuficiência respiratória, no último sábado, dia 14, em Santa Maria da Boa Vista, no Sertão do São Francisco.



O nosso amigo, eleitor e correligionário, Vereador Benedito Lacerda, estava no exercício do seu segundo mandato e há mais de 30 anos militava e presidia o PMDB naquele Município, tendo sido Secretário de Articulação Política no Governo de Gualberto Almeida.

Em seu lugar assume o suplente da coligação, Joaquim Júnior, do PSD, Vereador que também sempre nos apoiou naquele Município.

Concluimos este discurso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamentando esta grande perda dos boavistanos e, em particular, da esposa do amigo Benedito Lacerda, D. Veroneide Madrado, e dos seus queridos filhos, Matheus, Thyago e André Benedito Medrado.

Sr. Presidente, temos acompanhado atônitos, o crescimento da violência no Brasil e, em particular, em nosso Estado, Pernambuco.

Ontem vimos com tristeza, no *blog* de Magno Martins, Manoel Cavalcanti, pai de Leandro Cavalcanti, chorando ao lado do corpo desse seu filho de 18 anos, morto e sangrando no chão, vítima dessa barbárie.

Diz a matéria do Blog de Magno Martins:

O telefone toca. Mataram um rapaz, avisa um professor à reportagem. “Corre pra cá.” Na Rua da Universidade Federal de Pernambuco, Várzea, periferia do Recife. O corpo estirado na calçada, o sangue escorrendo. O pai se abaixa e abraça a cabeça do filho.

A dez metros, alunos entram e saem da faculdade. Muitos nem olham o cadáver. Uma moça pergunta: “Foi



tiro?”. Três, responde um policial, que se vira para avaliar a garota. Dá até uma piscadela para um colega de farda.

Leandro Cavalcanti, 18, foi perseguido por dois homens na manhã de quinta (6). Até correu, mas...

O pai dele, Manoel Cavalcanti, 44, diz que vai se vingar. “Eu sei quem matou. Eu, como pai, é que vou ter de pegar. A polícia não faz nada.” O motivo? Nesses momentos, ninguém fala sobre isso, por medo de ser a próxima vítima. Por três dias, a Folha foi até cenas de assassinatos na região metropolitana do Recife. Apenas em janeiro e fevereiro, Pernambuco registrou 974 homicídios — alta de 47% em relação ao mesmo período do ano passado e o maior número em dez anos.

“O perfil de quem morre em Pernambuco é o mesmo de quem mata: jovem, negro, pobre e morador da periferia”, afirma José Luiz Ratton, professor de sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador da violência no Estado. Na Grande Recife, a maior parte dos assassinatos ocorre em regiões pobres e com pouca presença do Estado. Em três favelas próximas da famosa praia de Boa Viagem, por exemplo, foram cinco mortes em cinco dias da semana retrasada, segundo moradores.

Essas comunidades somam mais de 70 mil habitantes e convivem com escasso saneamento básico:



boa parte dos barracos fica em palafitas sobre o poluído rio Capibaribe. O cenário de pobreza extrema fica na fronteira com prédios de luxo, um dos maiores shopping centers da América Latina foi construído ao lado de uma das favelas. Moradores dizem que a área sofre com abusos policiais e guerra entre pequenos traficantes, mas também com crimes passionais. Cinco dias antes de a reportagem visitar o local, uma menina de 16 anos foi morta a facadas por uma garota da mesma idade.

Eram 21h de domingo (9), quando o carro da TV Jornal (afiliada do SBT) saiu da redação na região central do Recife. Levava Edson Araújo, principal repórter policial da televisão pernambucana. Há 26 anos, ele faz reportagens sobre crimes na madrugada. Nesta noite, o primeiro homicídio ocorreu no morro da Macaxeira. O carro da reportagem sofre para subir as ladeiras. Moradores caminham com Bíblias na mão. No alto do morro, um corpo: Gleibison de Souza Rodrigues, 28.

Ninguém sabe por que ele morreu. Ninguém viu. “Teve peixeira. Três facadas e tiros”, relata um perito. Moradores assistem à retirada do cadáver. Em uma casa ao lado, toca alto uma música da banda britânica Dire Straits. “Me choca muito essa banalização da morte. Já vi cena com um corpo estirado e, do lado, a poucos metros,



o povo fazendo pagode e dançando. Virou normal”, conta Edson.

Trinta minutos depois, a reportagem chega a Três Carneiros, outro bairro pobre do Recife. Luiz Gustavo do Nascimento, 19, morreu a tiros. A família pede privacidade e não deixa a TV gravar a cena. Policiais militares conversam na calçada. O corpo está no meio da rua, sem isolamento. Carros desviam. Uma moto se aproxima lentamente, cambaleante. Parece que vai desviar. Mas o motoqueiro, sem capacete, passa por cima do corpo de Gustavo. O pneu da frente para em cima do pescoço. Uma parente grita, chorando: “Olha o que estão fazendo com ele”. A polícia corre atrás. O motoqueiro estava bêbado.

Desde 2007, quando implantou o programa de redução de homicídios Pacto Pela Vida, Pernambuco tem uma delegacia especializada na resolução de mortes violentas. Segundo Ângelo Gioia, secretário de Defesa Social, o Estado soluciona 16% dos homicídios. “É muito acima da média nacional”, diz. Historicamente, a taxa média de solução de assassinatos no Brasil é de apenas 8%. A tarefa da polícia, agora, é dar conta de tantas mortes.



A madrugada de domingo ainda estava no meio, mas sete pessoas já haviam sido mortas na Grande Recife. Na noite anterior, foram ao menos oito. O repórter Edson Araújo tem de escolher qual das cenas visitará. Ele costuma descartar os mortos ainda não identificados pela polícia. Escolhe um homicídio em São Lourenço da Mata, região metropolitana. Forma-se uma fila de carros de polícia e de TVs para atravessar uma plantação de cana. Parece um labirinto. Pior: um labirinto em que carros atolam na lama.

Uma hora depois, numa rua de terra, está um corpo com uma faca cravada no peito. Ao lado, um chicote. José Cristiano da Silva, 27, tinha ido à região para cavalgar em seu cavalo de raça. Foi esfaqueado, e o animal, levado pelo assassino, segundo a polícia. A delegada Gleide Ângelo, mulher de Edson Araújo, desce do carro. É seu último plantão, seu último homicídio. No dia seguinte ela assumiria outro departamento da polícia. Ela olha a cena e tapa o rosto quando um perito vira o corpo ensanguentado. “Será que mataram esse cabra só para roubar o cavalo dele?”, ela pergunta. Edson, microfone na mão, responde: “É o faroeste”.

Quem vive em Pernambuco tem a sensação de que o Estado voltou 10 anos no tempo quando o assunto é violência. Esse sentimento é confirmado pelos



números. Nos meses de janeiro e fevereiro, foram registrados 974 homicídios, quase 17 por dia. Isso representa um aumento de 47% em relação ao mesmo período de 2016. O Estado de São Paulo, com população quatro vezes maior, contabilizou 622 assassinatos nesses meses.

O índice alto acendeu um sinal amarelo nas autoridades pernambucanas, que estão recontratando até policiais aposentados para tentar investigar os crimes. Recife também sofre com assaltos a ônibus. Levantamento do sindicato dos motoristas e do *Jornal do Comercio* aponta mais de mil roubos neste ano. O Governo Paulo Câmara (PSB) contesta e diz que não passam de 500.

De fato, Pernambuco vive um retrocesso: desde 2007 não se registram tantos assassinatos. Naquele ano, o primeiro de Eduardo Campos (PSB) como Governador, o Estado implantou um programa de redução de mortes que foi premiado: Pacto Pela Vida. O projeto tinha como meta reduzir os homicídios em 12% ao ano. Para isso, apostava na integração das polícias para melhorar a investigação, bônus a policiais que resolvessem mais crimes e participação popular na criação de políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade.

Em 2007, foi criada a primeira delegacia especializada na resolução de homicídios. O Estado foi dividido em 26 áreas, e os responsáveis eram cobrados em reuniões semanais com o Governador. Nos anos seguintes, as mortes violentas caíram. Em 2013, Pernambuco teve 3.100 assassinatos, o menor número desde que começou a contabilizar esses crimes. *“Havia grupos de extermínio responsáveis por grande parte dos homicídios”*, diz José Luiz Ratton, professor de sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e um dos idealizadores do Pacto Pela Vida.



“Quando você investiga e prende esse pessoal, você manda um recado às ruas de que matar não está compensando mais.”

Ratton foi assessor de Eduardo Campos na área de segurança pública até 2012. Na avaliação dele, o pacto perdeu força por não conseguir manter a integração das polícias, melhorar o precário sistema prisional nem fomentar projetos de prevenção duradouros. Muitos dos avanços, como os bônus para policiais, não têm força de lei.

Autoridades e pesquisadores pernambucanos dizem acreditar que a maioria das mortes tem relação com o tráfico, mas não há notícia da atuação significativa de grandes facções criminosas. Existem, porém, guerras pelo domínio de pequenos territórios. Quando há um assassinato em um grupo, liga-se um sistema de vingança que parece não ter fim.

Um morador da Várzea, periferia do Recife, explica o motivo dos sete assassinatos nos últimos dois meses no bairro: *“Aqui tem dois grupos [de traficantes]. É uma diferença de duas ruas entre um e outro. Um cabra chamado ‘Cabelo’ falou que mataria todos que entrassem no ponto dele para vender. Matou um, matou dois. Aí foram lá e revidaram. Já são sete mortos”.*

O tráfico também mata quem não paga. Ratton, que pesquisa o mercado de drogas no Recife, diz que usuários de *crack*, por exemplo, vendem a pedra para pagar dívidas. Viciados, usam a mercadoria que deveriam repassar e acabam mortos por traficantes. O próprio Governo aponta outro fator: os grupos de extermínio ligados a ex-policiais. As quadrilhas fazem segurança particular, cobram taxas de comerciantes e “prestam serviços” de pistolagem.



Um deles, o Thundercats, foi desmantelado em 2008, mas um de seus líderes continua solto. Ex-soldado da Polícia Militar de Pernambuco, Marcos Antônio da Silva responde à Justiça por 25 assassinatos. *“Nós temos, sim, milícias armadas atuando no Estado, isso não é novidade”*, reconhece Ângelo Gioia, Secretário de Defesa Social (segurança pública).

Desde dezembro, a PM faz operação padrão, diminuindo o número de homens nas ruas. Os policiais reivindicam que seus salários sejam equiparados aos dos policiais civis, cerca de R\$6.000. Para aumentar os agentes nas ruas, o Estado paga uma remuneração extra para que trabalhem durante as folgas. Agora, durante a operação padrão, os policiais se recusam a fazer esse “bico” oficial.

Também não deixam os quartéis se houver problemas de estrutura. *“O PM não pode sair às ruas com coletes e munições vencidos, armamento que trava na hora de atirar, nem viaturas sem condições de rodar”*, diz Nadelson Leite, Vice-Presidente da Associação de Cabos e Soldados. O Governo afirma que a operação padrão é um dos fatores que contribuem para o aumento dos crimes. O Governador tem se recusado a negociar salários com a associação — diz que só negocia com os comandantes da tropa.

A Polícia Civil também reclama da falta de efetivo e precariedade. Uma portaria do Governo previa que o Estado deveria ter 10 mil agentes em 2015: 2 anos depois, há cerca de 5 mil. Algumas delegacias foram interditadas pela Justiça por falta de estrutura. Com a explosão das mortes, a gestão Câmara anunciou a recontração de 800 policiais aposentados para atuarem em serviços internos e liberar agentes efetivos para investigações. O salário é de R\$1.800 por 40 horas semanais.



Ângelo Gioia, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, culpa operações padrão das Polícias Civil e Militar como uma das principais causas do aumento de crimes no Estado. O Secretário, ex-Delegado da Polícia Federal, assumiu o cargo em outubro do ano passado, a convite do Governador Paulo Câmara (PSB). *“Tivemos paralisações brancas da Polícia Civil, da Científica e, depois, da Polícia Militar. Evidentemente, isso traz um custo operacional.”*

Gioia critica a forma como são negociados reajustes salariais das polícias. Para ele, governos estaduais não devem negociar diretamente com associações de policiais, e sim com comandantes. *“Essa negociação com associações trouxe um grande prejuízo para a tropa, porque você tira o comando dos oficiais. Isso enfraquece a relação hierárquica e de disciplina.”*

Eduardo Campos (PSB), que governou Pernambuco entre 2007 e 2014, costumava se sentar à mesa com as associações de PMs para negociar reajustes. Sobre o aumento dos homicídios, Gioia afirma que os dados “preocupam Pernambuco”. *“Estamos num trabalho intenso, seja a Polícia Civil como a Militar, focados na redução desses números. Nós precisamos focar as investigações em grupos de extermínio e quadrilhas de tráfico de drogas, de maneira a reduzir a criminalidade, prendendo essas pessoas”.*

O Secretário afirma que 89 pessoas envolvidas com tráfico e com grupos de extermínio foram presas — mais de 20 operações da Polícia Civil foram realizadas neste ano. Ele diz que a PM vai aumentar o policiamento em áreas com alto índice de assassinatos. Gioia alega que cerca de 20% dos assassinatos são esclarecidos em Pernambuco. *“Ainda é pouco, mas estamos acima da média nacional”.*



O Secretário diz que o programa Pacto Pela Vida segue valendo como forma de reduzir os homicídios. *“Ele existe e avança, mas ele permite também ajustes e correções. É isso que está sendo feito.”* Na quarta-feira (12), o Governo anunciou um investimento de R\$ 280 milhões em segurança pública nos próximos 2 anos. Também informou que 4.800 novos PMs serão incorporados até 2018.

Esperamos que com os investimentos anunciados na semana passada pelo Governador Paulo Câmara, possamos ver esse triste quadro ser eliminado do conceituado blog de Magno Martins.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado João Daniel.

Em seguida, terão a palavra o Deputado Sandro Alex e a Deputada Benedita da Silva.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador .) - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa pronunciamento que faço sobre a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, que ocorre desde ontem no Brasil inteiro.

São mobilizações, manifestações e ocupações de prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, inclusive a sede nacional.

O Governo Federal paralisou tudo na área da reforma agrária em todos os sentidos.

É preciso que haja mobilização e luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo, para que não haja um retrocesso maior.

Parabéns a todos os movimentos, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST, pelas mobilizações nessa semana de luta que se inicia.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para falar sobre a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, que está ocorrendo em todo o Brasil, com a realização de diversas atividades os dias 17 e 21 de abril.



O MST inicia mais uma Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária na data em que completa 21 anos o massacre de Eldorado dos Carajás, com o assassinato brutal 19 trabalhadores rurais sem terra por agentes públicos do Estado do Pará.

Nesse período, sob uma conjuntura de golpe parlamentar e de retirada de direitos da classe trabalhadora, estão sendo realizadas diversas ações em todas as regiões do Brasil: ocupação de terras, marchas, debates públicos e feiras de produtos da reforma agrária.

Ontem, dia 17 de abril, realizamos uma sessão solene nesta Casa para homenagear os mártires da luta pela reforma agrária.

A Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária acontece no mês de abril de cada ano, na semana do dia 17, dia em que ocorreu, em 1996, o massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, quando a polícia assassinou 19 companheiros que realizavam uma marcha pelo direito à terra e pela reforma agrária.

A partir desse trágico acontecimento, muito triste para toda a sociedade brasileira, a Via Campesina internacional definiu o dia 17 de abril como o Dia Internacional de Luta Camponesa. No Brasil, o MST, junto com outros movimentos sociais e populares do campo, faz a Jornada com diversas atividades.

Para 2017, várias atividades estão programadas. As atividades vão desde a mobilização da nossa base acampada e assentada até espaços de diálogo com a sociedade, ou seja, com os trabalhadores e trabalhadoras em geral. São feitas ocupações de terras improdutivas, marchas em alguns Estados, eventos em escolas e universidades, numa busca constante de diálogo com a sociedade e com os



trabalhadores. Serão realizadas ainda as tradicionais feiras de alimentos produzidos nos assentamentos da reforma agrária.

A 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária ocorrerá entre os dias 4 e 7 de maio, no Parque da Água Branca, em São Paulo, e contará com a participação de produtores e produtoras dos diversos assentamentos do Brasil. Lá serão comercializados alimentos de qualidade, produzidos de forma agroecológica e saudável.

Ainda como parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, faremos visitas a diversos órgãos públicos com o objetivo de dialogar com as autoridades competentes sobre o tema da reforma agrária no País.

Fora do Brasil também ocorrem atividades em muitos países, para relembrar esse massacre de Carajás. Na maioria deles, serão realizadas atividades nas embaixadas do Brasil, em solidariedade aos homens e mulheres que lutam pela terra, especialmente com o MST.

Tanto nas ocupações de terra quanto nas visitas aos espaços públicos relacionados com o tema da terra e da reforma agrária no Brasil, o movimento vai dialogar sobre alguns pontos prioritários nesse momento. O primeiro é a questão da terra. Os trabalhadores exigirão que o Governo volte a fazer vistorias de novas áreas, em especial naquelas terras que não cumprem a função social de acordo com a Constituição Federal, para que sejam destinadas à reforma agrária.

Além disso, há a defesa de duas outras medidas: a adjudicação de terras que tenham dívidas com a União e a regularização das terras públicas, em especial as que estão ocupadas. Essas medidas não geram qualquer custo para o Estado.



Outro ponto muito importante é a denúncia para a sociedade das consequências da Medida Provisória nº 759, de 2016, que representa um verdadeiro retrocesso para a reforma agrária no País. Essa MP é um retrocesso, pois pretende municipalizar as vistorias de terras e privatizar os assentamentos já existentes através da titulação. Com isso, pode minar o processo de organização das famílias nos acampamentos e o papel dos movimentos sociais pelo lançamento de editais para a seleção das famílias. Essa medida é contra a reforma agrária também porque possibilita a reconcentração das terras antes divididas, onde foram realizados os assentamentos, privilegiando mais uma vez os fazendeiros.

A Jornada engloba a exigência de políticas que visem o desenvolvimento dos assentamentos nas áreas que já foram conquistadas, sejam políticas de infraestrutura — escolas e postos de saúde —, sejam de realização de pequenas agroindústrias nos Municípios do interior do País, além da assistência técnica.

Em síntese, os pontos essenciais dessa semana da Jornada de Lutas serão a luta pela terra, o avanço da reforma agrária e a necessidade de desenvolver os assentamentos que já foram conquistados graças à luta dos camponeses do Brasil, nesses últimos 33 anos, pela terra e pela reforma agrária.

Acima de tudo, a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária acontece num contexto político em que houve uma ruptura democrática por meio de um golpe parlamentar que aponta para a perda de direitos da classe trabalhadora. A Jornada representa a resistência dos trabalhadores, como foi, por exemplo, todo o mês de março; e como está sendo a construção da greve geral, marcada para o dia 28 de abril, na qual a nossa Jornada Nacional de Lutas está inserida, assim como o conjunto de ações do MST.



Além disso, o movimento está construindo a realização de uma marcha nacional, com caráter político, para o mês de agosto. A ideia é caminhar em direção a Brasília com mais de 20 mil pessoas. Até agora, somente do MST, há mais de 12 mil inscritos para participar. Queremos que essa seja a marcha da classe trabalhadora, uma marcha política que dirá “Fora Temer!”, “Nenhum direito a menos!” e “Eleições diretas já!”.

Muito obrigado!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Sandro Alex.

Em seguida, terá a palavra a Deputada Benedita da Silva.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

No dia de ontem, eu participei da solenidade de abertura do Fórum de Habitação do Paraná, realizado no Paraná.

Na minha região, quase 50 Municípios buscam qualificação para obter investimentos em habitação, em programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida, que agora também compreende Municípios menores, juntamente com os grandes Municípios, que já eram contemplados, em regularização fundiária e também no Cartão Reforma, uma inovação do Ministério das Cidades que obriga os Municípios a se qualificar para dar o atendimento à comunidade, à população beneficiada.

Quero agradecer à Caixa Econômica, que é sempre parceira da habitação no País, e também ao Ministério das Cidades. Com essa qualificação os Municípios se preparam para poder receber importantes investimentos para essa área vital que é a da habitação.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra a Deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, por 1 minuto.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vimos aqui para dizer que estamos a caminho do fracasso. O substitutivo da reforma trabalhista apresentado pelo Relator é pior do que a mensagem que foi mandada para esta Casa ou qualquer outro projeto.

Sr. Presidente, isso é inconcebível! Ele atropela a Constituição brasileira, que dá seguridade e garantia, fere os princípios da dignidade, da cidadania e do valor social do trabalho nela previstos.

Além disso, em 60 dias foram mexidos 117 artigos nesse substitutivo. É bom que a Casa saiba que em 70 anos apenas 200 artigos da CLT foram modificados.

E por aí que nós estamos vendo que essa reforma trabalhista não vale a pena, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna falar sobre a reforma trabalhista, pois são mudanças que a meu ver retiram direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

São tantas as maldades — na verdade, é um pacote de maldades contra os trabalhadores — que vou citar algumas para que o povo tome conhecimento dessas crueldades propostas por este Governo ilegítimo.

Esta reforma favorece a precariedade das relações trabalhistas, favorece o interesse do patronato em detrimento de direitos dos trabalhadores, direitos estes já conquistados.



O trabalho intermitente da forma que está sendo proposto é na verdade a institucionalização do bico. Ou seja, o trabalhador será precarizado com uma jornada de trabalho muito extensa.

O sindicalismo será prejudicado, pois perderá sua representatividade. Quem então lutará pelos direitos dos trabalhadores? Se o sindicato será enfraquecido, automaticamente o trabalhador será prejudicado, pois não terá mais força representativa sindical para lutar pelos seus direitos.

O papel da Justiça do Trabalho será destruído. Na verdade, estamos voltando ao século passado, onde havia a escravidão.

Com a terceirização, que já havia sido votada em plenário, ganha-se ainda mais força destrutiva contra os trabalhadores com o relatório apresentado, ou seja, realmente estamos voltando a escravidão.

A prevalência do negociado sobre o legislado já havia na Constituição. Porém, era melhor para os trabalhadores. Agora, a forma que está sendo proposto é terrível. Numa relação de hipossuficiência, ou seja, em que o trabalhador é mais fraco economicamente, podendo negociar para menos, é inconcebível.

Esta reforma é contra os trabalhadores, contra os direitos já conquistados, contra as mulheres trabalhadoras, contra o povo sofrido deste Brasil. “Não” à reforma trabalhista, é dizer “sim” à defesa dos direitos dos trabalhadores.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, numa ação conjunta com o Deputado Estadual Zé Raimundo, o nosso mandato está realizando uma série de audiências públicas, em diferentes regiões da Bahia, para debater a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

Na próxima quinta-feira, dia 20 de abril, estaremos realizando mais uma dessas audiências, que agora será no Município de Macaúbas, localizado na região da Bacia do Paramirim.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar o Prefeito Amelinho, os Vereadores Maxsuel, Té Oliveira e Vandinei, do Partido dos Trabalhadores. Cumprimento também Paulo do Rego, Gilbertinho e Lindolfo.

Convido toda a população da Bacia do Paramirim para se fazer presente na quinta-feira, às 19 horas, na Câmara de Vereadores, onde estaremos debatendo profundamente essas duas reformas, a da previdência e a trabalhista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia, por 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem, 17 de abril, acompanhei o Secretário de Educação do Estado da Bahia, Walter Pinheiro, até o extremo sul do Estado. Ele esteve na Coordenação de Educação em Teixeira de Freitas, depois foi ao assentamento 4045, em Alcobaça, depois esteve em Jaci Rocha, que fica no Município de Prado, e encerrou suas atividades em Itamaraju, no assentamento Bela Vista, onde houve uma cerimônia muito bonita, que contou com a presença de estudantes.

Acompanhei o Secretário em todas essas atividades, debatendo a questão da educação, a construção do Programa Sim, Eu Posso e o fortalecimento da educação nos assentamentos de reforma agrária, com a construção de escolas.

Registro também que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST está em Salvador, em uma negociação com o Governo da Bahia para podermos avançar no processo de reforma agrária.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Sabino.

O SR. CABO SABINO (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar, neste 1 minuto, que no próximo dia 28 vamos estar na cidade de Quixadá, realizando, à frente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, um encontro regional para discutir os impactos da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que traz a reforma da Previdência, na vida das pessoas com deficiência.

Em seguida, estaremos abrindo, para todos os outros segmentos, esse debate sobre a PEC 287, discutindo, conhecendo-a em detalhes e dando oportunidade às pessoas de se expressarem e trazerem seu sentimento a respeito dessa proposta.

Já levamos esse encontro para a Região do Cariri, no sul do Estado, e agora estamos levando para a região central do Estado. A sede do encontro será a cidade de Quixadá, minha cidade, uma das mais bonitas do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, primeiramente quero desejar um bom trabalho aos meus colegas Deputados e Deputadas.

Ontem, segunda-feira, nós iniciamos o dia no 1º Fórum Sul Brasileiro de Relações do Trabalho, realizado na FIERGS — Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, sob o comando do Sr. Heitor José Müller, seu Presidente; do Sr. Glauco Côrte, Presidente da FIESC — Federação das Indústrias de Santa Catarina; e do Sr. Edson Luiz Campagnolo, Presidente da FIEP — Federação das Indústrias do Paraná. Foi um debate muito importante sobre a reforma trabalhista, mediado pelo jornalista William Waack.

Uma coisa é certa, nobres colegas: o Brasil continua! O trabalho tem que continuar! Nós precisamos continuar! O Presidente Temer fez hoje uma grande reunião no Palácio. E é isto que nós temos que fazer: trabalhar e achar soluções para o nosso País, como a reforma da Previdência, que vai ajudar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero lamentar o trágico assassinato do Dr. Cláudio Roberto Ost, Juiz do Trabalho da Comarca de Santa Rosa, na cidade de Santo Cristo, na região missioneira, noroeste do Estado.

Sr. Presidente, foi uma situação inimaginável. Ele foi assassinado ao lado do filho de 9 anos, que já tinha perdido a mãe há pouco tempo num acidente na cidade de Três de Maio, que é a minha origem.

Eu sou Presidente da Comissão que está tratando do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA. E foi um adolescente de quase 18 anos que assassinou esse juiz. Nós precisamos rever o ECA, para que crimes contra a vida, crimes dessa magnitude, crimes dessa gravidade também tenham penas mais duras.

Sr. Presidente, isso é muito lamentável, profundamente lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Angelim, do PT do Acre.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dar como lidos dois pronunciamentos sobre o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e o Dia Mundial do Autismo.

Sr. Presidente, a reforma agrária é uma das mais antigas e caras bandeiras dos movimentos sociais do nosso País. Garantir a terra para todo o cidadão que nela vive e quer produzir é um imperativo social e econômico para qualquer nação que se pretende desenvolvida. Na verdade, é um caminho que foi seguido por todas as nações desenvolvidas ao longo da história, pois não há país no mundo que tenha se desenvolvido sem uma mudança radical na sua estrutura fundiária.

Com relação ao Dia Mundial do Autismo, a exemplo de anos anteriores em que houve homenagem nesta Casa, eu quero me somar a todos aqueles que apoiam esta causa.

Eu, que tenho apoiado a associação dos autistas do meu Estado, quero aqui colocar o meu mandato à disposição das famílias e de todos os profissionais da saúde que cuidam com tanto carinho e dedicação das nossas crianças e jovens autistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados trabalhadoras e trabalhadores rurais que lutam pela democratização da propriedade da terra em



nosso Brasil e que nos prestigiam com sua presença nesta sessão de homenagem, senhoras e senhores que nos acompanham neste momento das galerias do plenário ou pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados, a reforma agrária é uma das mais antigas e caras bandeiras dos movimentos sociais brasileiros e a luta das camponesas e camponeses pela terra é uma das mais belas e heroicas páginas da história da conquista e manutenção da democracia em nosso País.

São milhões de homens e mulheres do campo e da floresta, acampados e assentados da reforma agrária, pequenos agricultores familiares, assalariados rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos que se organizam e lutam pelos seus interesses e, ao fazer isto, contribuem para o fortalecimento da Nação brasileira.

Garantir a terra para todo o cidadão que nela vive e quer produzir é um imperativo social e econômico para qualquer nação que se pretende desenvolvida, na verdade, é um caminho que foi seguido por todas as nações desenvolvidas ao longo da história, pois não há país no mundo que tenha se desenvolvido sem uma mudança radical na sua estrutura fundiária.

A concentração de terras no Brasil, apesar de toda a luta e de todos os esforços, não dá mostras de retroceder, ao contrário, a concentração da terra aumentou, de acordo com dados do censo agropecuário do IBGE, que também mostram a existência de cerca de 800 mil produtores rurais sem terra e mais de 1 milhão de produtores com minifúndios inferiores a 2 hectares. Por outro lado, menos de 1% dos estabelecimentos agrícolas concentram 45% de toda a área rural.

Neste Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária quero desta tribuna saudar a todas as camponesas e a todos os camponeses brasileiros, na pessoa de seus



líderes aqui presentes e reafirmar meu total apoio às suas lutas, colocando sempre meu mandato popular a seu serviço.

Viva a reforma agrária!

Viva as trabalhadoras e trabalhadores rurais do Brasil!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, todos os que hoje comparecem ao plenário da Câmara dos Deputados para compartilharmos nossas reflexões, nossas conquistas e nossas esperanças, senhoras e senhores que nos acompanham neste momento das galerias do plenário ou pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados, estamos hoje aqui reunidos, como já fizemos nos anos anteriores, para celebrar o transcurso do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, uma data consagrada a todos os que lutam para melhorar a vida das milhões de pessoas com autismo, combatendo com coragem o preconceito e a falta de informação.

Como gestor público, mas especialmente filho, e depois como pai e avô, sempre acreditei mais na força do exemplo do que na força das palavras e fiquei emocionado lendo uma reportagem no G1, no último dia 7 de abril, da jornalista Luísa Tenente, contando a história da pequena Yasmin, que tem autismo severo e frequenta a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Cel. Luiz Tenório de Brito, que fica na periferia de São Paulo.

Segundo a matéria, o autismo não impede Yasmin de conviver com os coleguinhas e de aprender, mas o mais importante é perceber que não é só ela que aprende, as outras crianças também aprendem ao conviver com ela, desenvolvendo a tolerância, o respeito e a compreensão do outro, valores importantíssimos para



nossos jovens. Professores e pais também são tocados e mobilizados, gerando um círculo virtuoso de conscientização.

Queria trazer este exemplo concreto aqui para nossa sessão de homenagem porque entendo que só a união de pais, professores, alunos e autoridades públicas em todos os níveis poderá construir um país mais inclusivo, que priorize nossas crianças.

A exemplo dos anos anteriores em que estivemos aqui reunidos, renovo minha solidariedade, meu apoio irrestrito e minha admiração a todas as famílias e a todos os profissionais que cuidam com tanto carinho e dedicação de nossas crianças e jovens.

Parabéns a todos vocês!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais, por 1 minuto.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é novidade para ninguém nesta Casa que o País está mergulhado numa profunda crise econômica e política. Mas, contraditoriamente, é neste momento que o sistema político precisa produzir decisões estratégicas e estruturantes.

Hoje à noite, nós temos que votar o projeto que permite a renegociação da dívida dos Estados. A situação no Rio de Janeiro está assumindo contornos dramáticos, e isso é só o prenúncio do que pode acontecer com outros Estados.

Não podemos estimular a irresponsabilidade fiscal, mas temos que abrir esta porta de renegociação, porque, senão, isso pode contaminar o quadro nacional.

Sr. Presidente, registro artigo de minha autoria: *Recuperação fiscal dos estados e a retomada do crescimento*.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

O País patina na recessão há três anos. Os níveis alarmantes de desemprego são a face mais cruel do Brasil de nossos dias. A retomada do crescimento é o desafio número um. Para tanto é preciso o retorno dos investimentos, a melhoria do ambiente institucional, a reconstrução da confiança nos fundamentos da economia brasileira e a queda das taxas de juros.

No plano subjetivo da recuperação da credibilidade da política econômica e melhoria do clima para a retomada, há muitas notícias boas. O teto para a expansão do gasto público, as mudanças em empresas como PETROBRAS e BNDES, a discussão das reformas estruturantes, o combate à corrupção pelas instituições republicanas, a transparência na contabilidade pública começam a oxigenar o ambiente.



Mas, nos vetores objetivos em relação aos investimentos e aos juros, tudo depende do reequilíbrio fiscal do setor público. O Brasil registrou, nos últimos dois anos, déficits nominais (soma de todas as receitas subtraídas de todas as despesas financeiras e operacionais) de perigosos 10% do PIB (tudo que o país produz em um ano). Mais do que os países europeus antes da crise recente estourar. Ou seja, a cada ano, o Governo tem que buscar se financiar no mercado. Qualquer trabalhador ou família sabe que isso é insustentável. Gastando indefinidamente mais do que se tem, a dívida cresce como bola de neve, os juros ficam cada vez maiores e os prazos cada vez mais curtos. Por outro lado, o nível de investimento é pífio.

Boa parte do desequilíbrio orçamentário do setor público tem a ver com o desajuste das finanças públicas dos estados brasileiros, que estão estrangulados, sendo que Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais se encontram em situação de calamidade financeira, com atraso de pagamentos, investimentos próximos de zero e expedientes inadequados como a apropriação dos depósitos judiciais.

A situação nos casos mais graves é uma combinação dos efeitos da recessão, com má gestão fiscal e queda recente dos produtos primários. Além da corrupção, é claro. Alguns Estados fizeram o dever de casa e estão mais equilibrados. Mas outros, como o Rio, estão à beira de um colapso.

Em função disso, há três semanas, tentamos votar o Projeto de Lei Complementar 343/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, e possibilita um alívio por três anos no pagamento das dívidas consolidadas, em 1997, com o governo federal, em troca de um programa de ajuste fiscal. O saldo devedor de Minas Gerais, por exemplo, é de mais de R\$ 80 bilhões. A atuação da bancada de oposição e de representação corporativa somada ao desinteresse das bancadas de estados não imediatamente beneficiados têm inviabilizado a aprovação.

Mas, se não produzirmos essa a decisão, viveremos no Rio, em Minas e no Rio Grande do Sul consequências gravíssimas com o comprometimento radical de serviços públicos essenciais, processo que já se encontra em marcha.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, do PT do Rio Grande do Sul, por 1 minuto.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu acho que ainda não caiu a ficha! Neste Parlamento nós temos que ter consciência de que as delações estão se iniciando. Há muita coisa no forno e muita coisa por acontecer. Portanto, devemos ter todo o cuidado com relação à pauta que nós estamos enfrentando.

Diante de todo esse cenário, de toda essa situação e de tudo aquilo que está por vir, vamos votar a recuperação fiscal dos Estados? Amanhã vamos votar a reforma previdenciária? Depois de amanhã vamos votar a reforma trabalhista? Isso é o fim do mundo! Sim, este é o fim do mundo que nós estamos patrocinando!

Há quem imagine que nós temos obrigação de votar para mostrar que estamos aqui, mas e quanto a tudo que está acontecendo e que envolve o Parlamento? Peço sensibilidade e compreensão da dimensão do momento que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, a Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, por 1 minuto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, trago um pronunciamento a respeito dos três projetos de lei que foram aprovados por nossa Casa e sancionados pelo Presidente da República na semana passada. Os projetos tratam da amamentação, do aleitamento materno e das mulheres encarceradas, estabelecendo, entre outras coisas, o direito ao parto e à assistência durante a gestação, sem o uso das algemas.

Também registro a minha alegria por saber que o nosso Juiz da Vara de Lages, o Dr. Takaschima, irá atuar no Conselho Nacional de Justiça, em especial fazendo frente a duas demandas importantes que há no País: a do sistema carcerário e a dos adolescentes em conflito com a lei.

Peço que os meus pronunciamentos sejam dados como lidos e divulgados pelos nossos veículos de comunicação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 13 de abril, foram sancionadas as Leis nºs 13.434, 13.435 e 13.436, que tratam de amamentação, aleitamento materno e mulheres encarceradas.

A tramitação dos respectivos projetos de lei foi uma ação conjunta das bancadas femininas do Congresso Nacional, face à importância dos temas.

A Lei nº 13.434 acrescenta *“parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de*



algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato”.

A Lei nº 13.435 estabelece que o mês de agosto será o Mês do Aleitamento Materno, quando serão intensificadas ações intersetoriais de conscientização e esclarecimento sobre a importância do aleitamento materno.

A Lei nº 13.436 altera o art. 10º da Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, que trata da atenção à gestante em hospitais públicos e particulares, acrescentando a ele o inciso VI e estabelecendo que o processo de amamentação deve ser acompanhado na prática, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando-se técnica adequada e prestando-se orientação técnica.

As legislações relativas à amamentação complementam as ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde — OMS, que promovem, do dia 1º ao dia 7 de agosto, a Semana Mundial do Aleitamento Materno, lembrando o quanto o leite materno pode fazer diferença na vida da criança, estimulando as mães a praticarem esse gesto de amor e esclarecendo as principais dúvidas sobre o tema.

A legislação da proibição de algemas em mulheres presas durante o trabalho de parto garante tratamento humanitário às presas nessa situação. A iniciativa é uma tentativa de proteger a saúde das gestantes presas e de seus bebês.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um importante registro para todos nós que trabalhamos para o aperfeiçoamento dos instrumentos do



Estado quanto à ressocialização de nossos adultos que estão no sistema prisional e jovens em conflitos com a lei que cumprem medidas de internação.

O Juiz catarinense Alexandre Karazawa Takaschima foi convocado pela Presidente do Supremo Tribunal Federal — STF e do Conselho Nacional de Justiça — CNJ, a Ministra Cármen Lúcia, para atuar como Juiz-Auxiliar da Presidência do CNJ junto ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas — DMF, criado pela Lei nº 12.106, de 2009.

Natural de Florianópolis, o Dr. Takaschima estava à frente da Vara da Família de Lages desde 2011, já tendo trabalhado em diversas comarcas do Estado, como Balneário Camboriú, Otacílio Costa, Anita Garibaldi, São Joaquim e Criciúma. Também teve atuação como Juiz-Coordenador da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude — CEPIJ, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina — TJSC, de setembro de 2010 a dezembro de 2011. Assumiu como Juiz-Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, no Núcleo de Direitos Humanos, de maio de 2012 a janeiro de 2016. Até abril de 2017, esteve à frente da Coordenação de Execução Penal, no Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo — GMF/TJSC.

Recentemente, em entrevista para o jornal *Correio Lageano*, o Dr. Alexandre Karazawa Takaschima disse que assumir as funções na Comarca de Lages era a realização de um desejo antigo de voltar a ter contato com os serranos, já que sua afinidade com aquela população é muito grande.



Seu grande sonho é ver instaurada a Justiça Restaurativa em Santa Catarina e melhorar a execução penal, além de ser defensor do direito à educação dos presidiários e contrário à redução da maioria penal.

Segundo o Dr. Takaschima, a Justiça Restaurativa é uma nova técnica disponibilizada em que alguns casos, que acredita que trarão bons resultados. Em Santa Catarina, a ideia é formar de 50 a 60 facilitadores, que serão as pessoas que trabalharão efetivamente com a Justiça Restaurativa, em três focos, dentro do sistema de justiça, educação e comunidade, na construção da paz e na transformação de conflitos.

Diz ele:

Existem conflitos, sempre vão existir nas relações humanas, cada um tem uma individualidade, e em alguns pontos temos divergências. O que ocorre aqui é uma judicialização das situações. O que as pessoas precisam, é ter capacidade de diálogo. (...)

Uma das grandes vantagens de implantar na educação é que a gente pode começar a trabalhar com as novas gerações essa perspectiva de transformação de conflitos, diálogos, comunicação não violenta, da paz, uma ideia de empoderamento do cidadão no sentido de que, se existe um problema, posso encontrar uma solução, sem, necessariamente, precisar de um terceiro para resolver esse problema. Essa é a ideia, a possibilidade de um novo foco em relação aos conflitos.



Por isso, a ideia não é trabalhar tão somente a Justiça Restaurativa dentro do Poder Judiciário, inclusive, queremos implantar na relação Poder Judiciário com a comunidade, com a vítima, agressor, mas também dentro da própria instituição, que tem conflitos internos.

Também aproveito para comunicar que foi aprovado requerimento de minha autoria, para realização de reunião de audiência pública para tratar sobre a revisão das medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA na Comissão Especial que trata deste tema e da qual sou titular.

Entendo que, para deliberarmos sobre a revisão do ECA, é fundamental conhecermos a realidade da violência que envolve o jovem no País. Não basta só ficarmos no debate teórico das mudanças cabíveis. Também é crucial conhecermos a realidade das unidades que implementam tais medidas.

Entre os convidados, elenquei o nome do Dr. Alexandre Karazawa Takaschima por sua vasta experiência na área. Mas fiquei muito honrada em saber, no dia seguinte, que o nosso magistrado catarinense tinha recebido o convite para ser Juiz-Auxiliar da Presidência do CNJ junto ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Certamente aquela instância do Poder Judiciário terá um grande batalhador pela melhoria do nosso sistema carcerário e das medidas socioeducativas.

Peço que o presente pronunciamento seja transcrito nos Anais da Casa e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, há duas semanas registrei desta tribuna o Manifesto da Convenção Batista Brasileira, que expõe as preocupações da Convenção com a reforma da Previdência. Retorno hoje com o mesmo objetivo, agora para pedir o registro nos Anais da Casa e a publicidade nos seus meios de comunicação de pronunciamento da mesma Convenção, porém com argumentação contundente contra a colocação em pauta da referida matéria, a PEC 287, de 2016.

Reafirmo a minha identidade e a minha identificação com o pensamento de milhões de batistas brasileiros.

Segue o texto anexo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Pronunciamento da Convenção Batista Brasileira sobre a Reforma Previdenciária (PEC 287/2016)

“O rei justo sustém a terra, mas o amigo de impostos a transtorna”.
(Provérbios 29:4).

A Convenção Batista Brasileira, através de sua Diretoria, representando as milhares de Igrejas a ela filiadas, presentes neste país desde 1871 e das quais hoje participam mais de três milhões de cidadãos brasileiros, vêm manifestar suas preocupações diante das propostas de mudanças no regime previdenciário brasileiro contidas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC 287/2016).

Conquanto defendamos o princípio da separação entre Igreja e Estado, é nosso dever levantar a voz (como fizeram os profetas da Bíblia e no correr da



história cristã) sempre que a justiça social estiver sob ameaça que, como cremos, é o caso da reforma nos termos preconizados, se for implementada. Assim,

1. Começamos por lembrar que o sistema previdenciário brasileiro cumpre fundamental papel na redistribuição e realocação da renda, constituindo-se em eficaz instrumento de inclusão social, pelo combate que promove à desigualdade social e pela provisão de segurança alimentar para significativa parcela da nossa população.

2. Reconhecemos que a expectativa média de vida dos brasileiros vem aumentando, ainda que lentamente diante das necessidades humanas e desigualmente entre os segmentos da sociedade, sobretudo entre os mais pobres, que ainda morrem muito cedo.

3. Concordamos que há razões que fundamentam a reforma da Previdência, uma vez que o equilíbrio destas contas interessa ao desenvolvimento econômico e social e que a manutenção dos parâmetros vigentes de aposentadoria significa, do ponto de vista técnico e atuarial, permitir que a atual geração consuma todos os recursos do sistema, o que poderá condenar as gerações futuras a não receber os benefícios pelos quais contribuíram ao longo de todas as suas vidas.

No entanto, as alterações propostas pelo Poder Executivo e em discussão no Poder Legislativo obrigam-nos a formular as seguintes ponderações:

1. Uma vez que, no Brasil, a Previdência Social é um direito social com garantia fundamental (conforme previsto na Constituição Federal de 1988), entendemos que alterar extemporaneamente as suas regras sem uma ampla discussão por parte da sociedade é injustificável, sob quaisquer argumentos, já que impõe milhões de brasileiros ao desamparo, por lhe faltar um seguro social e, conseqüentemente, ao extermínio.

2. Uma vez que as razões de ordem técnica não obtiveram o consenso dos especialistas, entendemos que essas razões não podem ser apresentadas como se fossem a única saída, como dizem as peças publicitárias governamentais, com o objetivo de mascarar os números e cercear um debate absolutamente necessário e urgente.

3. Uma vez em que não se pode ignorar que todo sistema previdenciário será injusto, se os seus gestores não fazem o que é preciso ao longo de tempos de



acumulação, no seu dever de proteger e garantir a sustentabilidade, a irredutibilidade do poder aquisitivo dos beneficiários, a distributividade, a dignidade e a paz social, entendemos que a reforma não pode ser tratada como medidas políticas paliativas e capazes de ferir de morte a confiança da população contribuinte, que se sente ludibriada, com consequências ainda mais nefastas, inclusive, para o influxo de mais recursos.

Assim, viemos responsabilmente conclamar que:

1. A Reforma da Previdência, como proposta pelo governo federal, seja retirada da pauta no Congresso, até ser discutida amplamente pela sociedade civil, com apresentação de números inquestionáveis e correspondentes parâmetros de alteração para o aperfeiçoamento do sistema, dadas as consequências das alterações para a geração atual e para as futuras.
2. As medidas a serem propostas, depois de profundamente discutidas, venham a considerar os aspectos de alcance social e não apenas financeiro, como: a) a necessidade de se manter as diferenças de tempo de contribuição entre homens e mulheres, as quais sabidamente exercem uma dupla jornada laboral, que implica em pesada carga sobre seus corpos e projetos de vida; b) a sabedoria de se considerar nossos graves desequilíbrios regionais, bem como as diferenças de expectativa de vida entre as populações das regiões mais pobres em contraponto com as de maior poder aquisitivo; c) a justiça de se levar em conta que os trabalhadores mais pobres e sem qualificação, muitos sem a proteção das carteiras de trabalho, os quais só excepcionalmente alcançarão os 49 anos propostos de contribuição para fazerem jus aos proventos de aposentadoria integrais; d) o cuidado de os benefícios a perceber jamais sejam inferiores a um salário-mínimo.
3. O governo federal considerará como receitas para a Previdência Social rubricas que hoje não contabiliza, entre elas a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a contribuição para o financiamento da Seguridade Social, o PIS-Pasep e outras receitas. Providência que alterará substancialmente os números apresentados para o alegado déficit do sistema.
4. O governo federal liderará, junto com órgãos internos, acompanhados com órgãos externos competentes, uma investigação profunda da aplicação dos recursos arrecadados para sustentar a previdência e a seguridade social, o que passará pela



transparência governamental em relação aos números superficialmente apresentados, para que os desmandos cometidos com o suor dos trabalhadores contribuintes não dilacerem o futuro de nossa nação e a sobrevivência dos nossos irmãos.

5. O governo federal, usando dos recursos legais que dispõe, cobrará as dívidas de empresas junto à Previdência, que totalizam mais de R\$ 426 bilhões, inadimplência e atraso que são abusos que não podem ser permitidos, uma vez que inviabilizam o sistema e penalizam os mais pobres.

6. O governo federal reduzirá as desonerações fiscais concedidas aos segmentos privados, com prejuízo para o equilíbrio das contas do Estado e das nossas famílias.

Por fim, Desafiamos efetivamente a todos os que se reúnem em nossas Igrejas a orar pelo bem de nossa Nação, no comum desejo de que Deus nos permita participar da construção de um país em que justiça social e o cuidado com os mais necessitados sejam pauta permanente de nossas políticas públicas, conforme o belo programa que temos na Bíblia, especialmente no livro do profeta Isaías, capítulo 65, versos 17 a 25, cuja leitura recomendamos aos poderes da República por seu valor atemporal. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2017 – Pr. Vanderlei Batista Marins Presidente - Pr. Sócrates Oliveira de Souza - Diretor Executivo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga, por 1 minuto.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a crise realmente é sem precedentes. Assistimos diariamente a biografias serem enxovalhadas enquanto o povo bate palmas. A mídia está com suas pautas lotadas, sempre repetindo as mesmas notícias.

A criminalização da política, Sr. Presidente, é muito perigosa, e quem deve dar uma resposta ao que está acontecendo é exatamente esta Casa, mas isso não está sendo feito. Essa generalização é muito ruim para o meio político. Vale lembrar que uma pessoa investigada não é uma pessoa condenada. A condenação está sendo feita pela própria imprensa, que divulga notícias de forma mentirosa e falaciosa para atacar a classe política.

Ontem mesmo, numa segunda-feira, disseram que os Parlamentares correram, mas, na verdade, às segundas-feiras não há sessão nesta Casa.

Então, que fique esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar seu discurso no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro, por 1 minuto.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estive ontem em Pirapora, às margens do Rio São Francisco, na Câmara Municipal, a convite do Vereador Alex César.

Quero agradecer a V.Exa. a oportunidade para fazer um debate sobre a reforma previdenciária e a reforma trabalhista. Hoje nós estamos diante de um substitutivo do Relator da reforma trabalhista, Sr. Presidente, que é pior do que o texto original.

Para V.Exa. ter ideia, possibilita que a mulher grávida possa trabalhar em área insalubre. Então, há coisas absurdas. Essa reforma mexe em 117 artigos da CLT, desestrutura toda a Justiça Eleitoral, praticamente destrói todas as conquistas importantes, todos os avanços do Direito do Trabalho do nosso País. Portanto, desorganiza toda a relação capital/ trabalho.

Nós temos que dizer “não” à reforma trabalhista. Nós não podemos permitir mais esse golpe aqui neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. O seu pronunciamento será no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes, por 1 minuto.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cada vez que lemos o texto da reforma trabalhista, temos a impressão de que querem tornar o nosso trabalhador escravo. A lei permite que a mulher grávida possa trabalhar em área insalubre, a lei não protege o trabalhador. Essa lei é contra o trabalhador e a serviço do patrão.

Em reunião com várias pessoas do mundo do trabalho, ninguém em sã consciência aceita essa lei seja aprovada, sem que haja uma modificação.

Nós Deputados estamos preocupados e queremos que essa lei seja totalmente modificada porque, da forma como está posta, ela não irá ajudar o trabalhador, mas irá torná-lo escravo. O trabalhador ficará preso a um salário que não corresponde à realidade.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino, do PT da Bahia, por 1 minuto.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem houve uma grande audiência pública em Salvador, para discutir o Projeto de Lei nº 6.437, de 2016, que regulamenta as atribuições dos agentes comunitários, com a presença do Deputado Valtenir Pereira, Relator da Comissão Especial.

Deixo registrado o meu total e irrestrito apoio à causa dos agentes comunitários e agentes de combate às endemias.

Ao mesmo tempo, quero dizer da minha preocupação com duas matérias que tramitam nesta Casa: a reforma trabalhista e a reforma previdenciária.

A reforma trabalhista quer alterar mais de 100 pontos da CLT, permitindo até que mulheres grávidas possam trabalhar em lugares insalubres. Nela também há a questão de o negociado prevalecer sobre o legislado, a partir do que não vai ser respeitado o mínimo de proteção ao trabalhador, e a possibilidade de os acordos feitos no âmbito de uma empresa se sobreporem aos acordos de convenções coletivas e à própria lei também.

A reforma da Previdência, que tem a repulsa de 93% dos brasileiros, mesmo com as mitigações que o Governo está prometendo, como a redução da idade mínima para a aposentadoria, está totalmente errada.

Sr. Presidente, nós não podemos aprovar nem a reforma previdenciária, nem a reforma trabalhista que está sendo proposta pela Comissão Especial.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro, por 1 minuto.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui registrar a nossa indignação com o caos em que vive a segurança pública no Estado do Pará, cujo Secretário de Segurança é uma pessoa irresponsável, despreparada e apática.

São registradas cerca de 30 mortes por final de semana, na Grande Belém. Vários policiais já foram mortos. Só nos últimos 3 dias, três policiais foram baleados e dois foram mortos. Nos últimos 3 meses, foram vitimados 16 policiais.

Os traficantes e bandidos tomaram conta do Estado do Pará, matando as nossas famílias e viciando os nossos filhos. A família paraense já não sabe a quem recorrer nem o que fazer.

Como se não bastasse, na Câmara Municipal de Belém, Vereadores fizeram homenagem a uma bandida, uma traficante morta no último fim de semana. Isso é um absurdo e uma verdadeira inversão de valores.

Deixo registrada a minha indignação em favor dessas famílias...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PMDB-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, quero registrar o trabalho realizado pela Comissão Especial que vai emitir parecer ao Projeto de Lei nº 6.437, de 2016.

Ontem membros da Comissão Especial estiveram em Salvador e Aracaju, onde realizamos duas audiências públicas, dois seminários estaduais. Na ocasião atingimos o número de oito capitais visitadas. Nosso objetivo é visitar 22. Estaremos em Santa Catarina e no Paraná também.

Na quinta-feira desta semana vamos a Belém debater o PL 6.437/16, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que trata das atribuições dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, bem como da formação técnica desses profissionais...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O discurso de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, volto a esta tribuna para falar do preço das passagens aéreas, do roubo que está sendo praticado pelas empresas.

Hoje falo especialmente da Gol. Na semana passada falei da TAM. Para V.Exa. ter ideia, Sr. Presidente, a empresa tem a capacidade de cobrar 1.700 reais no trecho Brasília-Palmas. Na semana passada um companheiro meu comprou uma passagem de ida e volta para a China por 1.700 reais. Daqui para o Tocantins são 58 minutos de voo. Isso é um absurdo!

Temos um projeto de lei para resolver essa situação. Vou pedir ao Presidente Rodrigo Maia que o coloque em pauta para podermos barrar o absurdo que é cometido pelas empresas aéreas. Em cima da hora, os valores cobrados no Brasil são os mais altos do mundo.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento contra esse absurdo referente às passagens aéreas brasileiras que afeta grande parte da população do nosso País seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer o registro da presença do nosso Deputado e Líder na Assembleia Legislativa do Acre, o Deputado Luiz Gonzaga, que veio a Brasília para participar, com o Diretor do DERACRE — Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Acre, o Dr. Cristovam, de uma audiência com o Ministro Maurício Quintella.

Nesta audiência, nós vamos tratar de melhorias para as BR-364 e BR-317, duas importantes rodovias do nosso Estado. Mais do que isso, vamos cobrar também a melhoria das pistas de pouso em Municípios isolados, como Jordão, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Santa Rosa do Purus. Essas pistas de pouso hoje colocam em risco a vida da população em Municípios a que só se têm acesso por via aérea ou fluvial.

Peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero encaminhar e dar como lidos três pronunciamentos.

O primeiro pronunciamento é sobre o grande trabalho que as Centrais de Abastecimento — CEASA fazem em Santa Catarina, entre o produtor e o consumidor, um trabalho exemplar ligado à Secretaria de Agricultura do Estado.

O segundo pronunciamento é sobre o Programa SC Rural, que já investiu 380 milhões de reais no meio rural de Santa Catarina, através do Banco Mundial — BIRD, e que é um exemplo para todo o Brasil.

O terceiro pronunciamento é sobre a bovinocultura de leite. Santa Catarina já é o quarto maior produtor de leite no Brasil, setor em que vem crescendo muito acima da média nacional. Isso é motivo de orgulho muito grande para nós. Agora estamos inaugurando mais uma unidade da Tirol, no Município de Pinhalzinho. Realmente a bovinocultura de leite representa muito para o Estado.

Sr. Presidente, peço que os meus pronunciamentos sejam divulgados pelo programa *A Voz do Brasil*.

Era isso o que tinha a dizer.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que as Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina — CEASA/SC encerraram o primeiro



trimestre de 2017 com um crescimento nas vendas e uma queda nos preços para o consumidor, devido a fatores climáticos e supersafra de alguns produtos.

Nos primeiros 3 meses deste ano, o valor médio dos alimentos ficou em R\$1,64 por quilo, enquanto que, em 2016, o preço era de R\$2,03 por quilo. A movimentação financeira chegou a R\$ 157 milhões no acumulado de janeiro a março, com a comercialização de aproximadamente 95,8 mil toneladas de hortifrutigranjeiros.

Produtos como batata inglesa, cebola, tomate, cenoura, maçã, melancia e mamão ficaram até 62,2% mais baratos do que no primeiro trimestre do último ano.

Com esses preços mais atrativos, a CEASA espera continuar atraindo novos produtores rurais, para equilibrar os preços e gerar recursos financeiros justos tanto para o setor rural quanto para o mercado consumidor, haja vista que nossos produtos são até 17,49% mais baratos e com qualidade equivalente à dos produtos de outros Estados.

As Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A são vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e funcionam como um elo entre o produtor e o consumidor, por meio da comercialização atacadista e varejista de pescado, produtos hortifrutigranjeiros, alimentos e insumos orgânicos, produtos ornamentais e de floricultura e artesanais.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que empreendimentos da agricultura familiar apoiados pelo Programa SC Rural registram um importante crescimento nos últimos meses.



Em parceria com o Banco Mundial — BIRD, o programa já investiu mais de R\$ 380 milhões no meio rural catarinense, tendo alcançado a nota máxima na avaliação do Banco e sendo classificado como “altamente satisfatório”.

A principal meta do programa era aumentar em 30% a renda dos agricultores catarinenses participantes, e esse valor acabou sendo superado. Um estudo de avaliação de impacto realizado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola — CEPA/EPAGRI mostrou que o valor das vendas dos empreendimentos dos agricultores familiares que aderiram ao SC Rural cresceram mais de 118% nos últimos 6 anos, enquanto os empreendimentos não apoiados pelo programa tiveram um aumento mais modesto, de 44%.

A Secretaria de Agricultura do Estado informa que um dos grandes diferenciais do SC Rural é o seu modelo de gestão. O programa é tratado como uma ação de governo e envolve o meio rural como um todo, não só a agricultura e a pecuária, a exemplo de projetos em áreas de infraestrutura, meio ambiente, acesso à Internet, assistência técnica e defesa sanitária.

Vale ressaltar que a parceria entre Santa Catarina e o Banco Mundial deu tão certo que deverá ter continuidade, por meio da implantação de um Núcleo de Inovação Tecnológica — NIT voltado para agricultura familiar no Estado.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Presidente da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor de Bovinocultura do Leite, gostaria de destacar que Santa Catarina já é o quarto maior produtor de leite do País, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE divulgados



recentemente pela Secretaria de Estado de Agricultura, com um volume de 2,43 bilhões de litros recolhidos pelas indústrias. Esse volume não leva em conta o leite produzido e consumido nas propriedades, que é em torno de 25% do total.

O motivo da ascensão de Santa Catarina é por ser tratar do único Estado entre os cinco primeiros que cresceu em produção. Enquanto Goiás caiu 5,5% no ano passado, em virtude de uma seca no Centro-Oeste, em Santa Catarina houve crescimento de 3,8%. No Brasil, houve queda de 3,7%.

A produção leiteira no Estado envolve 70 mil famílias e gera milhares de empregos no campo, no setor de serviços e transporte e na indústria. Com apenas 1,2% do território brasileiro, Santa Catarina representa 10,5% da produção nacional.

Vale ressaltar que cerca de 75% da produção de leite de Santa Catarina é da nossa região oeste. Em Pinhalzinho, um novo investimento está sendo feito pela Tirol, sendo que a nova unidade, que já está recebendo leite no local, deve começar a industrializar a produção no segundo semestre. O investimento é de R\$ 100 milhões, vai gerar 115 empregos e processar 400 mil litros por dia.

O sucesso da atividade leiteira em Santa Catarina se deve ao clima favorável para implantação de pastagens e à abundância de água.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado César Messias, do PSB do Acre, por 1 minuto.

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje o Presidente Michel Temer ofereceu um café da manhã à sua bancada, para discutir o parecer sobre a proposta de reforma da Previdência.

Gostaria de aproveitar este momento e novamente fazer um apelo ao Presidente: que ele retirasse essa proposta daqui e desse um prazo de 60 dias para que ela fosse discutida com a sociedade, visto que isso não aconteceu.

Essa reforma vai mexer com a vida das pessoas. Tenho a certeza absoluta de que ela não vai ser aprovada nesta Casa. Não adianta tentar, pois ela já está contaminada. Pela maneira como o Governo mandou essa matéria para cá, tentando empurrá-la goela abaixo, ela não vai passar.

Pelo bem do Brasil, pediria ao Presidente Michel Temer que retirasse essa matéria daqui, para que houvesse uma discussão com a sociedade e tivéssemos condições de apreciá-la.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Vamos divulgar seu pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jose Stédile.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero deixar registrado o meu respeito aos produtores de alho de todo o Brasil, em especial os da Serra Gaúcha e os das demais regiões do Estado do Rio Grande do Sul. São pessoas que trabalham de sol a sol para produzir esse importante produto agrícola.

Quero deixar registrada também a minha preocupação, Sr. Presidente, com a situação desses produtores. A lei *antidumping* impede que a importação do alho chinês destrua a produção nacional. Ocorre que os importadores, através de liminares, estão evitando o pagamento dos tributos previstos na lei. Com isso, prejudicam muito a produção de alho no nosso País. No ano passado, cresceu em quase 70% a importação desse produto da China, o qual chega aqui com preço menor do que o custo da nossa produção.

Então, aqui fica a minha solidariedade ao produtor e o registro da minha luta em favor do alho do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, o seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Delegado Edson Moreira, do PR de Minas Gerais.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assistimos, diariamente, nos noticiários de Minas Gerais e do Brasil afora, à violência com que são tratados os professores em sala de aula. Alunos que deveriam ir à escola buscar conhecimento estão fazendo o quê? Bagunça. Querem ouvir *funk* em sala de aula e desafiar os professores que estão ali para ensiná-los. Eles deveriam estar lá para aprender, mas, na verdade, não querem isso. Eles querem bagunçar, querem subverter a ordem. Não sei que exemplos estão seguindo, mas não são os exemplos — pelo menos, acho que não — ensinados pelos seus pais. Dizem que os filhos são os espelhos dos pais.

Eu acho muito difícil nos dias de hoje o que está acontecendo. Isso explica tudo o que acontece no País nos dias de hoje. O brasileiro só quer levar vantagem, só quer o “venha para o meu bolso”, e os outros que se danem. E não é assim que se fazem as coisas.

A escola está aí para encaminhar o futuro do País, mas ninguém quer ir por esse lado. O pessoal prefere o mais fácil. E qual é o mais fácil? É tomar dos outros.

Se alguém esquece alguma coisa, algum objeto de valor, em cima de alguma mesa ou em cima de qualquer lugar, a outra pessoa não avisa a quem esqueceu. Antes, vai lá, passa a mão na coisa e leva para casa como se fosse sua. Ela se apossa do que é alheio. Quer dizer, a educação no Brasil está nessa condição. E isso explica os altos índices de violência que nós temos no Brasil, um dos países que mais mata no mundo, com 60 mil pessoas mortas em 1 ano.



Minas Gerais é um dos Estados onde o crime violento se perpetua e se expande a cada dia. Belo Horizonte é uma Capital onde morrem diariamente mais de 30 pessoas assassinadas. E por aí vai. Portanto, viemos aqui pedir encarecidamente: vamos investir mais em educação, para que amanhã invistamos menos no combate à violência e à criminalidade e em penitenciárias.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto. Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Vinicius Carvalho.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi hoje a informação de que, aqui em Brasília, por exemplo, mais de 100 mil pessoas beneficiárias do auxílio-doença passaram por uma verificação no final do ano passado, sendo que 85 mil deixaram de receber o benefício por irregularidades e apenas 15 mil continuaram a recebê-lo.

No Brasil, recuperou-se mais de 1 bilhão de reais de auxílios-doença recebidos por pessoas que já não tinham mais direito ao benefício.

É lamentável, Sr. Presidente. Vemos que o problema do nosso País está entranhado dentro da sociedade, dentro das famílias, que não têm uma formação de base. Precisamos refletir sobre isso.

Peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o poeta e pensador Inácio André escreveu um poema que quero transmitir neste momento a todos os brasileiros e brasileiras. Em um trecho do poema está dito: *“Apagar o passado é impossível, mas pode pôr um ponto, virar a página e escrever uma nova história”*.

Este poema descreve em toda sua literalidade o dia 17 de abril de 2016. Essa data relembra o início dos golpes e das infâmias que o País vem sofrendo após o holocausto político perpetrado pelos golpistas, usurpadores e chantagistas que retiraram a nossa Presidenta Dilma Rousseff do poder.

Completa-se 1 ano que o ex-Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, abriu o roteiro de um golpe parlamentar que arruinou a economia brasileira — que encolheu quase 10% desde então — e desmoralizou a imagem do Brasil perante o mundo. De País admirado pela melhoria dos indicadores sociais, o Brasil voltou a ser uma típica república bananeira, marcada por golpes rasteiros.

No início, a discussão era de que Dilma havia cometido crime de responsabilidade. Levantaram-se hipóteses jurídicas mergulhadas em erros e difamações. Após a aceitação da abertura do pedido do *impeachment*, os golpistas trabalharam para retirar Dilma do poder. Agora, o Brasil entende o porquê do golpe.

Vivenciamos um trator golpista, que retira direitos, para que o Brasil venha a encalhar. Os golpistas querem um povo cativo, assim como o faraó fez com os hebreus, antes de Cristo.



Com isso, desejo alertar a todos e apresentar o raio-x do golpe jurídico, midiático e político, desde o seu início. Na realidade, o partido com o maior número de políticos investigados na Operação Lava-Jato, o PMDB, vinha ameaçando, sistematicamente, pular fora do Governo.

Sr. Presidente, dou como lido o inteiro teor do meu pronunciamento e peço a ele seja dada a devida publicidade pelos meios de comunicação da Casa e também no programa *A Voz do Brasil*, antes que ele se acabe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, Sr. Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o poeta e pensador Inácio André escreveu um poema que quero transmitir a todos os brasileiros e brasileiras: *“Apagar o passado é impossível, mas pode pôr um ponto, virar a página e escrever uma nova história”*.

Este poema descreve em toda sua literalidade o dia 17 de abril de 2016. Esta data relembra o início dos golpes e das infâmias que o País vem sofrendo após o holocausto político perpetrado pelos golpistas, usurpadores e chantagistas que retiraram a nossa Presidenta Dilma Rousseff do poder.

Hoje, completa-se 1 ano que o ex-Presidente da Câmara Federal, o Eduardo Cunha, abriu o roteiro de um golpe parlamentar que arruinou a economia brasileira — que encolheu quase 10% desde então — e desmoralizou a imagem do Brasil perante o mundo. De País admirado pela melhoria dos indicadores sociais, o Brasil voltou a ser uma típica república bananeira, marcada por golpes rasteiros.



No início, a discursão era de que Dilma Rousseff havia cometido crime de responsabilidade. Levantaram-se hipóteses jurídicas mergulhadas em erros e difamações. Após a aceitação de abertura de pedido de *impeachment*, os golpistas trabalharam para retirar a Presidenta Dilma do poder. Agora, o Brasil entende o porquê do golpe.

Vivenciamos um trator golpista que retira direitos para que o Brasil venha a encalhar. Os golpistas querem um povo cativo, assim como o faraó fez com os hebreus, antes de Cristo.

Com isso, desejo alertar a todos e apresentar o raio-x do golpe jurídico, midiático e político desde seu início. O partido com o maior número de políticos investigados na Operação Lava-Jato, o PMDB, vinha ameaçando sistematicamente pular fora do Governo caso este não acatasse suas vontades e lhe desse ainda mais cargos e salvasse Eduardo Cunha da cassação do mandato.

Em dezembro de 2015, Temer vaza intencionalmente uma carta chorosa na qual reclama que a Dilma nunca confiou totalmente nele. Afinal, como pode alguém confiar “nesse pilar de falsidade”?

Michel Temer foi avisado com antecedência por Eduardo Cunha sobre o acatamento do pedido de *impeachment*, mas não avisou a Presidenta.

Na festa de Natal que organizou para os amigos golpistas, Temer conversou longamente com Fernando Collor. “É a vítima dando lições para o algoz”, afirmou um dos convidados, o Senador Paulo Bauer, do PSDB. Estavam também na festinha o Aécio Neves, o José Serra e o Ronaldo Caiado.

Depois do Senado desferir sua parcela do golpe, Temer torna-se Presidente ilegítimo e apresenta para o País o primeiro Ministério sem mulheres desde Geisel e



composto basicamente de homens brancos, incluindo sete investigados pela Operação Lava-Jato, conferindo-lhes foro privilegiado — os jornais “esqueceram” de noticiar esse detalhe. Foram extintos os Ministérios da Cultura, Direitos Humanos, a Secretaria das Mulheres, Igualdade Racial e Juventude.

Pouco depois de assumir a Presidência interina, o golpista Michel Temer desmonta um dos símbolos do Governo Dilma. Além de mudar o nome do Minha Casa, Minha Vida, Temer decide que o programa deixará de receber recursos do Tesouro Nacional, para subsidiar as casas das famílias mais pobres — na faixa 1, com renda de até R\$ 1.800; e na faixa 2, com renda de até R\$ 3.600.

Depois do golpe dado, Temer precisa salvar Eduardo Cunha da cassação, mantendo-o sob foro privilegiado. Uma delação premiada de Cunha seria devastadora para o PMDB.

No áudio vazado pelo golpista, usurpador e ilegítimo Michel Temer, muito foi dito sobre os “sacrifícios” aos quais a população brasileira precisaria se submeter para “vencermos a crise”, mas nada foi mencionado sobre a Operação Lava-Jato ou sobre o fato de ele mesmo ter sido, por diversas vezes, citado em delações premiadas.

O Programa Uma Ponte Para o Futuro, que poderia ser chamado de “Muro para o Retrocesso”, propõe limitar o PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego apenas para a camada mais pobre da população, reduzindo drasticamente seu escopo. Propõe também limitar os empréstimos estudantis do FIES — Fundo de Financiamento Estudantil, sob a desculpa de tornar o programa social mais “meritocrático”. Como bom entreguista, Temer seguiu esse plano que acaba com o regime de partilha para o pré-sal, entregando a empresas



internacionais de petróleo, com a venda, a preço de banana, de ativos da PETROBRAS, para depois privatizá-la.

Desde que o poder foi usurpado, há sinais claros de que o “U” da sigla SUS não agrada em nada o PMDB. Logo de cara, o Ministro golpista da Saúde diz que há coisas que o Governo não tem condições de sustentar e que o *“tamanho do SUS precisa ser revisto”*.

Com um discurso totalmente voltado para o setor empresarial, o programa pós-golpe planeja pôr um fim em todas as indexações, barrando de vez o reajuste automático do salário mínimo com base na inflação.

Temer propõe e aprova, junto de seus aliados, o congelamento de salários por 20 anos e retira direitos da saúde e da educação.

Temer propõe reformas devastadoras, como a da previdência, a trabalhista, a do ensino médio e a da terceirização com a precarização das atividades fim e meio. Estas propostas apontam para um futuro onde os direitos trabalhistas são severamente podados em nome da “modernização”.

Ainda, o Sr. Temer afirma que não cometeu, durante esse período em que se encontra no Governo, nenhum erro e também que não teve qualquer participação no impedimento da nossa Presidenta Dilma. Que mentiroso! Assim ele vai tomar o lugar de Pinóquio.

Para tanto, Sras. e Srs. Deputados, como dizia o poeta e escritor Inácio, *“nós podemos virar a página e escrever uma nova história”*. Basta que a população brasileira una forças e vá para as ruas até que o golpista Michel Temer e seus aliados renunciem a seus cargos políticos e que o Brasil venha a ter eleições diretas com uma certa urgência. Ou isso acontece, ou, como disse o jornalista Paulo



Nogueira, “o decorativo, medíocre, sem carisma, antiquado, sem liderança e traiçoeiro” acabará de vez com a democracia e com nosso País, levando-o para o abismo.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava conversando agora com o Deputado Rogério Marinho, Relator da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, que fez um trabalho muito grande, moderno e importante para o Brasil que realmente vai destravar a questão trabalhista.

Eu até desafio alguém, porque participei da Comissão Especial, a mostrar um artigo que retire direito de trabalhador. Não existe. Todos eles estão assegurados no art. 7º da Constituição Federal. Portanto, é uma mentira dizer que se retiram direitos de trabalhadores.

Nós precisamos votar com urgência esse projeto. Convoco a bancada do PMDB para que venha ao plenário e marque presença, a fim de que nós possamos votar a urgência para esse projeto importante para o Brasil, que com certeza vai gerar empregos para os 13,5 milhões de brasileiros que estão desempregados, que não têm onde trabalhar, que não têm renda. E é desses que nós estamos falando na reforma trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa três pronunciamentos.

No primeiro, parabenizo o Sindicato dos Técnicos Administrativos e apoio Administrativo Educacional do Estado do Acre, que conseguiu o seu registro perante o Ministério do Trabalho, na pessoa da Presidenta Antônia Souza.

O segundo é sobre uma reunião da Associação dos Municípios do Acre com a bancada federal. Registro o repúdio e a preocupação que os Prefeitos têm em relação aos cortes que foram feitos pelo Governo Temer, sobretudo no que se refere aos ramais, no valor de 73 milhões de reais. Trata-se de uma emenda impositiva.

O terceiro é sobre uma visita que eu fiz ao antigo Colégio Meta, em Rio Branco, onde funcionará o Museu dos Povos Acreanos — fruto também de emenda parlamentar do nosso mandato —, acompanhado da Diretora-Presidente da Fundação Elias Mansour, Karla Martins.

Aproveito para fazer um apelo ao Presidente em relação à votação do recurso apresentado pelo Deputado Jair Bolsonaro ao projeto de lei dos tecnólogos, aprovado em todas as Comissões. Nós queremos derrubar esse recurso aqui no plenário para que esse projeto siga para o Senado e possa ser aprovado. Trata-se de uma reivindicação muito importante e de muitos anos dos tecnólogos do nosso País.

Muito obrigado.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este momento para registrar uma vitória da categoria da educação do Estado do Acre, em que eu tive o prazer de intervir e ajudar. Essa semana o Ministério do Trabalho publicou no Diário Oficial da União (DOU) o pedido do registro sindical do Sindicato dos Técnicos Administrativos e apoio Administrativo Educacional do Estado do Acre (SINTAE).

Essa categoria de mais de 10 mil servidores do Estado, representada pela sua Presidente, Antônia Souza, me procurou para apresentar o projeto deles, pelo qual já batalham há mais de 2 anos, tendo em vista a necessidade que a categoria sentia em estar mais bem representada. Coloquei o mandato a disposição, e graças a Deus caminhamos juntos nesse processo.

Estive em reunião no Ministério do Trabalho, no ano passado, solicitando que o pedido do SINTAE fosse avaliado, pois o projeto atendia a todas as normas e necessidades previstas em lei, e os servidores ansiavam por essa conquista.

Quero parabenizar todos os técnicos, administradores e demais servidores da educação por essa vitória, na pessoa da nossa Presidente Antônia Souza, e reafirmar meu compromisso com toda a categoria, que presta um serviço essencial à população, garantindo um excelente funcionamento do Sistema da Rede Pública de Ensino do Acre.

Num momento de enormes ataques à educação por este Governo golpista, é de extrema importância que os funcionários, servidores e colaboradores que ajudam a impulsionar a educação se sintam valorizados e fortalecidos de alguma forma, pois toda a sociedade conta com o trabalho, a dedicação e a força de vontade de cada



um deles para continuar apostando na educação como saída para um futuro melhor para milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

Muito obrigado!

Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, em agenda em Rio Branco, participei na Associação dos Municípios do Acre (AMAC) de uma importante reunião com a bancada federal do Acre e os Prefeitos do Acre para tratar da emenda impositiva de bancada, visando contemplar a todos os Municípios.

A verba será prioritariamente destinada aos ramais, a partir de critérios objetivos e técnicos definidos pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (DERACRE). Quem nos explicou detalhadamente os critérios foi o Diretor do DERACRE, Cristovam Moura, que participou da reunião.

Mas foi também um momento ideal para ouvirmos os Prefeitos, que conhecem de perto a realidade de cada cidade. Durante o evento, houve uma chuva de críticas ao contingenciamento deste importante recurso, que na verdade se trata de investimento, e não de gasto, como parece acreditar o Governo Federal, que cortou a verba. O valor da emenda caiu de R\$ 154 milhões para R\$ 81 milhões.

É hora de deixarmos de lado as cores partidárias, as diferenças políticas e entrarmos juntos nessa, para brigar pela liberação total da verba.

Deixo aqui registrado meu agradecimento a toda a equipe técnica do DERACRE, na pessoa do Diretor Cristovam Moura, que trabalhou com muita competência na definição dos critérios.

Muito obrigado!



Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, quero registrar aqui a visita que realizei essa semana às antigas instalações do Colégio Meta, em Rio Branco, local onde funcionará o Museu dos Povos Acreanos e que eu tive a grande alegria em poder destinar, aproximadamente, R\$ 2 milhões em emendas parlamentares para restauração, reforma e compra de equipamentos do local. Fui acompanhado da Diretora-Presidente da Fundação Elias Mansour, Karla Martins, que representa o Governo do Estado em todo o processo de criação do Museu.

Fiquei muito feliz em visitar o prédio em que eu estudei por 10 anos da minha vida e que também foi o local pelo qual milhares de crianças e adolescentes do Acre passaram. O prédio tem quatro andares, foi construído há 40 anos por um grupo de padres servos de Maria Reparadora, com o objetivo de educar os filhos de seringueiros. Liderados pelo Padre André Ficarelli, os servos de Maria construíram um dos mais belos e completos projetos arquitetônicos de Rio Branco.

No início, o colégio foi nomeado como Instituto Nossa Senhora das Dores, e posteriormente ficou conhecido como Colégio dos Padres, se tornando mais tarde o Colégio Meta.

O prédio foi desapropriado e passou ao domínio do Estado, que, em parceria com nosso mandato, deve dar início às obras nos próximos 15 dias, tendo a previsão de entrega no segundo semestre de 2018.

O projeto foi idealizado pela Primeira-Dama do Estado, Marlúcia Cândida, e é coordenado pela equipe da Fundação Elias Mansour.

Quero parabenizar o Governo do Estado, nas pessoas de Karla Martins e de Marlúcia Cândida, além de todos os demais envolvidos, por estarem dedicados a um projeto que será um espaço vivo, multimídia, de registro e preservação das histórias



das pessoas que construíram nosso Acre, transformando todo esse conteúdo em fonte de conhecimento, pesquisa, identidade e conectividade com as pessoas da comunidade.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nesta semana, em meio a delações que atingem de morte o núcleo central do Governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, já que nove Ministros são acusados de ato de improbidade, de corrupção, a Presidência desta Casa legislativa insiste em pautar matérias que golpeiam direitos dos trabalhadores brasileiros.

O Presidente Rodrigo Maia ameaça apresentar o relatório da Comissão que trata da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que acaba com a Previdência Social no Brasil, que acaba com a aposentadoria dos trabalhadores. Ele também ameaça aprovar requerimento de urgência para que as emendas apresentadas na Comissão Especial que trata da reforma trabalhista sejam derrubadas e a matéria venha a Plenário. Trata-se do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que rasga e joga no lixo a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.

A Presidência da Casa insiste, ainda, em reapresentar para discussão o Projeto de Lei nº 343, de 2017, que trata da renegociação das dívidas dos Estados, especialmente o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Esse projeto impõe uma série de condições, a maioria delas nocivas, perversas aos interesses dos trabalhadores do Brasil.

É lamentável que, diante de tantas delações, de denúncias de corrupção, de atos de improbidade, de desvio e malversação de recursos públicos envolvendo o



PMDB, o PSDB e o DEM, o Presidente da Casa insista em incluir na pauta matérias tão nocivas aos interesses dos trabalhadores brasileiros.

Deixo aqui registrados o nosso protesto e a nossa contestação.

Queremos previamente anunciar que vamos obstruir a discussão a respeito dessas matérias. E se de fato essas matéria vierem a ser votadas, nós votaremos contrariamente a essas iniciativas nocivas e perversas aos interesses dos trabalhadores do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão, por 1 minuto.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PHS-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã sai o substitutivo ao projeto de reforma da Previdência Social.

É bom alertar a sociedade brasileira: a cada momento aparece uma novidade no Palácio do Planalto. Lamentavelmente, o Relator na Câmara dos Deputados parece um apêndice do Poder Executivo e do Palácio do Planalto.

Quero deixar registrado que já li o substitutivo e continuo votando contra, porque não resolve o problema da Nação brasileira, não é justo.

Para a aposentadoria do professor, querem reduzir a idade mínima para 60 anos, mas se contribuir por 25 anos. Vai se aposentar com 70% do seu salário, depois dos 60 anos de idade.

Isso é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia, por 3 minutos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer três registros. O primeiro é para lembrar que ontem, dia 17 de abril, completaram-se 21 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, em que 21 sem-terra foram assassinados. Até hoje, os policiais que fizeram o massacre não foram condenados; foram todos absolvidos. Essa foi uma grande crueldade contra os sem terra, contra a reforma agrária e contra aqueles que lutam no Brasil.

Ontem foi realizada uma sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Luta pela Terra. Um dos proponentes da sessão foi o Deputado João Daniel, o qual parablenizo. Quero parabenizar também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que participou da sessão de ontem com todas as suas lideranças.

Sr. Presidente, ontem também, dia 17 de abril, fez 1 ano a sessão plenária desta Casa que rasgou a Constituição e rompeu o processo democrático, aquela em que os Deputados votaram pela cassação do mandato da Presidente Dilma Rousseff e deram um golpe na Constituição, na sociedade e na democracia.

Até hoje, depois de 1 ano, não há um fato concreto contra a Presidente Dilma. Essa foi uma grande crueldade, e precisamos registrá-la.

Também quero registrar, Sr. Presidente, que, no dia de ontem, a Comissão Pastoral da Terra — CPT, que faz o levantamento dos assassinatos no campo, mostrou que a violência no campo tem aumentado. No ano passado, 61 sem-terra, trabalhadores rurais e indígenas, foram assassinados. Esse índice aumentou muito se comparado com o do ano anterior.



Isso é fruto do golpe dado na sociedade e que permite que o agronegócio e que os fazendeiros achem que não há lei, que podem fazer o que querem contra os sem-terra, contra os indígenas, contra a população negra neste País. São dados importantes para podermos refletir.

Mas quero concluir dizendo que apareceu um dado importante neste final de semana, que é a pesquisa que mostra que Lula tem 45% de aceitação na sociedade.

Ora, nós estamos vivendo um massacre contra a imagem do Presidente Lula, nós estamos vivendo um massacre contra a imagem do PT. Mas a sociedade reconhece que foi o Governo do Presidente Lula que mudou a vida das pessoas, que criou oportunidades, que desenvolveu este País. E a sociedade está cada vez mais reconhecendo que existe todo um processo para tentar impedir que o Presidente Lula volte em 2018. Isso é importante registrar, porque a população está se manifestando nas ruas, nas pesquisas, em todos os lugares.

O que a Rede Globo, o que a mídia tem feito contra o Presidente Lula... E não há nada que prove algo contra a imagem dele, nada que prove algo contra o Presidente Lula. Mesmo assim esse massacre acontece de manhã, meio-dia, de tarde e de noite. Mas o povo defende o Presidente, pelo legado, pelo que construiu. Isso é fundamental, e nós temos que registrar nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia, 17 de abril de 2017, completam-se 21 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. Na ocasião, 21 sem-



terra foram assassinados durante uma manifestação em Eldorados dos Carajás, Estado do Pará.

O coronel Mario Colares Pantoja e o major José Maria Pereira, que comandaram o massacre, foram presos apenas 16 anos após o massacre, em maio de 2012.

Os 155 policiais militares executores diretos do massacre foram absolvidos — alguns deles, promovidos durante o Governo Ana Júlia, do Partido dos Trabalhadora do Pará. O então Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel, que morreu em fevereiro de 2013, e o então Secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, não foram indiciados.

Esse momento trágico da história brasileira é lembrado com muita mobilização. O dia, transformado no Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, representa não só a lembrança eterna dos que tombaram na luta, mas também um momento para refletirmos sobre a urgência da reforma agrária no País.

Também é dia de lembrar que, há 1 ano, esta Casa envergonhou o País ao aplicar um golpe contra uma Presidenta legitimamente eleita. Tratou-se de um posicionamento que foi ao encontro do golpismo, do desrespeito à Constituição Federal de 1988. Tratou-se de um desrespeito ao voto dos mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras. Voto esse que foi usurpado por uma maioria de Congressistas que não representam a maioria do povo brasileiro, haja vista a forma como tratam os direitos trabalhistas e os direitos das minorias.

Acima de tudo, tratou-se de um golpe contra os direitos mais básicos dos trabalhadores. Um ano depois, está escancarado o conjunto de maldades que o Governo golpista, com a contribuição de muitos Congressistas, quer impor ao povo



brasileiro, a começar pelo congelamento dos investimentos sociais no País por um período de 20 anos. Entregou-se o passaporte para o futuro e mais investimentos em educação e saúde e o pré-sal para os estrangeiros. O Governo quer que cada brasileiro e cada brasileira trabalhem até morrer, literalmente, e nominam isso de reforma da previdência.

Já aprovaram a terceirização irrestrita e querem acabar de vez com os direitos trabalhistas por meio de uma reforma que deixa os trabalhadores e as trabalhadoras nas mãos dos patrões, sem possibilidades de defesa.

No campo da reforma agrária, o ataque vem através da Medida Provisória nº 739, de 2016, que decreta o fim da reforma agrária no Brasil e aponta para a ampliação das desigualdades e para os conflitos no campo. Essa MP não prevê a figura da pessoa acampada, muitas delas há 10 anos, 15 anos, embaixo da lona preta. Expõe o assentado da reforma agrária à especulação imobiliária ao não permitir a opção da família ao modelo de titulação. Joga a responsabilidade do cadastro de pessoas para o Município.

O Governo Temer quer retirar da União a responsabilidade pelo investimento básico nos assentamentos, tais como em saúde, educação e desenvolvimento econômico. Isso é o abandono completo das políticas que garantem alimentos saudáveis ao País. E se não bastasse tudo isso, Temer quer entregar as áreas hoje griladas, que deveriam servir para a reforma agrária em virtude da sua situação irregular, para latifundiários e empresários do agronegócio. No caso urbano, a regularização fundiária proposta por Temer acaba com a moradia popular e social.

É urgente e necessário o compromisso com a reforma agrária. Os movimentos sociais, em especial o MST, exigem o assentamento imediato das 120



mil famílias acampadas; o uso da normativa de adjudicação das terras que estão em processo de execução por dívidas, que são mais de 3 mil áreas em todo o Brasil; a retomada das terras públicas griladas por grandes latifundiários; e a adjudicação das terras com práticas de trabalho escravo ou análogo à escravidão. Entendemos que se o Governo utilizar essas três ferramentas, junto com as desapropriações por improdutividade, teremos um efeito imediato no assentamento de milhares de famílias em todo o País.

No tema desenvolvimento, é necessária a retomada dos investimentos em habitação, em incentivos produtivos, em projetos de agroindústrias, a retomada dos incentivos à cooperação e à agroecologia e principalmente a retomada do fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos — PAA, fundamental no combate à fome e que propicia renda para as famílias assentadas, principalmente para mulheres e jovens.

No entanto, temos convicção de que tais projetos precisam, antes de tudo, de um ambiente democrático. Não somente no que tange ao voto, mas também na perspectiva da participação popular. O que temos hoje é um Estado autoritário, composto por uma elite que não se envergonha de ter passado por cima da soberania do voto, da soberania do povo e do projeto político escolhido para o Brasil.

O nosso compromisso não mudou. Ele é com a luta popular, com os direitos e com um País mais justo e soberano.

Sr. Presidente, gostaria que este discurso fosse registrado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios da Casa.

Muito obrigado.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia 17 de abril, a Comissão Pastoral da Terra lançou o Caderno de Conflitos no Campo de 2016. A publicação é respeitada pelo meio acadêmico e político pela seriedade da documentação e dos registros coletados pela CPT.

Lamentavelmente, os números são alarmantes. Em 2016, foram registrados 61 assassinatos em conflitos no campo. Isso, segundo a CPT, equivale a uma média de cinco assassinatos por mês. Destes 61 assassinatos, 13 foram de indígenas, 4 de quilombolas, 6 de mulheres e 16 de jovens de 15 a 29 anos, sendo 1 adolescente.

Nos últimos 25 anos, o número de assassinatos só foi maior em 2003, quando foram registrados 73 assassinatos. Em 2015, ocorreram 50 crimes, 59 tentativas, 144 ameaças, 187 agredidos e 80 presos. Já em 2016 os números aumentaram: foram 61 assassinatos (22% a mais), 74 tentativas (25% a mais), 200 ameaças (39% a mais), 571 agressões (206% a mais) e 228 presos (185% a mais).

Ainda segundo a CPT, de um total de 228 prisões, 184 foram na Região Norte, mais de 80% do total. Dessas, 88 foram somente em Rondônia, com 39%. O Estado que mais assassinou — fez 21 assassinatos do total de 61 — também foi o que mais prendeu.

A Amazônia Legal, que compreende toda a Região Norte mais partes do Maranhão e do Mato Grosso, concentrou, em 2016, 79% dos assassinatos: foram 48 dos 61 registrados. Essa região também concentrou 68% das tentativas de assassinato, ou seja, 50 tentativas do total de 74; 391 das 571 agressões físicas, e 171 das 200 ameaças de morte, o que são 86%. Das 228 pessoas presas, 192 estão nessa região.



O Estado de Rondônia, além de concentrar o maior número de assassinatos e de presos, foi o segundo Estado com o maior número de agredidos: 141 de um total de 571; o segundo Estado com mais ameaças de morte: 40 de 200; e, junto com o Mato Grosso do Sul, foi o terceiro Estado com mais tentativas de assassinato: 10.

O aumento da violência contra os trabalhadores rurais pode ser vinculado com a impunidade do latifúndio e pode ser estimulado pelo golpe contra a democracia. Isso porque é o mesmo latifúndio o que apoia o golpismo e Temer e o que promove os assassinatos no campo.

Sr. Presidente, gostaria que este discurso fosse registrado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra a nobre Deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro. Em seguida, falará o Deputado Angelim.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui estou mais uma vez para falar da reforma trabalhista. Chamou-me muito a atenção o substitutivo apresentado. Faz-me pensar na avaliação que é feita do chamado local insalubre.

Está lá no substitutivo, com todas as letras, que a gestante poderá trabalhar em lugares insalubres. Não há nenhum problema mais, a não ser que ela tenha um diagnóstico — que provavelmente será dado pelo médico da empresa — para que possa, então, usufruir dos seus direitos. Como nós sabemos, os problemas relativos à mulher gestante e também ao lactante podem não se apresentar de imediato. Pode não surgir qualquer alteração. Isso poderá acontecer posteriormente ao parto. Portanto, fica para nós uma interrogação: elas vão mesmo trabalhar em lugares insalubres? Isso sem contar a dupla jornada de trabalho dessas mulheres, que vão trabalhar mais e receber menos.

Por isso, chamo a atenção de V.Exas. Prestem bem atenção ao relatório e ao substitutivo! É impossível votar matéria dessa natureza, que tira direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e fere a Constituição brasileira! Hoje já falei sobre esse assunto. Chama-nos a atenção o desastre que será votar essa reforma tal qual está, sem que se faça o diálogo importante e necessário.

Hoje estivemos com as maiores centrais sindicais e delas obtivemos um posicionamento. Mais uma vez, a representação do Ministério Público do Trabalho e da Justiça e Trabalho esteve conosco para nos convencer de que precisamos atentar para o prejuízo e para o retrocesso que a reforma trabalhista vai trazer para



o povo brasileiro, para os trabalhadores brasileiros, para a economia do Brasil, que não tem estabilidade e vai sofrer o impacto de ter um trabalho precarizado, um trabalhador e uma trabalhadora precarizados.

Por isso, Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado na íntegra. Como estou na Comissão da Reforma Trabalhista, estarei aqui falando todos os dias sobre cada ponto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reforma trabalhista — retirada de direitos das trabalhadoras.

Venho a esta tribuna falar sobre a reforma trabalhista, principalmente sobre a apresentação do relatório no âmbito da comissão especial, o qual faz mudanças de grande impacto negativo na legislação trabalhista, sendo mudanças devastadoras para a classe trabalhista.

Não posso me calar diante da retirada de direitos, muitos até mesmo assegurados pela Constituição Federal. Isto configura um retrocesso enorme, pois através de muitos anos os trabalhadores lutaram bravamente para ter os seus direitos garantidos. Não podemos compactuar com tal crueldade.

Senhor Presidente, gostaria de expressar minha indignação no que tange aos direitos retirados das mulheres, das trabalhadoras, especialmente as gestantes e lactantes. Era direito garantido as gestantes e lactantes exercerem suas atividades



laborais em local salubre. E agora temos com esta alteração cruel, ser permitido as mulheres trabalharem em locais insalubres. Que crueldade!!!!.

Vamos pensar um pouco como se dará isto. Imaginemos se a avaliação feita do local insalubre for, por exemplo, ser expedida pelo médico da própria empresa. Será terrível para estas trabalhadoras lactantes e gestantes.

Prosseguindo nesta análise, os riscos do local insalubre em muitos dos casos não se apresentam imediatamente, sendo as consequências constatadas em momento bem posterior, e então já teremos complicações a saúde da mulher e da criança.

Sendo mulher, mãe, não posso ficar insensível a este aniquilamento de direitos das trabalhadoras brasileiras.

Não à perda dos direitos das trabalhadoras. Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Angelim, do PT do Acre. Em seguida, falará o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar sobre esse alegado déficit da Previdência.

Desde o início do debate, os auditores fiscais da Receita Federal, através da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP, vêm denunciando que o alegado déficit da Previdência é uma falácia, pois os gastos com a Previdência fazem parte do orçamento da chamada Seguridade Social, composta ainda pela saúde e pela assistência social, enquanto que as receitas que atendem a essas despesas vão muito além das contribuições de trabalhadores e empregadores, pois contam com os recursos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL, e do PIS/Pasep, além de parte da arrecadação com loterias federais.

Sr. Presidente, no último número da prestigiosa *Revista de Conjuntura*, publicada pelo Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, o Professor Dércio Garcia Munhoz, da UnB, que foi Presidente do Conselho Nacional da Previdência Social, nos brinda com o artigo intitulado *Crise da Previdência: os números do Governo desmentem o Governo*, em que nos apresenta argumentos e, especialmente, números que tornam clara a falácia do déficit já denunciada pelos auditores fiscais da Receita Federal.

Usando dados do próprio Ministério da Fazenda, o Prof. Dércio Munhoz nos mostra que, entre 2010 e 2015, a previdência urbana acumulou superávits próximos



de 100 bilhões de reais e só em 2016 registrou déficit, fruto de um aumento de apenas 3,7% da receita, causado pela crise econômica.

Munhoz argumenta que, se a previdência urbana vinha acumulando superávits até a chegada da crise econômica, e a previdência rural tem garantido seu financiamento pelo esquema de contribuição criado pela Constituição de 1988, poderia ainda restar a dúvida sobre se o aumento nos dispêndios previdenciários não estaria realmente fora de controle, como alegam as autoridades do Governo.

E o Prof. Munhoz começa a mostrar dados que comprovam que não é verdade esse alegado déficit da Previdência Social.

Sr. Presidente, é sempre bom lembrar que os verdadeiros devedores da Previdência Social acumulam uma dívida de 426 bilhões de reais, quase três vezes o valor do alegado déficit do setor, segundo matéria publicada em fevereiro deste ano pela Empresa Brasil de Comunicação — EBC, empresa de comunicação gerida pelo próprio Governo.

Este é o debate franco e aberto que devemos fazer aqui desta Casa, baseado em dados da realidade e com um olhar firme nos interesses das novas gerações.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham neste momento das galerias do Plenário ou pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.



Quero usar desta tribuna para me somar à reclamação feita ontem pelo Deputado Glauber Braga sobre o uso de um perfil oficial da Câmara dos Deputados no Facebook para divulgar a posição do governo sobre a reforma da previdência, especialmente porque sabemos que os números divulgados são falaciosos.

Desde o início deste debate, os auditores fiscais da receita federal, através da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal — ANFIP, vem denunciando que o alegado déficit da previdência é uma falácia, pois os gastos com a Previdência fazem parte do orçamento da chamada Seguridade Social, composta ainda pela saúde e pela assistência social, enquanto que as receitas que atendem a estas despesas vão muito além das contribuições de trabalhadores e empregadores, pois contam com os recursos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do PIS/Pasep, além de parte da arrecadação com loterias federais.

A constituição de 1988 estabeleceu dois segmentos clássicos da previdência no Brasil, um segmento urbano, superavitário, com elevado nível de receitas próprias advindas das contribuições dos trabalhadores e das empresas, e um segmento rural, que praticamente não contribui e tem caráter assistencial, para cujo financiamento o constituinte previu as contribuições acima aludidas.

Ao contrário do que vem dizendo o Governo, os números do próprio Governo mostram que, mesmo com toda a crise econômica que estamos passando, agravada pela incompetência mostrada nestes últimos meses, tivemos superávit da Previdência em 2015 de R\$ 12 bilhões, isto nas palavras dos próprios profissionais encarregados da arrecadação tributária e previdenciária, representados pela ANFIP.



Então, podemos supor que os recursos arrecadados para financiar a Seguridade Social estão sendo desviados para tapar buracos orçamentários em outro lugar que não a previdência do trabalhador.

Sabemos que não é para a saúde nem para a educação, já que Temer congelou, com o apoio de sua base aqui no Congresso, todos os investimentos nestas áreas por 20 anos. Também acabou ou reduziu os gastos com vários programas sociais, como o Ciência sem Fronteiras. Se alguém me disser que suspeita que este dinheiro esteja indo pagar os juros da dívida para os bancos e para os rentistas, eu não me surpreenderei.

No último número da prestigiosa Revista de Conjuntura, publicada pelo Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, o Prof. Dércio Garcia Munhoz, que foi presidente do Conselho Nacional da Previdência Social, nos brinda com um artigo intitulado *Crise da Previdência: os números do governo desmentem o governo*, em que nos apresenta argumentos e, especialmente, números, que tornam clara a falácia do déficit já denunciada pelos auditores fiscais da receita federal.

Usando dados do próprio Ministério da Fazenda, Munhoz nos mostra que entre 2010 e 2015 a previdência urbana acumulou superávits próximos de R\$ 100 bilhões e só em 2016 registrou déficit, fruto de um aumento de apenas 3,7% da receita, causado pela crise econômica.

Munhoz argumenta que, se a previdência urbana vinha acumulando superávits até a chegada da crise econômica e a previdência rural tem garantido seu financiamento pelo esquema de contribuição criado pela Constituição de 1988, poderia ainda restar a dúvida sobre se o aumento nos dispêndios previdenciários não estaria realmente fora de controle, como alegam as autoridades do governo.



Dúvida que é imediatamente desfeita com os números do Ministério da Fazenda que mostram uma tendência de queda relativa dos dispêndios totais da previdência com benefícios em relação ao PIB. Em 2006 estes dispêndios equivaliam a 6,9% do PIB, em 2007 caiu para 6,7%, em 2008 caiu para 6,5%, em 2009 voltou para 6,8%, em 2010 caiu para 6,6%, em 2011 caiu de novo para 6,5%, em 2012 passou para 6,6%, em 2013 para 6,7%, em 2014 voltou ao patamar de 2006, de 6,9% e com o agravamento da crise subiu para 7,4% em 2015.

Estes números mostram claramente uma tendência de queda dos dispêndios da previdência em relação ao PIB, só interrompida em 2015 diante do recuo de 3,8% no PIB.

Se olharmos apenas os gastos com benefícios urbanos podemos ver que os dados do Ministério da Fazenda mostram que os dispêndios equivaliam a 5,5% em 2006 e 2007 e foram caindo nos anos seguintes até chegar ao patamar de 5,0%. Em 2014 era de 5,3% e, em 2015, já em plena crise, o percentual foi de 5,6%, nível que estávamos em 2006. Segundo Munhoz, não fora a recessão o percentual de 2015 teria sido de 5,4%, ainda que a economia estivesse estagnada.

Quando examinados isoladamente os gastos com as aposentadorias urbanas, estas também recuaram em relação ao PIB: eram de 3,1% em 2006, mantiveram a tendência de queda verificada nos anos seguintes, chegando a 2,9% e, em 2015, estavam em 3,2% do PIB, ano em que o próprio PIB caiu 3,8%.

Estes os números, Sras. e Srs. Deputados, que mostram, de maneira insofismável, que esta reforma é desnecessária e visa apenas destruir a nossa previdência pública para que os bancos ganhem mais dinheiro nos vendendo uma previdência privada.



Que Deus nos proteja do dia em que as aposentadorias dos nossos filhos e netos dependam do Bradesco e do Itaú que, a propósito, devem juntos mais de R\$ 550 milhões para a Previdência Social. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal devem outros R\$ 750 milhões. Vejam que só o sistema financeiro, que recebe religiosamente em dia os rendimentos dos títulos da dívida pública, pagos pelo governo, deve mais de um bilhão de reais para a previdência.

Sobre este assunto, é sempre bom lembrar que os devedores da Previdência Social acumulam uma dívida de R\$ 426,07 bilhões, quase três vezes o valor do alegado déficit do setor, segundo matéria publicada em fevereiro deste ano pela EBC, empresa de comunicação gerida pelo Governo.

Este o debate franco e aberto que devemos fazer aqui nesta casa, baseado em dados da realidade e com o olhar firme nos interesses das novas gerações, relegando ao lixo da história as propagandas tendenciosas como aquela que a Mesa Diretora da Câmara publicou no Facebook.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna de chapéu, respeitosamente, dizer que não consigo compreender como esta Casa pretende fazer as reformas que estão postas aí: a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a reforma política, quando sabemos dos problemas gravíssimos que transitam no Parlamento nacional, na política nacional, em relação a questões éticas e a questões de relacionamento institucional.

O povo brasileiro tem me cobrado, o povo gaúcho tem me cobrado. Este final de semana houve a Páscoa, tempo de reflexão, tempo de retiro, que serviu para também nos cobrarem: *“Deputado Pompeo de Mattos, a Câmara dos Deputados tem muitos Deputados sob suspeita”*.

Eu não estou aqui acusando ou apontando ninguém. Mas que moral tem a Câmara dos Deputados para fazer uma reforma da previdência a toque de caixa, correndo como se fosse tirar o pai da força, no desespero; ou fazer a reforma trabalhista por baixo dos panos, debaixo do tapete, detrás da porta, às escondidas, às escuras? Que desespero é esse? Será que não estão enxergando, não estão vendo? O pior cego não é aquele que não vê, mas aquele que não quer ver para não enxergar a realidade. Essa é a verdade.

Por isso, eu venho à tribuna, Sr. Presidente, pedir aos meus colegas Parlamentares, aos Líderes, à Mesa Diretora, ao Presidente da Câmara, ao Relator, ao Presidente da Comissão da Reforma da Previdência o seguinte: alto lá! Segura aí, parceiro! Devagar com o andor que o santo é de barro!



O Brasil não vai engolir isso. O Brasil real não é Brasília. Brasília é o Brasil virtual. O Brasil real está lá nos Estados, nos Municípios, nos bairros, nas ruas, nas casas, nas famílias, no cidadão, no trabalhador, no operário, na carteira assinada, no dia a dia, no suor do rosto do agricultor, da dona da casa, da viúva, da pessoa com deficiência, do idoso que precisa de amparo. Esse é o Brasil real, e não o Brasil nababesco de Brasília. Não! Não! Alto lá, senhoras e senhores! É o apelo que eu quero fazer. Pode até parecer patético, mas é verdadeiro, é sincero, é de coração.

Tenho sido cobrado e repasso a cobrança que recebo para que outros ouçam o que nós estamos sentindo e vendo aí fora. E o Parlamento tem que ser sensível a isso. O Parlamento tem que enxergar isso, senão vai ser atropelado.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, há 14 anos e vejo a coisa ficando cada vez pior. É mais do mesmo, o pior do pior, se é que é possível ficar pior. Estão no fundo do poço e estão cavando para baixo, ao que parece, para afundar mais.

Não é hora de fazer esse tipo de reforma! É hora de arrumar a casa! É hora de olhar para si! É hora de olhar no espelho, de se enxergar, de assumir seu papel, de fazer mea-culpa, de dar resposta à sociedade, senão a sociedade vai cobrar lá fora. E tem gente que vai pagar caro, vai pagar muito caro. É a advertência que faço.

Parem com as reformas! Não é hora de reformas! Chega dessas reformas! Essas reformas não vão nos levar ao Brasil que queremos, ao Brasil de que precisamos, ao Brasil que os brasileiros merecem! Essas reformas são para o Brasil dos políticos! Essas reformas são para o Brasil do atraso! Essas reformas são para o Brasil de uma população sofrida que não merece esse sofrimento!



Por isso, em nome do povo gaúcho, em nome do povo brasileiro, faço este apelo: não é hora de seguir nessa senda! O caminho está errado! Vai dar na ribanceira! Vai dar no atoleiro! Vai dar num sumidouro! Esta Casa vai se atolar! Aqui vai pegar, como dizia o Dr. Brizola, a maldição dos pobres. Os pobres vão amaldiçoar esta Casa! O pobre vai amaldiçoar o Governo, porque está tirando direitos dos pobres! O pobre pouco pode fazer, mas amaldiçoar pode! E a maldição pega!

Alto lá! Alto lá! Devagar com o andor que o santo é de barro! Parem com essas reformas, porque elas não são boas para o País!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e quem nos acompanha pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, no Brasil inteiro, não posso deixar de registrar que ontem completou 1 ano a sessão televisionada pela grande mídia, naquele domingo, dia 17 de abril de 2016. Ontem, completou 1 ano.

Tudo aquilo que dissemos aqui, desta tribuna, nas noites dos dias 15, 16 e 17, naquele momento da autorização por esta Casa para que a Presidenta Dilma fosse afastada do Governo pelo Senado, está acontecendo.

Nós previmos que a retirada da Presidenta Dilma do exercício do mandato presidencial era o início da satisfação da fome do capital nacional e internacional quanto aos direitos da classe trabalhadora e à acumulação de mais lucro por aqueles que não conseguem imaginar outra coisa que não o lucro, mais lucro e mais lucro à custa do suor, do trabalho do povo trabalhador.

Está aí a reforma trabalhista, está aí a reforma da previdência. Foi aprovada aqui a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016. Foi aprovada a terceirização.

E nós estamos vendo um Governo com uma popularidade jamais vista na história do Brasil. Segundo dados das pesquisas, o Governo tem hoje menos de 7% de aprovação.

Não vai mais ser candidato, mas joga a responsabilidade para o Congresso Nacional quanto aos projetos de interesse da FIESP e dos setores conservadores. A



cada dia há mais retirada de direitos, mais acumulação de riqueza e aumento da pobreza e do desemprego em nosso País.

Nestes microfones, falavam sobre o combate à corrupção, falavam que era preciso tirar o PT do Governo. Nestes microfones, falavam que era preciso retomar o crescimento, gerar emprego, que era preciso dar credibilidade ao mercado.

E até agora a única coisa concreta que há realmente é o atendimento aos desejos do mercado, e o mercado aqui representa os interesses econômicos contra os interesses da população pobre, da população trabalhadora brasileira.

Com este Governo estamos no caminho da desconstrução nacional. Por isso é fundamental que a classe trabalhadora, que já enxergou os verdadeiros interesses desse golpe cometido contra a Nação brasileira há 1 ano, vá às ruas, mobilize-se, exija democracia já, eleições diretas em nosso País e a volta do debate de um projeto nacional.

Dia 28 de abril é data de mobilização nacional. Todos às ruas!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Arolde de Oliveira. Em seguida, falará o Deputado Júlio Delgado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, temos notícias de que a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal, vai pautar no mês de maio o julgamento sobre foro especial por prerrogativa de função, fundamentado no parecer do Ministro Luís Roberto Barroso sobre ação movida por um Prefeito que, não tendo foro especial no STF, hoje é Deputado e passa a ter esse foro especial. Essa é a questão.

No parecer, segundo se tem notícia, o Ministro Barroso vai defender a posição de que só existe o foro — e vamos chamá-lo de privilegiado porque é como todos o conhecem — para aquelas autoridades que estão no exercício da função.

Aliás, Sr. Presidente e colegas Parlamentares, nada mais coerente. Nós sabemos que, hoje, uma autoridade que desfruta de foro especial por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal, quando deixa a função — por exemplo, um Deputado que não é reeleito —, leva para a primeira instância todos os seus processos. O que está sendo feito agora é, simplesmente, a interpretação de que, da mesma forma como leva os processos quando perde o foro privilegiado, ele não deve trazer para o Supremo Tribunal Federal os processos de quando não tinha esse direito. Essa é a questão que está colocada, que, aliás, é reforçada, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, pela situação do Presidente da República, que tem imunidade temporária. Essa imunidade temporária pode ser entendida como algo semelhante: enquanto está na função, no cargo de Presidente da República, ele não é imputável.



Por conseguinte, Sr. Presidente, acho muito oportuna a decisão da Presidente Cármen Lúcia, para desobstruir um pouco o Supremo Tribunal Federal, haja vista a quantidade de processos que estão tramitando lá.

Com isso, vamos abrindo caminho para, em breve, tirarmos de vez essa situação de foro privilegiado de todas as autoridades.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro agradeço ao Deputado Carlos Manato a deferência em relação à troca dos nossos nomes, para que eu pudesse falar em Breves Comunicações.

Nós estamos, a todo momento, em Brasília, vivendo uma verdadeira agitação em função de tudo que está acontecendo: tentativa de votação das reformas, análise das delações que vieram a conhecimento e das denúncias que foram oferecidas semana passada.

Deputado Simão Sessim, eu tenho dito que a Câmara dos Deputados, que o Congresso Nacional perdeu a legitimidade para votar essas reformas sem que haja uma consulta popular. Eu tenho defendido claramente uma Constituinte específica, exclusiva, para que nós possamos delegar ao povo a reforma política, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária. Muitas questões que estão sendo discutidas aqui porque, com o Congresso sob suspeição, nós não temos mais condições levar ao povo qualquer decisão.

Deputado Zé Geraldo, eu uso esta tribuna para falar neste momento de uma preocupação grande dos mineiros e do povo brasileiro. Trata-se de tema recorrente. Todos nós temos filhos jovens e adolescentes. Esse final de semana, Deputado Simão Sessim, nós tivemos duas vítimas do jogo Baleia Azul. Um jovem de 19 anos de Pará de Minas e um de 16 anos da região nordeste de Belo Horizonte foram vítimas dessa brincadeira, do tal desafio da Baleia Azul, jogo que tem colocado jovens num grau de comprometimento do qual não conseguem sair.



Eu quero registrar aqui a preocupação do Parlamento, a nossa preocupação. Eu espero que as autoridades, com os meios de investigação pelas redes sociais, possam investigar aqueles que estão patrocinando, incentivando a proliferação desse jogo no nosso País.

Há uma grande preocupação com a população jovem, que, a cada dia, está mais inserida nas redes sociais e no mundo virtual. Não podemos aceitar que jovens e adolescentes percam suas vidas, uma vez demonstrado o desejo de se desvencilhar desse desafio extremamente pernicioso para quem se compromete a dele participar.

É preciso que seja feita uma fiscalização. Pedimos que seja feita uma apuração pela Polícia Federal para que seja descoberta a origem do jogo no Brasil e do estímulo à sua continuidade no nosso País.

Era isso que eu queria dizer. Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Manato. Hoje, a nossa preocupação é com os jovens que estão morrendo em decorrência do desafio da Baleia Azul.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, por 1 minuto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dar como lido o meu pronunciamento sobre o golpe. No dia de ontem, essa grande insanidade completou 1 ano. Um homem que está atrás das grades provocou todo esse golpe, porque o Partido dos Trabalhadores não concordou em salvá-lo no Conselho de Ética.

Eu quero dar como lido este pronunciamento e pedir a sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*. Em outra oportunidade, eu farei este discurso na tribuna.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, ontem, 17 de abril, foi um dia insano. Foi um dia de relembrar insanidades como o massacre de Eldorado dos Carajás e o golpe contra a democracia com a retirada da Presidenta Dilma da Presidência; um dia marcado pela reiteração das reiteradas manobras persecutórias contra o ex-Presidente Lula; um dia marcado também pela lucidez explícita de um insano convicto ao admitir, em rede nacional em um programa de TV, que o golpe contra a Presidenta Dilma, além de golpe como todos nós já sabíamos, foi um ato de sórdida vingança de um crimino que atualmente jaz atrás das grades.

Durante toda esta semana, lembrarei exaustivamente estes fatos para que aquela parte do povo brasileiro, ainda alheia, entenda o que se passou e ainda se passa: nunca será demais denunciar o golpe.



Hoje, falarei sobre esta última loucura, em que o usurpador da democracia, Michel Temer, admitiu, ao vivo e em rede nacional, em entrevista à *Band* o que já venho denunciando desde o início desse golpe contra os trabalhadores. Disse o golpista que a Presidenta Dilma Rousseff foi derrubada porque o PT não salvou o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), no Conselho de Ética da Casa.

Com tranquilidade e desfaçatez, Temer narrou o episódio de chantagem política como se fosse algo absolutamente banal e cuja culpa fosse exclusivamente de Dilma e do PT, por não terem se submetido à chantagem de seu sócio, hoje condenado a mais de 15 anos de prisão por corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Depois de contar sobre o fracasso do arranjo devido à recusa dos petistas, Temer comentou: *“Que coisa curiosa! Se o PT tivesse votado nele naquele Comitê de Ética, seria muito provável que a Sra. Presidente continuasse”*. Na prática, Temer confessou que houve desvio de finalidade no golpe parlamentar de 2016 e que o *impeachment* nada teve a ver com as tais pedaladas fiscais.

Na realidade dos fatos, o que se chamou de *impeachment* é um golpe cínico, cruel e odioso, motivado pela firmeza do Partido dos Trabalhadores em não livrar o corrupto Cunha no Conselho de Ética. Eu, como um dos membros do Conselho, denunciei amplamente aos jornalistas, narrei o fato na tribuna desta Casa muitas vezes, disse que Eduardo Cunha estava chantageando a democracia brasileira, chantageando a honestidade de Dilma, do PT e do povo brasileiro.

Na época, usei a figura de linguagem que ele estava com a “faca no pescoço” da República, ameaçando pautar o *impeachment* sem crime para se salvar da



“morte” política e prisão, mesmo que isso levasse o Brasil ao caos do desemprego crescente, perda de direitos sociais e ausência de legitimidade institucional que hoje vemos. Cunha seguiu à risca sua ameaça, com apoio do partido da imprensa golpista (PIG), de parte de altos membros do Judiciário e de um Congresso majoritariamente envolvido e pago para executar o golpe, Eduardo Cunha abraçou seu desqualificado destino com Temer, PSDB, PMDB e demais golpistas menores contra a democracia.

Ontem, dia 17 de abril, foi o dia do golpe, dia da vergonha nacional. Um ano de golpe.

Diante de tudo o que já veio à tona, não há mais margem que suporte ingenuidades: todos estamos diante de uma ruptura democrática nua, orquestrada por um bando. O golpe está escancarado e sua face é de arrogância e ódio aos trabalhadores do nosso Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim, por 1 minuto.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, esta Casa vai apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 343, que estabelece o Regime de Recuperação dos Estados e do Distrito Federal.

Mais uma vez, nós vamos fazer um grande apelo para que possamos dar uma alegria aos servidores que estão com os salários atrasados, principalmente os do Rio de Janeiro. Ontem, completou-se o pagamento de fevereiro. Já estamos nos aproximando da data do pagamento de abril. Então, serão 2 meses de salários atrasados.

Sr. Presidente, faço um apelo à Oposição para que não estabeleça, mais uma vez, uma obstrução que possa redundar na não aprovação desse projeto hoje. Apelo para que ela faça, através de destaques, as alterações que queira fazer no texto do projeto.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, faço o apelo para que aprovemos esse PLP em favor dos servidores do Rio de Janeiro, principalmente, bem como os do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pr. Marco Feliciano. S.Exa. tem 3 minutos à tribuna.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vivemos uma crise nunca antes vista na história do nosso País. Nos nossos 500 e poucos anos, nunca vimos tamanha retração econômica, uma dívida pública que vai se tornando impagável, Estados decretando calamidade financeira e 12 milhões de desempregados, ou seja, 12 milhões de brasileiros sem uma fonte de renda para colocar comida na mesa. No campo econômico, regredimos 2 décadas, graças à gastança desenfreada das gestões que passaram nos últimos 13 anos.

Como se não bastasse o atraso no campo econômico, temos ainda a Operação Lava-Jato, que está desenterrando todo tipo de sujeira feita no nosso País com o dinheiro do cidadão brasileiro. É simplesmente o maior escândalo de corrupção do Planeta.

Mas esses dois problemas — a crise financeira e a crise política — são decorrentes da gigantesca crise moral que vivemos.

Muito maior que a crise econômica e a crise política é a crise ideológica de um país que virou laboratório da doutrina esquerdista, que corrói cada valor que um dia tivemos. Para a esquerda vale tudo, tudo em nome da causa; vale inclusive desviar recursos públicos, porque, para eles, os fins justificam os meios. A maior prova disso é que, mesmo sabendo dos desmandos da era Lula, a militância continua o seguindo como zumbis, incapazes de se desvencilhar dos grilhões ideológicos que lhes foram colocados. Acreditam piamente que dezenas de delatores e seis processos na Justiça são fruto de uma conspiração.



Dá para entender o porquê desse fanatismo quando olhamos para a nossa educação. Somos os piores em quase todos os quesitos, mas somente educação não resolve.

A esquerda nacional e internacional repete diariamente que todos os nossos problemas se resolvem com a educação, de preferência pública, pois assim podem controlar o que é ensinado. E é nessa educação que eles subvertem os valores morais da sociedade e formam hordas de militantes alienados, que não conseguem interpretar um texto básico. Invertem a lógica do trabalho colocando pessoas bem-sucedidas como vilões e criminosos como vítimas.

Mas a educação não é a solução para a crise moral, pois diploma não é atestado de caráter. Quantos dos listados na Lava-Jato não são doutores em alguma coisa? Pelas minhas viagens pelo Brasil afora, conheci inúmeras pessoas simples, sem diploma algum, e incapazes de roubar uma única bala. Pessoas humildes que andam de ônibus, mas devolvem o troco errado ao cobrador.

Repito que diploma não é certificado de bom caráter. E caráter é algo que vem de família, vem de berço, Sr. Presidente. E todo o esforço que a esquerda fez nos últimos 30 anos em destruir a família, retirar dela a autoridade sobre a educação de seus filhos, faz seus resultados hoje. Uma juventude perdida nas drogas, no álcool, na prostituição e na criminalidade. Famílias inteiras arruinadas, porque seus valores mais básicos foram destruídos pela ideologia que não quer formar cidadãos, mas, sim, formar militantes pela causa.

Podem gritar e espernear, mas o socialismo e o comunismo só trouxeram miséria e morte por onde passaram. E se o Brasil está hoje na lama é porque os



ditos intelectuais de esquerda fizeram o desfavor em destruir quase todos os valores morais da família brasileira.

Porém, desde 2013, mais e mais pessoas se levantam contra essa doutrina e essa ideologia.

Eu, Sr. Presidente, Pr. Marco Feliciano, Deputado Federal, lutarei até o fim, mesmo que faça parte de um pequeno grupo, para impedir que destruam e deturpem os valores morais da nossa sociedade.

Peço divulgação do meu pronunciamento pelos veículos de comunicação desta Casa, Sr. Presidente, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres, do PSDB de São Paulo.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quase 1 ano depois de se livrar do Governo do PT, o País começa a colher bons frutos na economia. Indicadores recentes sugerem que a recessão pode ter chegado ao fim no trimestre terminado em março. Até agora, a melhoria pode ser creditada mais à mudança de ares e de posturas. O trabalho árduo vem doravante.

A economia teve desempenho surpreendente em fevereiro, segundo divulgou ontem o Banco Central. O IBC-Br, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central — Brasil, que funciona com aproximação prévia do PIB oficial, indicou alta de 1,3% na atividade em relação ao mês anterior. É a segunda elevação seguida nesta base de comparação, o que chancela a perspectiva de um trimestre positivo: o dado de janeiro foi revisado de uma queda de 0,26% para uma alta de 0,62%.

Na semana passada, o IBGE também havia recalculado as estatísticas referentes aos serviços e ao comércio relativas ao mês de janeiro. Ambas passaram do terreno negativo para variações positivas, em razão de mudanças metodológicas: 0,2% e 5,5%, ante recuos anteriores de 2,2% e 0,7%, respectivamente.

Sr. Presidente, o acúmulo de bons resultados evidencia o que a mudança de perspectivas é capaz de promover na economia. Com a saída de Dilma Rousseff, tornada definitiva apenas há pouco mais de 7 meses, as expectativas em relação ao País se inverteram, dada a aposta num Governo mais responsável e comprometido



com reformas — como se mostrou, desde o início, o Governo Michel Temer — e nas forças políticas que o apoiam.

Sim, Sr. Presidente, iniciativas importantes foram tomadas e valem ser relembradas. A maior delas até aqui é a imposição de um teto para gastos públicos, a fim de evitar que a sucessão de rombos se perpetue nos orçamentos dos governos — em 6 anos, a soma dos déficits vai superar a economia prevista com a reforma da Previdência. Mas houve outras, como a mudança do marco legal do pré-sal, com a perspectiva de destravar investimentos neste importante setor da economia, a liberação de recursos do FGTS e a regulamentação da terceirização.

Fora da política, merecem destaque a reforma do ensino médio e a nova base curricular para o ensino fundamental.

A agenda reformista também avançou, Sr. Presidente. Amanhã deverá ser conhecido, oficialmente, o relatório da reforma da Previdência, fruto de um amplo entendimento da Câmara. Na semana passada, também foi divulgada a proposta de reforma trabalhista, e os Deputados ainda se debruçam sobre as aguardadas mudanças no sistema tributário. É muito e precisa avançar, porque esta é a parte realmente árdua das mudanças.

O País pode estar deixando para trás a mais prolongada e mais sombria recessão de toda a sua história. Foram 11 trimestres, quase 3 anos, com a economia diminuindo, o desemprego aumentando — o que ainda não cessou — e a população empobrecendo.

Finalmente, parece que estamos virando essa página mal traçada, mal escrita pelo PT. O processo será lento, gradual, mas já começou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, existe um grande teórico da psiquiatria — que criou a antipsiquiatria, inclusive — que diz que não há problema em vermos fantasmas. O problema ocorre quando nós não conseguimos distinguir o fantasma da realidade. E foi o que nós acabamos de escutar da tribuna desta Casa.

É como se vivêssemos no Governo golpista uma profusão de melhorias para a vida do povo brasileiro. Nós estamos com quase 14 milhões de desempregados. Nós estamos com praticamente 2 milhões de desempregados a mais do que há apenas 1 ano, no dia 17 de abril de 2016, quando esta Casa mostrou as suas entranhas e o seu compromisso com a ruptura democrática.

Portanto, não me venham aqui dizer que o País melhora. Quem diz isso está sentado ou deitado em berço esplêndido e não está vendo a angústia do povo brasileiro, que amarga o desemprego e assistiu à reforma trabalhista apresentada em um relatório que rasga a luta das mulheres que deu origem à data de 8 de março, porque lutavam por jornada de trabalho.

E agora há o trabalho intermitente — o trabalho intermitente! A jornada pode ser extrapolada e chegar a 12 horas em um dia. Isso rasga a luta dos trabalhadores de Chicago que deu origem ao 1º de maio, porque lutaram pelo seu próprio tempo. A jornada intermitente tira do trabalhador o direito sobre o seu tempo. Ele será remunerado por hora, por semana ou por mês trabalhado. Será remunerado por uma jornada intermitente.



A reforma trabalhista acaba com a garantia de que gestantes e lactantes não estejam em ambientes insalubres.

Ainda, dá supremacia à convenção coletiva e aos acordos coletivos. Destrói a superioridade da lei frente ao que se decide numa mesa de negociação. Cria-se uma comissão de empresa e se estabelecem uma série de condições para o trabalhador fazer acordos individualmente, sem sindicatos.

O que isso significa? O pagamento da conta de um golpe.

Aí, me vêm falar de desenvolvimento da economia? Ainda que nós aumentássemos a nossa arrecadação, nada iria para a saúde, para a educação, porque os gastos nessas áreas estão congelados. Tudo iria para o sistema financeiro.

Eu concluo meu pronunciamento como o iniciei. Não há problema em se ver fantasmas; não há problema em se tentar voar nas asas da vontade, do desejo, mas existe uma realidade dura que atinge milhões de brasileiros e brasileiras, e vem este Governo querer retirar a sua aposentadoria. Não há problema nos fantasmas. O problema é querer transformar a realidade em fantasma e dizer que este Governo está pautado pela ética.

Não! Não façam esse escárnio com o povo brasileiro! O povo brasileiro exige justiça. Por isso, exige antecipação das eleições neste País.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer um registro importante. Em Porto Seguro, há três organizações de transporte alternativo. Todos conhecem Porto Seguro, que se localiza no extremo sul do Estado da Bahia e é importante para o Brasil e para este Estado.

As organizações de transporte alternativo de Porto Seguro vêm cada vez mais pressionando a Prefeita da cidade para que ela encaminhe à Câmara de Vereadores a regulamentação do transporte alternativo. Inclusive os Vereadores e Vereadoras de Porto Seguro já encaminharam um requerimento à Prefeita justamente com o intuito de resolver esta questão. Os trabalhadores são pais de família que precisam ser amparados pela legislação municipal para desenvolverem a sua atividade com muita tranquilidade, pensando, ao mesmo tempo, no bem-estar da família e da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, venho trazer este assunto, porque acredito ser importante. A população de Porto Seguro, os trabalhadores desta cidade, precisa da regulamentação do transporte alternativo. Lutamos essa batalha há muito tempo já. Acredito que a Prefeita de Porto Seguro tem que ter sensibilidade para resolver essa questão do transporte alternativo da cidade de Porto Seguro.

Sr. Presidente, outro assunto que eu queria tratar aqui diz respeito à Ministra Luislinda, que, numa atividade no Palácio com o golpista Michel Temer, acabou dizendo que Michel Temer é o padrinho das mulheres negras.



Isso é uma violência. Isso é um desrespeito. Isso é até uma violência pela própria história da Ministra, porque nós negros... Eu sou negro, e, enquanto negro, tenho que compreender que o dono da senzala, o dono da casa grande, aquele que sempre utilizou o chicote para poder dominar um povo, uma nação, não pode de forma nenhuma ganhar um título de padrinho das mulheres negras.

As mulheres negras em todo o Brasil se revoltaram contra a posição da Ministra. E a Ministra ficou 8 anos sendo desembargadora sem assumir o cargo, porque os brancos não permitiam — e ela sabe disso; a Ministra sabe disso.

No meu ponto de vista, o que a Ministra deve fazer, enquanto Ministra dos Direitos Humanos, é lutar para que os direitos humanos em nosso País não sejam desrespeitados do jeito que o Governo do qual ela faz parte, um Governo golpista, está fazendo, ao tirar direitos das mulheres trabalhadoras. Isso sem falar nas centenas de jovens negros que são assassinados em todo este País. Qual é a posição da Ministra?

A Ministra em nenhum momento fica indignada contra esse Governo golpista que tira o direito da classe trabalhadora. Ou isso não tem a ver com direitos humanos? Por que a Ministra não se posiciona sobre essas questões?

Estou dizendo isso porque eu acho que a Ministra, que é uma mulher negra, não pode prestar um desserviço à população negra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Durante o discurso do Sr. Valmir Assunção, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada do PT do Rio de Janeiro Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil está em crise. Nós ouvimos falar nisso todos os dias. Mas este Brasil está em crise por quê? Não deveria estar, porque existia um acordo nacional conforme o qual deram um golpe na Nação, colocaram o Temer como Presidente e prometeram que este País não teria mais crise a partir daquele momento. Então, este País não pode estar em crise.

Eu estava pensando: por que ele está em crise? Vamos pensar um pouco: um acordo nacional, sem o respaldo popular; tem que deixá-lo para salvar o golpe, porque ele é capaz de ser — e nós sabemos disso — aquele que vai cumprir o que o mercado está dizendo a ele para cumprir. Então, segure o Temer aí, para que o Brasil continue em crise. Entregue o pré-sal para os estrangeiros, porque nós não precisamos dele nem para a educação, nem para a saúde. Tire a carteira assinada do mercado. Vamos precarizar as relações de trabalho, vamos acabar com o emprego, vamos tirar a estabilidade, vamos acabar com a organização de trabalhadores e sindicatos. Vamos acabar com tudo isso. Vamos acabar com a Farmácia Popular, que atende a milhares e milhares de beneficiados. Vamos acabar com o Ciência sem Fronteiras. Para que isso neste País? Para que dar oportunidade para todos — pobres, juventude, negros? Para que isso, minha gente? Nada de novas empresas neste País. Vamos aumentar o desemprego cada dia mais. Vamos institucionalizar o bico neste País, e os trabalhadores vão perder todos os dias.

Mas não fica só nisso. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Vox Populi publicada nesta terça-feira, se as eleições fossem hoje, o ex-Presidente Lula



ganharia as eleições no primeiro turno e em qualquer cenário, obtendo de 44% a 45% dos votos válidos, contra 32% a 35% da soma dos adversários. Eu considero esse resultado fantástico, pois é importante lembrar que ele veio em meio aos ataques midiáticos e à perseguição do Judiciário que se intensificaram nas últimas semanas contra o ex-Presidente Lula.

Eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de que essa pesquisa, além de apontar o cenário para 2018, representa também uma enorme insatisfação do povo brasileiro com o Governo Temer, pois, desde que ele assumiu, de forma ilegítima, a Presidência da República, o País piorou em todos os aspectos e, principalmente, na perda dos direitos dos trabalhadores.

Quanto mais o povo brasileiro se depara com as covardias do Presidente Temer contra a classe trabalhadora, mais esse mesmo povo brasileiro sente saudades do melhor Presidente que o Brasil já teve em toda a sua história: Luiz Inácio Lula da Silva.

Dia 28 vamos às ruas, vamos parar este País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, quero desta tribuna manifestar a minha saudação especial a colegas do Rio Grande do Sul que estão aqui apresentando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul — FETAG-RS, o sindicalista Lindomar do Carmo Moraes e a Dra. Elaine Dillenburg.

Neste momento de debate, de discussão de reformas — trabalhista, política e da previdência —, quero me ater aqui à reforma previdenciária.

O Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, apresentou um substitutivo um tanto diferente do que veio na proposta original. E desde o primeiro momento, ainda em dezembro do ano passado, eu dizia que votaria contra essa PEC porque é muito cruel, desumana e covarde, em especial com as pessoas mais simples e mais humildes, que começaram a trabalhar cedo, vão se aposentar tarde e, como sabemos, na grande maioria — 66% —, para receber um salário mínimo.

Vejo nesse substitutivo que será lido amanhã algumas questões que nos deixam extremamente preocupados. Reconheço aqui que houve muitas mudanças, em especial para os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social que estão na atividade urbana, contribuindo para o INSS. Mas se formos olhar em especial para os trabalhadores rurais, para aqueles homens e mulheres que têm a missão de



preparar a terra, plantar a semente e produzir o pão que vai para a mesa do povo brasileiro, a situação está muito longe daquilo que deveria ser.

Faço um apelo ao Relator, no sentido de que retome aquela emenda que nós fizemos, porque contribuição individual, mensal ou bimensal, para quem não tem renda, para quem não tem salário fixo, é algo que não tem como ser implementado na prática. E isso significa excluir da condição de segurado especial milhões e milhões de brasileiros que estão na agricultura, em lugares onde não chove, não existe safra, logo, não há renda e não haverá contribuição.

Sr. Presidente, precisamos rediscutir a contribuição sobre a produção, como já existe há mais de meio século. Se o Governo insistir em alterar isso, vai acabar perdendo dinheiro, em especial na Região Sul do Brasil.

Registro também que manter o agricultor familiar segurado especial trabalhando até os 60 anos é digno, mas aumentar a idade de aposentadoria da mulher trabalhadora rural de 55 para 60 anos, em 10 anos, é injusto, até porque exigir 20 anos de contribuição dessa categoria é algo que está totalmente fora da realidade e do bom senso.

A mobilização no Rio Grande do Sul não parou e vai ser retomada semana que vem com muita força pela nossa Federação, pelos nossos sindicatos, em diversos lugares do Estado, para dizer “não” a esse substitutivo, para dizer “não” a essas mudanças que estão sendo feitas aqui, até porque há uma injustiça maior, a diferenciação do trabalho do homem e da mulher no meio urbano, enquanto a mulher trabalhadora rural está sendo castigada, ao se aumentar a idade para aposentadoria em 5 anos, o que não é aceitável, não é concebível.



Concluo aqui dizendo que nós também estamos muito atentos ao que está acontecendo com relação ao BPC, para mantê-lo vinculado ao salário mínimo. E a pensão por morte também deve continuar como está posta, porque é justo e é digno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo que nos acompanha através dos meios de comunicação desta Casa, quero desta tribuna me manifestar sobre o substitutivo que o Deputado Arthur Maia deve apresentar amanhã na Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da reforma da previdência.

Já manifestei nesta tribuna, tão logo chegou o projeto a esta Casa, dizendo que essa reforma é cruel e covarde, pois atinge mais duramente a população de baixa renda, e 66,87% dos aposentados recebem um salário mínimo. E me manifesto duramente, desde o ano passado, no sentido de que as reformas atingiriam mais duramente os segurados especiais, em especial os agricultores familiares, que respondem pela produção de mais de 70% dos alimentos no Brasil.

Quero aqui fazer justiça ao movimento sindical dos trabalhadores rurais liderados pelas FETAGs, em especial a FETAG do Rio Grande do Sul, presidida pelo companheiro Joel, que, juntamente com sua Diretoria e o conjunto do movimento sindical gaúcho, promoveu um conjunto de mobilizações e audiências públicas, numa mobilização há tempos não vista neste País. Ressalto também o papel da CONTAG.



Dentro desta Casa conseguimos colocar as reformas no centro do debate e demonstramos, primeiramente para os membros da Comissão Especial e para o conjunto dos Parlamentares, que não era possível aprovar a reforma da maneira como chegou a esta Casa, porque inviabilizaria a sucessão rural, praticamente negando-se aos jovens rurais o direito a aposentadoria.

Ainda bem que o Governo se deu conta de que essa reforma era inaplicável. E, pressionado pelas ruas, está preparando um substitutivo que ameniza as cruéis regras inicialmente propostas.

É um avanço, mas ainda não é o suficiente, nem para os trabalhadores rurais, nem para os urbanos. No caso específico dos trabalhadores rurais, estou inconformado pelo fato de o Relator não ter aceitado emenda de minha autoria, elaborada pelo conjunto com o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais — MSTTR, que trata da forma de contribuição dos trabalhadores rurais, que hoje se dá através do desconto de 2,1% de todas as vendas que efetuar. Pelo projeto, está sendo estipulado que a contribuição se dê de forma direta e individual, restando a cada membro da família fazer sua contribuição individual.

Registro que o trabalhador rural e o agricultor familiar segurado especial permanecem com aposentadoria aos 60 anos, mas a mulher trabalhadora rural subirá dos atuais 55 anos para 60 anos, em 2027. Isso é injusto, ainda mais exigindo-se contribuição individual por 20 anos.

Quero ser justo com o Relator, afinal, as alterações são bem mais significativas no Benefício de Prestação Continuada, que fica vinculado ao salário mínimo, e a pensão por morte continuará como está.



Para finalizar, quero fazer um apelo ao Relator, no sentido de que aceite essa medida que ajudará em muito a permanência dos nossos agricultores no campo, produzindo o alimento que chega a nossa mesa todos os dias.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja encaminhado à publicação nos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em permuta com este Presidente, tem a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

É lamentável ter que noticiar que, mais uma vez, integrantes do sindicato dos policiais civis e do sindicato dos policiais federais tentaram invadir o Congresso e, dessa vez, quebraram vidraças da Chapelaria.

Desde ontem estamos trabalhando junto ao Governo para conseguir um texto que venha a contemplar policiais federais, rodoviários e civis. O Governo abriu a negociação. O Governo tem boa intenção. O Governo quer, inclusive, negociar um texto agora. Às 15h30min, eu tenho uma reunião com o Líder do Governo e com o Relator da reforma da previdência para discutirmos a situação de policiais civis, federais e rodoviários.

Uma atitude como essa dos policiais, no meu entender, só causa desconforto e até reação dos Parlamentares. Não é dessa forma que nós vamos conseguir nossos objetivos, até porque, se fôssemos usar a força para conseguir nossos objetivos ou para conquistar aquilo que cada um defende, isto aqui viraria uma praça de guerra.

Então, eu quero dizer que estou do lado dos policiais civis. Estou do lado — e vou defender — dos policiais federais e dos policiais rodoviários, mas eu não posso concordar com esse tipo de atitude.

Eu dizia a um colega que é muito mais fácil discutir com a categoria, discutir com os policiais. Quando o sindicato entra no meio, ele quer ver a coisa arrebentar, nada o agrada. Fica difícil realmente.



Sr. Presidente, quero dizer, mais uma vez, que desde ontem estou tentando negociar com o Governo a aposentadoria especial para os policiais civis. Eles merecem e precisam disso. É uma categoria já sacrificada e que merece todo o respeito do Governo. Mas esse tipo de atitude não leva a nada. Não sei nem como vou agora negociar com o Governo um texto que venha a contemplar essa categoria, que realmente precisa da aposentadoria especial.

A Polícia Legislativa reagiu à tentativa de invasão, houve bomba, etc., e isto aqui se transformou numa praça de guerra. Não é isso que nós queremos. Mais uma vez, peço calma aos policiais. Nós vamos resolver essa questão. E não é com intimidação, usando a força, que vamos chegar a algum lugar.

Peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira e, em seguida, os Deputados Zé Geraldo e Edmilson Rodrigues.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos 13 anos, assaltaram os cofres públicos, arrebentaram com os cofres públicos, meteram a mão no dinheiro do povo e desoneraram impostos a torto e a direito para proteger algumas empresas, como a Odebrecht. Roubaram não só para essa empresa como também para outras, colocaram esse dinheiro nos bolsos e se lambuzaram com esse dinheiro.

Agora, Sr. Presidente, neste ano, chegam e tacam reformas em cima de reformas. Partem para cima das pessoas que cumprem suas obrigações, o povo brasileiro. Querem impor uma reforma da Previdência cuja regra do jogo é mudada aos 49 minutos do segundo tempo.

Estava conversando com a população em Belo Horizonte e em outros Estados brasileiros e fui indagado por populares: *“Por que mudar a regra do jogo de pessoas que estão próximas de se aposentar?” “Eu fiz um planejamento na minha vida e, de repente, o Governo, por entender que isso vai melhorar a situação econômica do País, muda a regra do jogo, fazendo com que eu trabalhe mais anos?”*

Quando vou visitar meus familiares, sou indagado sobre o porquê dessa reforma, se roubaram descaradamente o povo brasileiro, desviando impostos, construindo sítios, reformando apartamentos. Roubaram com vontade este País nos últimos 15 anos; agora querem impingir ao povo essa mudança drástica.



Portanto, Sr. Presidente, posiciono-me contra essa reforma da Previdência e digo desde já, para concluir, que ela só serve para jogar o povo contra os políticos.

Digo mais: esses ladrões que meteram a mão no dinheiro do povo vão pagar. De um jeito ou de outro, o povo vai cobrar deles. O povo vai saber cobrar desses ladrões o que eles fizeram com o dinheiro brasileiro, que deveria estar investido em escolas, saúde, segurança e tudo mais.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço uma questão de ordem baseada no art. 71, inciso I, do Regimento Interno — tumulto grave —, tendo em vista que várias pessoas foram agredidas e bombas foram jogadas aqui dentro do Parlamento.

Por isso, proponho a V.Exa. que suspenda esta sessão por um momento, porque há vários funcionários machucados. O Regimento permite, nesses casos, que a sessão seja levantada. Este é o pedido que faço a V.Exa. É impossível que uma polícia enfrente outra polícia com bombas dentro desta Casa, deixando vários civis e funcionários machucados. Penso que V.Exa. deveria suspender temporariamente esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não vou suspender, não. Só se eles chegarem aqui no Salão Verde e estiverem para entrar no plenário. Enquanto estiverem lá fora, não vou suspender.



O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Zé Geraldo usou 1 minuto e depois usará mais 3 minutos?
Eu quero protestar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - É regimental V.Exa. protestar.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vou rapidamente ler meu pronunciamento.

Ontem, dia 17 de abril, foi um dia de relembrar insanidades como o massacre de Eldorado do Carajás e o golpe contra a democracia, com a retirada da Presidenta Dilma da Presidência. Foi um dia marcado pela reiteração das manobras persecutórias contra o ex-Presidente Lula, um dia marcado também pela lucidez explícita de um insano convicto, que admitiu em rede nacional, em um programa de TV, que a ação contra a Presidenta Dilma, além de golpe, como todos nós já sabíamos, foi um ato de sórdida vingança de um criminoso que atualmente jaz atrás das grades.

Durante toda esta semana lembrarei exaustivamente esses fatos para que aquela parte do povo brasileiro ainda alheia entenda o que se passou e ainda se passa. Nunca será demais denunciar o golpe.

Hoje, falarei sobre a última loucura do usurpador da democracia Michel Temer, que admitiu, ao vivo e em rede nacional, em entrevista à *TV Band*, o que já venho denunciando desde o início do golpe contra os trabalhadores. Disse o golpista que a Presidenta Dilma Rousseff foi derrubada porque o PT não salvou o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB, no Conselho de Ética da Casa. Com tranquilidade e desfaçatez, Temer narrou o episódio de chantagem política como se fosse algo absolutamente banal e cuja culpa fosse exclusivamente de Dilma e do PT, por não terem se submetido à chantagem de seu sócio, hoje



condenado a mais de 15 anos de prisão por corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Depois de contar sobre o fracasso do arranjo devido à recusa dos petistas, Temer comentou: “*Que coisa curiosa! Se o PT tivesse votado nele naquele comitê de ética, seria muito provável que a Sra. Presidente continuasse*”.

Na prática, Temer confessou que houve desvio de finalidade no golpe parlamentar de 2016 e que o *impeachment* nada teve a ver com as tais pedaladas fiscais.

Na realidade dos fatos, o que se chamou de *impeachment* foi um golpe cínico, cruel e odioso, motivado pela firmeza do Partido dos Trabalhadores em não livrar o corrupto Cunha no Conselho de Ética. Eu, como um dos membros do Conselho, denunciei amplamente aos jornalistas, narrei o fato da tribuna desta Casa muitas vezes, disse que Eduardo Cunha estava chantageando a democracia brasileira, chantageando a honestidade de Dilma, do PT e do povo brasileiro. Na época, usei uma figura de linguagem, dizendo que ele estava com a faca no pescoço da República, ameaçando pautar o *impeachment* sem crime para se salvar da morte política e da prisão, mesmo que isso levasse o Brasil ao caos do desemprego crescente, à perda de direitos sociais e à ausência de legitimidade institucional que hoje vemos.

Cunha seguiu à risca sua ameaça, com apoio do partido, da imprensa golpista, de parte de altos membros do Judiciário e de um Congresso majoritariamente envolvido e pago para executar o golpe. Eduardo Cunha abraçou seu desqualificado destino com Temer, PSDB, PMDB e demais golpistas menores contra a democracia.

Ontem, dia 17 de abril, dia da vergonha nacional, completou 1 ano o golpe.



Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Zé Geraldo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero me solidarizar com os policiais que tentaram adentrar a Casa do Povo e foram impedidos. É inadmissível que aconteça isso com policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais militares, policiais civis, autoridades tão aplaudidas pelos líderes partidários por cumprirem um papel fundamental na garantia da segurança do povo.

Neste momento talvez estejamos vivendo a mais profunda crise ética da história do País, em que praticamente todos os partidos estão envolvidos em corrupção e foram denunciados por delatores ligados a uma empresa que dá demonstração de que os governos servem para obedecer aos interesses da empresa. Aliás, nós do PSOL temos denunciado isso aqui e combatemos o financiamento empresarial de campanha.

Essa mesma polícia, que vai ter prejuízos com a reforma da previdência, tenta vir ao Congresso Nacional para negociar com lideranças políticas, influenciar nas decisões, e tem as portas fechadas, sofre repressão, recebe bombas, tratamento que, aliás, é muito comum em relação a outros movimentos sociais.

Eu sou um militante político que tem origem sindical, sou fundador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará e tenho comandado vários movimentos, várias greves, tenho enfrentado em muitas situações a polícia, o cumprimento da ordem das autoridades hierárquicas, essa mesma polícia que é assalariada, que é vítima do abandono. Apesar disso, quero solidarizar-me com os trabalhadores policiais e dizer que para amanhã, às 9 horas,



está convocada sessão para debater o relatório sobre a reforma da previdência. Todos os trabalhadores civis, policiais, militares, servidores em geral, operários, camponeses, indígenas, movimentos sociais, todos estão convidados a vir à Câmara dos Deputados para dizer “não” a essa violência que tentam perpetrar contra o nosso povo. Não tem moral para colocar em debate um relatório numa situação em que todas as principais lideranças, inclusive o Relator da Comissão Especial que trata da reforma da previdência, estão sendo denunciadas por delatores. Não quero dizer que S.Exa. seja culpado. S.Exa. tem direito à presunção de inocência e direito à ampla defesa. No entanto, não pode comandar um processo que destrói a dignidade do nosso povo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que está acontecendo no País, com as delações da Odebrecht, mostra um País convulsionado, uma corrupção generalizada pelo financiamento privado de campanha, envolvendo a maioria dos grandes partidos desta Casa.

É interessante que diante disso parece que não acontece nada aqui.

O Governo golpista do Temer, que está citado na Lava-Jato, inclusive denunciado pelo próprio Eduardo Cunha, sobre recebimento de 40 milhões de dólares, finge que não é com ele e fala: *“Precisamos votar as reformas. O mercado quer as reformas. Os investidores estrangeiros querem as reformas. E aí vamos resolver tudo: a inflação vai baixar, os juros vão baixar, o emprego vai aparecer. Nós resolveremos todos os problemas”*. Todo dia o Meirelles está falando isso na televisão.

Enquanto isso, eles querem penalizar, sacrificar o povo brasileiro com a reforma trabalhista, com a reforma previdenciária, com as terceirizações, com a PEC do teto de gastos.

É evidente que eles não vêm falar sobre o que aconteceu. Estão aí as delações. Alguém dos partidos grandes tem que vir dar explicações aqui. Mas não acontece nada. Eles dizem: *“Vamos votar as reformas”*.

Esse Governo corrupto de Temer não tem nenhuma legitimidade, não tem moral para votar nenhuma reforma, nenhum tipo de projeto que prejudique os



trabalhadores brasileiros — nem esse Governo corrupto, nem este Congresso, que tem 24 Senadores sendo investigados. Somando a lista 1 e a lista 2 do Janot, talvez haja 80 Parlamentares da Câmara dos Deputados sendo investigados. E é como se nada estivesse acontecendo. “*Vamos aqui votar contra o povo*”.

E aí, quando invadem a Câmara dos Deputados, quando o povo quer entrar aqui dentro, não pode. Não pode participar da reforma da previdência, não pode participar da reforma trabalhista, não pode acessar os Parlamentares. É obvio que isso não vai ficar assim.

A resposta virá de baixo para cima. A resposta virá das ruas, não só com a questão ética, mas com a questão de negar qualquer tipo de sacrifício que venha do povo brasileiro para este Governo corrupto e suas iniciativas.

Sr. Presidente, hoje é terça-feira, estamos no meio da tarde, e este plenário está vazio. Os partidos não se manifestam. São dezenas de envolvidos por partido e 8 Ministros diretamente citados, alguns da copa e cozinha do Palácio do Planalto. E são esses que estão tocando a reforma!

E mais: nós não vamos aceitar os relatores dos projetos da reforma previdência e da reforma política, qualquer um deles. Eles não têm moral para apresentar reformas.

Quem está querendo votar reforma e está enrolado na Operação Lava-Jato saia imediatamente e venha se defender, tanto o Presidente da República quanto os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e os Parlamentares com mando nesta Casa.

Fora, Temer!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Beбето, do PSB da Bahia.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós temos tratado aqui de temas extremamente caros à sociedade brasileira e aos próprios trabalhadores. E, por uma manobra, o Presidente desta Casa deseja apresentar regime de urgência para trazer ao plenário a proposta de reforma trabalhista.

Nós vamos ter que enfrentar esse tema e vencê-lo, uma vez que a proposta de reforma apresentada pelo Relator, já disponibilizada às Sras. e aos Srs. Deputados, não tem lugar. É uma reforma que prejudicará, substantivamente, os trabalhadores.

A mentira construída por parte das Sras. e dos Srs. Deputados que fundamentam a necessidade dessa reforma se assenta em três pontos. O primeiro ponto é que a reforma vencerá o desemprego, o que é uma mentira! O segundo ponto é que há excessiva judicialização contra as empresas. O terceiro ponto usado como fundamento pelo Relator e por parte do Governo é o de que é preciso conferir autonomia às partes para negociar.

Vejamos cada um desses pontos. Em relação ao desemprego, a OIT tem divulgado relatório sobre a situação do desemprego em 101 países. E esse relatório estabeleceu um dado referencial, a partir de dados produzidos também pelo Banco Mundial e pela OCDE, no sentido de que iniciativas de reforma para alterar a legislação trabalhista não configuraram melhora alguma no panorama do trabalho, em nenhum desses países. Portanto, aqui há uma mentira que se reverbera na fala de muitos Deputados, inclusive na fala do próprio Relator da matéria. Não há



vantagem prática entre o proposto no relatório e a realidade promovida pela crise econômica, que é substantivamente a responsável pelo desemprego.

Sr. Presidente, o segundo ponto é a judicialização. Esquecem-se de dizer que, enquanto tratam desse tema, apresentando uma mentira à sociedade, dizendo que há excessiva judicialização na relação trabalhista, dados extraídos de qualquer pesquisa que nós aplicamos, ou mesmo do Ministério Público, ou mesmo dos Tribunais, indicam que a ausência de boa-fé na relação de trabalho em setores da atividade econômica por parte de alguns empresários é que gera demanda judicial.

Por exemplo, 11% de todas as demandas judiciais estão relacionadas à ausência de pagamento das parcelas rescisórias por parte desses empresários. Os trabalhadores vão trabalhar de forma gratuita, sem remuneração? Eles não dizem isso e tentam emplacar uma mentira junto à sociedade.

O terceiro ponto é a autonomia das partes. Isso é uma inverdade! Dizer que a reforma vai conferir às partes maior autonomia para negociação com prevalência do negociado sobre o legislado é outra mentira, porque o *caput* do artigo que disciplina, que normatiza essa condição estabelece o negociado sobre o legislado dentre outros pontos. Não haverá fortalecimento, não haverá autonomia, porque querem destruir as organizações sindicais, querem estabelecer sindicato por empresa, querem acabar com a estrutura confederativa. Então, é mais uma mentira!

Por isso, nós vamos enfrentar a reforma trabalhista aqui. Nós vamos dizer “não” à reforma trabalhista, à reforma previdenciária e à terceirização, fazendo um chamamento a toda a sociedade para no dia 28 demarcarmos território, fazendo com que a maioria deste País, que é contra essas medidas, vá às ruas fazer prevalecer a vontade do povo brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar, com muita satisfação, a presença do Prefeito de Nova Pádua, na Serra Gaúcha, Sr. Ronaldo Boniatti; do Prefeito de Nova Roma do Sul, Sr. Douglas Pasuch; do Presidente da Câmara Municipal de Nova Pádua, Sr. Léo Sonda; do Sr. Veroni Macedo, amigo e assessor do Deputado Tiago Simon; e do Sr. Moacir Roman, nosso grande colega de Nova Roma do Sul.

Hoje, nós estivemos numa importante audiência com o Ministro Helder Barbalho para tratar do desenvolvimento da nossa região: a construção de uma ponte que interligará Nova Pádua a Nova Roma do Sul e o centro do Estado do Rio Grande do Sul à Serra Gaúcha.

Naquela região, não há uma ponte sobre o rio, existe apenas uma balsa que funciona manualmente. E nós estamos pleiteando uma ponte, cujo projeto já foi protocolado.

Juntamente com o Governo de José Ivo Sartori, que vem passando por dificuldades — mas a tendência, se Deus quiser, é de melhorar —, com as comunidades e com os Prefeitos, nós vamos tirar do papel este projeto, que será de extrema importância para o desenvolvimento da nossa região e do nosso País.

Eu gostaria de dizer que no Governo Michel Temer, um Governo austero, um Governo amigo, um Governo que dialoga com esta Casa, nos últimos 9 meses, já conseguimos conquistas importantíssimas, como a queda dos juros e a queda da



inflação. Tudo isso graças ao trabalho benfeito e equilibrado deste Plenário, com os Deputados do bem.

Ouvi Deputados do PT, do PCdoB e da Rede dizerem que quem está sendo investigado pela Operação Lava-Jato não tem autoridade para fazer mais nada.

O engraçado é que, para o Presidente Lula, eles querem mandar rezar uma missa. O Presidente Lula é deus. Está tudo normal com ele, não há nada. Quando é do PT, não há problema nenhum, não é preciso investigar; mas quando a pimenta é nos olhos dos outros, aí sim.

Uma coisa é certa: nós temos que parabenizar o trabalho da Lava-Jato. Todos vão ter direito à defesa, inclusive o Presidente Lula, só que ele terá que comparecer perante o Juiz Sergio Moro para conversar, porque não adianta Lula querer fazer defesa sem ir até lá. Agora não querem que ele vá mais, porém ele tem que ir.

Nós temos, sim, que nos preocupar com o futuro do nosso País. Temos que trabalhar, precisamos votar. Não podemos deixar de cumprir a nossa missão, porque a reforma trabalhista e a reforma previdenciária são de extrema importância para o futuro do nosso País. Temos que debater a matéria, dialogar, como fez hoje o Presidente Temer, que conversou com todos: o Relator Arthur Oliveira Maia; o Presidente Carlos Marun; o Presidente da Comissão da Reforma Trabalhista, Daniel Vilela, bem como o Relator.

Nós estamos dialogando, debatendo, e já conseguimos avanços importantes para que essa proposta seja aprovada, o que ajudará o Brasil a se equilibrar, ao mesmo tempo permitindo a todos os que estão para se aposentar que o façam. Isso



acontecerá com naturalidade, dentro de uma reforma que será aprovada, fazendo-se justiça. É muito importante deixar isso bem claro.

Quem torce pelo pior para o nosso País são os maus brasileiros. E eu não acredito que nesta Casa existam maus brasileiros, pelo contrário: aqui nós temos que dar o exemplo. Temos que trabalhar pelo melhor. Temos que trabalhar pelo desenvolvimento do nosso País e dar emprego a esses 13 milhões e 500 mil desempregados...

(Desligamento automático do microfone.)

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Jair Bolsonaro, por 1 minuto.

O SR. JAIR BOLSONARO (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Prezado Presidente Delegado Edson Moreira, é uma satisfação falar com V.Exa. presidindo os trabalhos desta Casa.

Aonde a *TV Globo* quer chegar com essa nova farsa, com essa nova mentira conhecida como *Os Dias Eram Assim?*

Eu vou ler, apenas em 1 minuto, o primeiro parágrafo do editorial de Roberto Marinho, da capa do jornal *O Globo* de 7 de outubro de 1984. Escreve Roberto Marinho — e isso não vai sair nessa minissérie, com toda certeza:

Participamos da revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, tensão social e corrupção generalizada.

A quem a *TV Globo* serve neste momento? Não é à Pátria e não é à verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, por 1 minuto.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que está presente conosco neste momento, fazendo uma visita que nos engrandece, a Associação Nacional dos Violeiros e Violeiras do Brasil.

Estão aqui Pereira da Viola, Luís Faria, Volmi Batista e Minerin. São grandes violeiros da música caipira brasileira.

Eles têm protocolo, uma grande programação, e nós fazemos um apelo ao Ministro da Cultura para que compreenda esta pauta, receba e atenda, porque essa é uma das questões mais importantes da cultura brasileira.

Parabéns a todos os violeiros e violeiras e à música caipira do nosso País, nas pessoas dos quatro grandes companheiros!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Delegado Edson Moreira.

É uma pena que os violeiros não possam tocar uma moda de viola aqui — acho que o Regimento não permite. Mas seria maravilhoso, não é, Deputada Erika Kokay?

O Deputado Valmir Assunção está falando que permite, mas depende do Sr. Presidente.

Eu quero agradecer à minha Líder, a Deputada Tereza Cristina, que me concedeu esta oportunidade nessa nova volta. Quero esclarecer aos companheiros e até ao povo capixaba que fiquei afastado por 30 dias para um processo intensivo de recuperação da parte física, por causa de uma operação, em virtude de um tumor de medula, a que tive de ser submetido no final do ano passado. E estamos de volta num momento fervilhante da Câmara, em que há discussões sobre a legislação trabalhista e a legislação previdenciária.

Sem dúvida nenhuma, o PSB, que agora está começando a reunião de bancada, vai ter um posicionamento de bancada, para que possamos contribuir com algumas reformas das quais o Brasil necessita, mas que não sejam reformas que venham a atingir direitos adquiridos e a população mais sacrificada desta Nação, que é a população mais pobre.

Também neste momento, no Plenário 7, acontece uma discussão na Comissão Externa destinada a fazer o acompanhamento das obras de duplicação da BR-101, em todo o Estado do Espírito Santo.



Lá, o representante do Tribunal de Contas da União esclareceu que já saiu o financiamento, mas a Eco101, que ganhou a licitação para fazer a duplicação da BR-101 no Estado do Espírito Santo, está com as obras muito atrasadas.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, que é o órgão responsável, não fez as observações no momento necessário. Só depois de pressionada ou de fustigada pelo TCU, apresenta um relatório com o porquê do não cumprimento de sua função. Ela é uma agência reguladora, tem que proteger o cidadão. É claro que a duplicação é uma parceria com a iniciativa privada, mas existem regras na concessão, e elas precisam ser cumpridas.

Sr. Presidente, eu pedi este tempo de Liderança especificamente para falar sobre outra rodovia federal que afeta muito a nossa vida, principalmente a vida do cidadão do noroeste do Espírito Santo e a vida do cidadão de Minas: a BR-259. Seu quilômetro zero é na interseção com a BR-101, lá no Município de João Neiva. E já no quilômetro 28 da BR-259 há o que eu chamo de uma vergonha: para se corrigir uma obra feita há mais de 8 anos, que custou em torno de 6 milhões de reais, deu errado, a empresa não devolveu o dinheiro e o superintendente está sendo processado até hoje, está-se prevendo alguma coisa em torno de 40 milhões de reais.

Isso é ininteligível, não entra na cabeça de ninguém, nem na do cidadão, nem na do político. Também não deveria entrar na cabeça dos responsáveis. Como a correção de uma obra que custou 6 milhões de reais e não deu certo vai custar 40 milhões? O quilômetro 28 é a vergonha da BR-259! Já falei isso aqui.

Eu estive no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT há pouco mais de 2 meses, quando vim da primeira incursão, recém-operado.



Disseram-me que o edital de licitação estava pronto para ser colocado na praça. Mentira! Mentira! Por quê? Porque agora há um interventor.

A partir da nossa denúncia sobre a irresponsabilidade relativa ao quilômetro 28, o Ministério Público Federal procurou se inteirar da situação. E, depois de certo tempo, a Justiça Federal nomeou um interventor para o trecho da BR-259 capixaba, que corresponde a 110 quilômetros, o Dr. Giovani Borgo. Estivemos com ele na segunda-feira passada — faz 1 semana e 1 dia hoje —, para perguntar qual era a situação.

Já fizeram uma vistoria no trecho capixaba, e há 71 pontos em que são necessárias intervenções. No quilômetro 16, especificamente, meia pista desabou. Vai ser feito um processo de contratação em regime de emergência para substituir 200 metros daquela pista. Só que não é só isso. Há vários trechos da BR-259, próximos a Colatina, com desnível de pista.

Então, eu adianto a pauta aqui neste momento, avisando ao DNIT, avisando à Diretoria do DNIT, avisando à Superintendência capixaba, avisando ao interventor, Dr. Giovani Borgo: vai morrer gente nos trechos de desnível! Vai tomar o volante de alguém que não tenha muita experiência em BR, e vai morrer gente. Depois que morrer alguém e que incendiarem pneus, vocês tomarão uma providência mais imediata.

Eu peço socorro ao interventor para agir mais incisivamente no trecho capixaba da BR-259, que é uma vergonha para o DNIT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela, que falará antes da Deputada Erika Kokay, por 1 minuto.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao Sr. Presidente, o Deputado Delegado Edson Moreira, e à Deputada Erika Kokay.

Quero dizer ao Brasil que há mais uma manifestação na porta da Câmara dos Deputados. Alguns policiais e alguns operadores de segurança pública acabaram quebrando portas. Houve também o uso de gás de pimenta e pelo menos alguns deles foram detidos para averiguação.

Por que isso? Por causa da maldita PEC 287! Nós estamos conversando com o Governo. Já tivemos mais de 15 reuniões no Ministério da Justiça e Segurança Pública, na Liderança do Governo e com o Governo para tratarmos das questões dos operadores de segurança pública do Brasil, que estão sendo vilipendiados através desta PEC.

Cada hora o Governo apresenta um texto que ninguém sabe qual é. Enquanto isso, os operadores de segurança pública acabam fazendo o que a população brasileira quer fazer — sem incitar —, invadir o Congresso.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, por 3 minutos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o que estamos vivenciando é a diferenciação de modelos para o País.

Tivemos Luiz Inácio Lula da Silva, que saiu, depois de seu segundo mandato, com 87% de aprovação e que é reconhecido hoje pela maioria dos brasileiros e das brasileiras como o melhor Presidente que o País já teve.

O que dizia Lula? Lula identificou a grandeza deste País, porque sabe da dor e da delícia de ser brasileiro. Ele, como grande parte dos brasileiros, viveu a fome e se comprometeu em superá-la e enfrentá-la. Lula desenvolveu um modelo de valorização do próprio Brasil. Ele criou um conteúdo nacional na PETROBRAS, em que se saiu de um universo de 2 mil empregos para 80 mil empregos na indústria naval. Ele fez o Brasil crescer apostando na eliminação das desigualdades e na criação de um mercado interno, no qual as pessoas tivessem renda.

Para se ter uma ideia, quando o salário mínimo aumentou e houve um ganho de cerca de 70% neste período, a Previdência se fortaleceu, porque ela se fortalece com a formalização das relações do trabalho e com a melhoria da renda.

O que estamos vivenciando hoje é outro modelo, que foi derrotado quatro vezes nas urnas. Trata-se de um modelo que busca tirar qualquer projeto de desenvolvimento nacional e entregar o País, como tem sido entregue, às empresas internacionais.

Querem vender os Correios! Este País não pode admitir que a empresa Correios seja colocada à venda, que seja tratada como mercadoria, porque é patrimônio do povo brasileiro.



Vendeu-se o Complexo Petroquímico de Suape por cerca de um terço do valor pelo qual ele foi avaliado. O Brasil está sendo entregue por pessoas que não têm compromisso com o País. São saprófagos da nossa soberania e sabujos do capital internacional.

O que está em choque são modelos. Esse modelo que está em curso provoca desemprego. São quase 2 milhões de desempregados no último ano, quando o golpismo se instalou neste País. Este modelo que aí está contém as despesas primárias, as despesas com políticas públicas e libera o pagamento de despesas com o capital financeiro.

Portanto, não me venham falar em crescimento do Brasil, se qualquer crescimento será revertido para o capital internacional, para os rentistas, já que estão limitadas as despesas primárias neste País.

Por isso é que nós não podemos permitir a entrega do País, assim como não podemos permitir o rompimento de um processo de proteção social, que envolve 98% dos idosos, por essa reforma da Previdência.

Para prestar o serviço de fazer uma reforma da Previdência e deixar o mercado — ou criar um mercado — para a previdência privada, eles destroem os direitos dos trabalhadores e a representação sindical.

O que nós estamos vivenciando é um modelo rentista, subserviente ao capital internacional, patrocinado por aqueles que têm como preocupação se proteger das investigações, porque são corruptos os que estão no poder, e, ao mesmo tempo, pagar a conta de um golpe que sangra a democracia e que retira os nossos direitos.



O SR. BEBETO - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é lamentável o episódio ocorrido, há pouco, na área externa do Congresso Nacional, com os policiais civis que estão manifestando a sua indignação quanto ao conteúdo da reforma da Previdência e que pacificamente tentaram adentrar esta Casa. Eles foram barrados, o que gerou um transtorno, um grau de violência e de enfrentamento sem necessidade. Os policiais civis, que aqui já estiveram de outra feita, fizeram pacificamente a sua manifestação.

Mais uma vez apelo a V.Exa., que preside esta sessão e tem a honra de ser um delegado da Polícia Civil, para que, inclusive, com base no Regimento Interno, suspenda esta sessão, em solidariedade a tantos quantos estão lá fora num processo de enfrentamento desnecessário com a Polícia Legislativa. Esta Casa, a Casa de expressão plural do povo brasileiro, não pode objetar a entrada de nenhum setor da sociedade que desejar pacificamente nela realizar uma manifestação.

Por isso, registro a minha solidariedade aos policiais civis que, de forma pacífica, estão manifestando a sua indignação em relação ao conteúdo da reforma da Previdência. Esta Casa devia abraçar esses movimentos, porque esses movimentos que refletem a dinâmica da sociedade significam a vitalidade da democracia. E, aqui, nós talvez queiramos calar a democracia e esses movimentos com essa atitude de repressão.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - A maior democracia, Deputado, é seguir as regras do jogo, e as regras do jogo não são essas.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, por 3 minutos.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, as reformas previdenciária e trabalhista do Governo Temer que tramitam nesta Casa estão desmontando os direitos dos trabalhadores, da classe média, do povo brasileiro. São surdas às manifestações das ruas e absolutamente servis ao grande empresariado. Noventa por cento da população repudia essas reformas, que não trazem nenhum benefício à população.

Na audiência pública realizada pelas Comissões de Legislação Participativa e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, na manhã de hoje, todos os convidados afirmaram que a reforma trabalhista só favorece os patrões, não traz um benefício ao trabalhador.

Não há modernização. O trabalhador ficará disponível para o patrão sem receber por isso. Já denunciemos aqui há anos esse tipo de contrato intermitente, como fazia a cadeia McDonald's em nosso País.

As mulheres grávidas serão obrigadas a ocupar funções insalubres; o teletrabalho está desvirtuado, para eximir o patrão de qualquer responsabilidade e obrigar o trabalhador a ficar disponível por 24 horas. Essa é a tal da intermitência.

Fazer valer o negociado sobre o legislado, abaixo do que prevê a legislação trabalhista, quando o desemprego atinge 13 milhões de brasileiros, é colocar em negociação dois lados em situações absolutamente desiguais, e o trabalhador ainda mais fragilizado pela crise.

A reforma da Previdência é outro absurdo que não podemos aceitar, apesar do recuo feito pelo Palácio do Planalto agora pela manhã.



A reforma da Previdência, da forma como está, tira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, mas não mexe nos desvios de recursos, não combate a sonegação, não institui cobranças sobre setores isentos, nem cobra a dívida ativa.

A Desvinculação de Receitas da União — DRU leva 30% da arrecadação da Previdência, 212 bilhões de reais em 2015, duas vezes o rombo previdenciário anunciado pelo Governo. A dívida ativa soma 420 bilhões de reais. A renúncia fiscal, que não deu resultado na geração de empregos e no desenvolvimento econômico, tira da Previdência 70 bilhões de reais. O combate à sonegação resultaria em mais cerca de 150 bilhões de reais de arrecadação por ano.

Sr. Presidente, nós temos graves problemas no orçamento público que precisam ser atacados com dureza, como a dívida pública, que, no ano passado, consumiu 44% do que pagamos em impostos e, no orçamento deste ano, deve levar 55%.

Este Governo ilegítimo quer arrancar direitos históricos para aumentar o lucro dos empresários, dos banqueiros, dos especuladores, dos financiadores de campanha, à custa do povo brasileiro.

Não vamos aceitar essa solução que empurra a conta para o andar de baixo e dá benefícios ao andar de cima. Se isso ocorrer, a crise será agravada, e a maioria da população será empurrada para a miséria.

Este golpe contra o trabalhador, contra a classe média brasileira não passará!

Posiciono-me contra essas reformas e contra a inversão do papel do Estado feito por este Governo.

Vamos resistir e vamos à greve geral, no dia 28.



Sr. Presidente, peço a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - O pedido de V.Exa. será deferido.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano, por 3 minutos. Antes, porém, concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna manifestar a minha solidariedade à luta dos policiais civis, dos policiais federais, dos policiais rodoviários federais, que, nesta data, estão aqui em Brasília porque, até hoje, não foram devidamente ouvidos pelo Governo, não foram devidamente ouvidos pelo Relator nos seus pleitos relacionados à reforma da Previdência e, além disso, tiveram seus direitos cassados pelo Supremo Tribunal Federal, que lhes vedou o direito de greve.

Ora, equiparar as condições jurídicas dos policiais civis e dos policiais federais à dos militares é um equívoco. Nós somos militares, e está expresso na Constituição a vedação aos militares à filiação partidária, à greve e à sindicalização; mas aos policiais civis não está prevista essa vedação. Portanto, o Supremo exorbitou de sua competência.

Por isso a nossa manifestação de apoio e de solidariedade, para que, de fato, o Governo possa ouvir esse clamor e mudar as regras da reforma da Previdência.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, por 3 minutos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna dizer que o processo golpista do chamado *impeachment*, que iniciou nesta Casa, completou 1 ano e 1 dia. E nesse final de semana, o Presidente golpista Michel Temer deixou claro para a população brasileira o que aconteceu no processo de *impeachment*. Ele, numa entrevista concedida a uma emissora de tevê, disse que, se o PT tivesse aceitado a chantagem de Eduardo Cunha, Presidente da Câmara naquele momento, ele, Michel Temer, não seria Presidente hoje.

O PT não aceitou a chantagem, e Michel Temer e Eduardo Cunha, acomunados, travaram um debate com os seus aliados, PSDB e DEM, rasgaram a Constituição e deram o golpe.

Quais foram as consequências disso? Reforma trabalhista, reforma da Previdência, corte de diversos programas sociais, fim do Ciência sem Fronteiras, Farmácia Popular fechada, e o povo na rua reivindicando os seus direitos.

Por isso estão aqui a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, a Polícia Civil, todos em frente do Congresso se manifestando. Em todos os lugares do Brasil, o povo está contra este Governo e contra as suas reformas.

Eles falaram que iam resolver o problema do desemprego no Brasil, mas o desemprego aumentou. Disseram que iam resolver o problema da crise, mas a crise aumentou. A única esperança do povo brasileiro é que 2018 chegue o mais rápido possível para eleger Lula Presidente, para retomar o desenvolvimento do Brasil.



Eu estou dizendo isso devido às pesquisas. A última pesquisa mostra 45% de votos para o Presidente Lula. E esse dado é importante porque essa é a vontade do povo.

Sr. Presidente, eles tentaram vender uma ideia para a sociedade brasileira, que não a aceitou, não a engoliu. Por quê? Porque estão retirando os direitos.

Eu quero chamar a atenção de todos os Deputados aqui. Nós temos que tomar uma atitude com relação ao Presidente da República. Já que o Supremo Tribunal não pode investigar o Presidente, eu acho que esta Casa tem que tomar uma atitude, anulando todo esse processo de *impeachment*, porque não dá. Tem que haver uma eleição para Presidente da República o mais rápido possível. Não dá para Michel Temer continuar governando o Brasil, maltratando o povo, tirando o direito do povo. Essa é a grande realidade.

Aqui em frente à Câmara, no dia de hoje, está ocorrendo um quebra-quebra terrível, e isso vai aumentar, porque a sociedade não vai ficar de braços cruzados, ela vai para a rua. A classe política está muito desmoralizada neste exato momento.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, ontem fez aniversário de 1 ano o golpe na democracia brasileira, quando a Presidenta Dilma foi afastada e foi colocado no seu lugar um Presidente sem voto, sem moral para dirigir o País, sem credibilidade, sem apoio popular.

Um ano depois, tudo piorou no Brasil — repito: tudo piorou no Brasil. Absolutamente nada melhorou em nosso País.

Um ano depois, esse mesmo Presidente impostor vai para a televisão e confessa que houve o golpe. Confessa que houve o golpe porque o PT, aqui nesta Casa, não aceitou, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, votar a favor de Eduardo Cunha. Os três Deputados do PT, Zé Geraldo, Leo de Brito e Valmir Prascidelli, não concordaram em votar a favor do Eduardo Cunha. Foi por isso que houve o golpe. O Presidente interino, Presidente que não tem credibilidade, confessou isso na televisão

E não acontece nada com este Presidente, que está acabando, afundando o País. E, ao mesmo tempo em que ele confessa que houve o golpe, alguns Deputados desta Casa, inclusive a Presidência da Casa, insistem em colocar na pauta a reforma da Previdência e a reforma trabalhista. Querem votar aqui, hoje, a urgência para aprovar a reforma trabalhista contra vocês, trabalhadores brasileiros; para votar aqui nesta Casa uma reforma da Previdência contra vocês, sociedade brasileira, povo brasileiro.



Hoje, no Brasil, o Presidente Temer, interino e ilegítimo, coloca o povo contra o povo, a polícia contra a polícia.

Presidente Temer, o povo briga, mas com o povo não se brinca — com o povo não se brinca. O povo brasileiro, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, não aceita essa reforma imoral da Previdência e nem essa reforma trabalhista descarada que eles querem votar no Brasil, rasgando a CLT.

Eu quero ver a cara dos meus colegas Deputados, de V.Exas., quando chegar a hora de se posicionarem neste Plenário contra aquele que votou em cada Deputado e o botou aqui dentro para defender o povo. Eu quero ver! Eu quero pagar para ver esse momento!

Sras. e Srs. Deputados, não é possível aprovar uma reforma trabalhista que determina que até o tempo que o trabalhador leva para se deslocar de casa para o trabalho seja descontado do seu salário.

É uma reforma trabalhista que determinará que não haverá mais ponto, para que, depois, o trabalhador não reivindique as horas extras.

Essa reforma trabalhista rasga a CLT e joga a carteira de trabalho na lata do lixo.

Não é possível, Sras. e Srs. Deputados, que em pleno século XXI isso aconteça no País que se chama Brasil.

Eu tenho orgulho de ser brasileiro. Eu tenho vergonha do que está acontecendo neste País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, hoje ocupo este espaço para relembrar, com profunda tristeza, o golpe de 2016, que afastou a Presidenta Dilma e que ontem completou 1 ano.



Há 1 ano, nós estávamos aqui, neste Plenário, debatendo, discursando, explicando e tentando mostrar que o *impeachment*, na verdade, era um golpe comandado por Eduardo Cunha, Michel Temer, Aécio Neves, o DEM e outros partidos. Nós tentávamos explicar que não havia — e continua não havendo — crime cometido pela Presidenta Dilma; que ela era — e continua sendo — uma mulher honesta; que as tais pedaladas fiscais nunca configuraram crime de responsabilidade. Há 1 ano, neste plenário, nós tentávamos explicar que aquele *impeachment* era oriundo de uma chantagem de Eduardo Cunha contra o PT e, por isso, era um golpe. Isso já faz 1 ano, Sr. Presidente!

Eis que, no último sábado, o Presidente ilegítimo e golpista, Michel Temer, confessou o golpe. Em um programa na *TV Bandeirantes*, Temer admitiu que o *impeachment* só foi aceito quando o PT deu os seus três votos contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética. “*Que coisa curiosa! Se o PT tivesse votado nele naquele Comitê de Ética, seria muito provável que a Senhora Presidente continuasse*”, disse, tranquilamente, Michel Temer. Ou seja, às vésperas do aniversário do golpe, Michel Temer confessou, ao vivo, que a Presidenta Dilma caiu porque o PT não cedeu às chantagens de Eduardo Cunha!

Isso é um escândalo! É um absurdo! É uma vergonha! Mas não para por aí, Sr. Presidente! Eduardo Cunha, em carta escrita diretamente da prisão, disse, com todas as letras, que o parecer a favor do *impeachment* foi submetido, antes de ser protocolado de maneira oficial, a ninguém mais, ninguém menos do que Michel Temer.



Ora! Cunha e Temer, como dois comparsas que são, articularam esse golpe milimetricamente. Temer leu — e aprovou — o parecer que Cunha lhe apresentou. É um golpe baixo, covarde e descarado!

Um ano se passou, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e eu lhes pergunto: o País melhorou? A economia melhorou? A pobreza diminuiu? O desemprego diminuiu? Não! É claro que não! Esse golpe, além de atingir a democracia e a Presidenta Dilma, atingiu em cheio a classe trabalhadora deste País.

Em 1 ano, o Governo ilegítimo e golpista aprovou a PEC da Morte (que corta os investimentos em saúde, educação e segurança, por exemplo, por 20 anos) e a terceirização geral do trabalho; acabou com a farmácia popular (que distribuía gratuitamente remédios às pessoas mais pobres); acabou com o Ciência Sem Fronteiras (que levou mais de 100 mil jovens para estudar nas melhores universidades do mundo); diminuiu investimentos do Bolsa Família e do Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outras barbaridades. Agora, o governo ilegítimo e golpista quer acabar com a aposentadoria dos brasileiros e brasileiras, aprovando uma reforma da Previdência que é um verdadeiro desmonte. E, não satisfeito com a terceirização, quer enfiar goela abaixo uma reforma trabalhista que rasga a carteira de trabalho e acaba com todos os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Esse golpe, portanto, foi uma tragédia para o Brasil. Foi um desastre! Tudo piorou! Nada melhorou! E querem fazer ainda mais maldade. O golpe, porém, ainda não está completo. Eles querem, agora, tirar Lula da jogada em 2018. Querem inviabilizar a candidatura de Lula, pois sabem que se deixarem o povo decidir, o povo bota Lula na Presidência novamente. Isso seria, para os golpistas, uma



tremenda derrota, pois eles ainda têm muita conta do golpe para pagar — e muito direito de trabalhador para tirar.

É Lula 2018! Fora, Temer!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira.) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, por 3 minutos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, já era esperado, e essa era a grande expectativa, que, com as delações da Odebrecht e a forma como ela se organizou para fazer essas delações, haveria uma grande repercussão.

Eu não imaginava que um poderoso veículo de comunicação neste País começasse na quarta-feira, na quinta, na Sexta-Feira Santa, no Sábado de Aleluia, no Domingo de Páscoa, na segunda-feira falando exatamente desse modelo de financiamento de campanha que funcionou no Brasil nos últimos 20 anos, com o apoio empresarial de grandes empresas, seja ele legal, seja ilegal.

E é claro que em todas as eleições — a Justiça Eleitoral sabe muito bem disso... Inclusive esta última eleição de prefeitos e vereadores, de norte a sul do País, continuou sendo uma das mais caras do Brasil.

Eu conheço um Município do Estado do Pará, com 12 mil eleitores, onde 2 ou 3 candidatos a prefeito gastaram mais de 3 milhões de reais para disputar a eleição. E às vezes o candidato que ganhou não tinha nem 1 real para financiar a campanha. O dinheiro foi todo emprestado a juro caríssimo.

E agora quem está pagando a conta é a pobre Prefeitura lá do interior, que às vezes não tem dinheiro para comprar uma máquina para consertar estradas, mas tem que pagar as milionárias campanhas, dinheiro emprestado de agiotas a 10%, 15%. E a Justiça Eleitoral sabe disso.



Então, não adianta agora ficar uma semana só falando de caixa dois, só falando da lista da Odebrecht, dos políticos que receberam dinheiro e das grandes lideranças de quase todos os partidos. O PSDB, que pensava que ia escapar, agora está aí com o Fernando Henrique, o Aécio Neves, o José Serra e o Alckmin. E não é dinheirinho, 500 mil reais ou 1 milhão de reais não, são 5 milhões de reais para cima. Vinte milhões de reais foram para a Suíça e voltaram para cá. É Rodoanel de São Paulo, é não sei o quê...

Então, Sr. Presidente, só para encerrar, quem pensou que ia se salvar nessa história toda está enrolado até os fios dos cabelos.

A pergunta que eu faço é a seguinte: o que fazer agora neste momento? Está aí o debate da reforma política. Mas que reforma política? Como serão as eleições de 2018 — isto é, se houver eleições? Para quem já deu um golpe violento, como o do dia 17 de abril do ano passado, que completou 1 ano ontem, para dar mais um golpe não falta muita coisa, até porque as maiores lideranças de partidos, como as do PMDB e do PSDB, estão governando o Brasil. Quem manda no Brasil, neste momento, quem dá o rumo, quem está vendendo o Brasil, quem está gerando desemprego, quem dá as cartas e quem comanda este País é o PMDB e o PSDB. Esses partidos, Sr. Presidente, estão com muita dificuldade.

É claro que tudo isso continua sendo para tirar o Lula da disputa da eleição de 2018, porque só tem uma liderança neste País com credibilidade, e as pesquisas mostram isso. O único momento que este Brasil andou para frente foi o momento que o PT, que o Lula e a Dilma governaram o Brasil. Nem antes e nem depois eu vi nada de novo na história deste País.



Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos fazer uma reforma política, para que tenhamos dinheiro público para financiar as campanhas, porque senão, em 2018, teremos muita gente gastando 5, 10 milhões para comprar uma cadeira de Senador e de Deputado Federal no Congresso Nacional, enquanto alguns não terão 100, 200 mil reais para gastar em uma campanha eleitoral.

Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero expressar minha solidariedade aos trabalhadores rurais brasileiros, especialmente os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ontem, dia 17 de abril, completaram-se 21 anos do massacre de Eldorado dos Carajás.

Em 1996, na rodovia PA-150, na Curva do S, no Município de Eldorado dos Carajás, quando os trabalhadores rurais realizavam um ato de protesto pela desapropriação da Fazenda Macaxeira — importante que se diga: ocupada por pretensos proprietários, na verdade, criminosos, grileiros de terra pública —, quando eles protestavam numa rodovia estadual, agora federalizada, reivindicando, portanto, avanços na política de reforma agrária, o Estado brasileiro, naquela altura dirigido por Fernando Henrique Cardoso, através do Governo do Estado do Pará, lavou as mãos ao direito dos trabalhadores a terra; lavou a mão ao não direito de latifundiários ocuparem criminosamente terras públicas.

O Governador do Estado determinou a desobstrução da rodovia a qualquer custo. Com o contingente policial sem capacetes, sem escudos, sem armamentos não letais, o resultado não poderia ser outro: 19 trabalhadores rurais foram assassinados e 69 feridos, alguns dos quais até hoje convivem com projéteis no seu corpo.

Essa violência é uma marca histórica. Eu, àquela altura, não exercia um cargo eletivo. Havia sido, anteriormente, Deputado Estadual por duas legislaturas.



Recebi o abraço e abracei os militantes do movimento, que choravam por ver tamanha violência, tamanha atrocidade perpetrada pelo Estado brasileiro contra os trabalhadores rurais e contra vidas humanas. Nenhum crime cometeram, a não ser, em uma República dita democrática, exercerem o direito de qualquer cidadão de lutar por políticas.

No caso, lutavam por uma política de reforma agrária séria e justa, principalmente porque eles não tinham terra e tinham direito a terra, e também porque os que ocupavam a terra ocupavam-na ilegalmente, porque eram criminosos grileiros.

Então, deixo a minha solidariedade. Nesses 21 anos, o sangue derramado alimenta a esperança de que este Brasil, este grande território de 200 milhões de habitantes, possa um dia servir de abrigo ao seu povo, e não ser mera fonte de lucro para os que vivem da miséria e da morte.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem, 17 de abril, foram completados 21 anos do massacre de 19 trabalhadores sem-terra, ocorrido no Município de Eldorado do Carajás, no sul do Pará. As pessoas que ocupavam a Curva do S, na PA-150, para reivindicar a desapropriação da Fazenda Macaxeira, foram mortas por tropas da Polícia Militar do Estado, pois havia ordem para desobstrução do então Governador Almir Gabriel. Somente um dos comandantes, Coronel Mário Pantoja, foi preso.



Entre os sobreviventes, estão 69 pessoas que foram feridas e sequeladas por tiros de fuzil, sendo que nem todas foram indenizadas pelo dano sofrido e, mesmo após tanto tempo, ainda mendigam por atendimento médico adequado do Governo do Estado. Diante do abandono, cerca de cinco desses feridos faleceram e as causas das mortes são atribuídas aos ferimentos sofridos no massacre. Na semana passada, uma comissão reuniu em Belém com o Chefe da Casa Civil para cobrar o atendimento médico. Um homem ainda vive com uma bala alojada na cabeça, sofrendo fortes dores e expelindo secreção.

Para buscar avanços na reforma agrária e enaltecer a memória daqueles que tombaram na luta, o Movimento Sem Terra realiza em todo o Brasil o Abril Vermelho. Várias ações estão sendo realizadas pelo País, desde a ocupação de terras, sejam improdutivas ou com suspeita de posse ilegal, até a ocupação de prédios públicos e marchas nas cidades. O Abril Vermelho vem repudiar o sangue historicamente derramado na luta pela terra, como também toda forma de violação dos direitos humanos no Brasil e, em especial, na Amazônia. O MST afirma que, de 1996 (ano do massacre) para cá, quase 753 assassinatos foram registrados no campo, no Brasil. Somente no Pará foram 289 mortes, de acordo com a CPT. Por isso, abril é o mês para se protestar, cobrar justiça e o fim da impunidade.

No Pará, ontem (segunda-feira, 17 de abril), integrantes do MST fizeram um ato na Curva do S, às 17 horas, após 7 dias de acampamento no local. Em Belém, os manifestantes estão mobilizados desde o sábado, 15 de abril, pois montaram acampamento no bairro de São Brás, dirigiram-se para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) e, nesta terça-feira, 18, saíram em marcha de manhã cedo para a sede do INCRA, onde têm audiência sobre a



regularização e disponibilização de terras para fazer acampamentos, além da cobrança de infraestrutura e assentamentos, como estrada, água e energia elétrica, e crédito a que os trabalhadores assentados têm direito, mas que estão paralisados desde o início do Governo Temer.

Para os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, uma das principais reivindicações é a suspensão da Medida Provisória nº 759, que refuto como a maior tentativa de retrocesso dos avanços obtidos na regularização fundiária nacional nos últimos 30 anos. A MP, que tramita nesta Casa, possibilita a comercialização de propriedades a estrangeiros, bem como a venda de lotes de assentamento, o que hoje é vedado para impedir a pressão de madeireiros e do agronegócio sobre os pequenos produtores. Além disso, a MP estimula a grilagem de terra e representa risco ainda maior ao avanço do desmatamento na Amazônia.

Inclusive, na semana passada tive a honra de presidir a reunião da Comissão Geral que analisa a MP 759, nesta Casa. Asseguro aos movimentos sociais que não apenas votarei contra esse retrocesso nos direitos conquistados, como trabalharei para que seja rejeitado.

Não se pode aceitar que só haja mortos, sequelados e abandonados de um lado, enquanto do outro a impunidade. É preciso caminhar para a verdadeira igualdade de direitos, em que o Estado e o povo não se curvem eternamente aos detentores do capital, mas que haja tratamento desigual em favor daqueles historicamente tratados com desigualdade, a fim de que possam ter a chance de algum dia serem de fato iguais aos outros seres humanos, como preceitua a nossa Carta Magna.

Minha solidariedade à luta dos trabalhadores rurais!



Minha homenagem à memória das vítimas do Massacre de Eldorado do Carajás!

Viva a reforma agrária!



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, por 1 minuto.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Delegado Edson Moreira, quero registrar a presença dos nossos Vereadores de Butiá, Rio Grande do Sul, que vêm à Câmara Federal fazer os seus encaminhamentos e trazer as suas reivindicações. Leandro Felício, Joel Maraschin e o meu companheiro de partido, do PDT, o Vereador Mauricinho, vêm trazer também a sua moção contra a reforma da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que na Comissão Especial Mista da Medida Provisória nº 767, de 2017, que trata da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença, nós conseguimos aprovar três emendas extremamente importantes. Com a primeira delas, conseguimos voltar para 6 meses a carência que o Governo havia elevado de 4 meses para 12 meses. A segunda emenda permite àquele que teve o benefício cortado pedir uma junta médica da perícia para reavaliar a sua situação. A terceira prevê que aquele que tem mais de 15 anos de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença e 55 anos de idade não mais poderão sofrer revisão do seu benefício. São importantes mudanças.

Estamos aguardando para saber quais serão as mudanças na PEC 287, se elas ainda vierem a ser apresentadas amanhã.

É verdade que nós não ganhamos muito, mas o Governo perdeu demais.

O Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Maia Filho. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. MAIA FILHO (Bloco/PP-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, hoje o Brasil vive um momento em que alguns querem passar a impressão de que nós estamos no caos.

Cabe-nos aqui, como representantes do povo brasileiro legitimamente eleitos, fazer a nossa parte, fazer o nosso trabalho. Espera-se que o Executivo faça o trabalho que é de sua competência e o Judiciário também.

Nós não podemos nos boicotar e querer parar o Brasil, querer parar as ações que se fazem necessárias.

Hoje, se ouvirmos qualquer analista político, qualquer analista econômico, ele vai nos expor a necessidade que tem o Brasil de aprovar as reformas — que já deviam ter sido aprovadas outrora — como a reforma política, como a reforma trabalhista e como, fundamentalmente, a reforma previdenciária.

Não podemos fazer discursos eminentemente para jogar para a plateia, para pensar em voto, para pensar em eleição ou colocar o nosso povo como massa de manobra que pode ser manipulada por discursos. Nós temos que jogar as palavras com sinceridade. Temos que mostrar os dados, mostrar a necessidade que o Brasil tem de fazer as reformas pensando também no futuro, pensando na instabilidade que pode ter um aposentado brasileiro daqui a 10 ou 15 anos, mas é importante observar que isso já está acontecendo em alguns Estados, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, e mesmo em alguns países, como a Grécia. Se não votarmos a reforma agora, vamos ter que votá-la depois, sob pena de o caos se instalar no Brasil. Isso é fato.



Nós temos que saber que, se dermos indicação de que o Brasil não vai aprovar as reformas, de que o Brasil está um caos, de que o Poder Legislativo está parado, está paralisado e não vai ter condições de reagir, nem de trabalhar, as consequências serão imediatas: haverá especulações negativas para nossa Nação e nossos papéis lá fora.

A partir do momento em que nós sinalizarmos que não vamos ajustar nossas contas, que o Brasil não tem perspectiva de ter um ajuste fiscal e econômico, certamente será doloroso, porque os juros vão ter que subir, o dólar vai subir, as empresas vão deixar de investir, o desemprego vai ser crescente.

Temos que pensar na responsabilidade, e não pensar em discursos para jogar para a plateia. Quem não tiver coragem de estar aqui para votar com responsabilidade, para votar pelo Brasil, para votar com sensatez não merece representar o Poder Legislativo brasileiro.

Nós temos, sim, que votar pensando no bem desta Nação, no bem do coletivo, sem fazer nenhum proselitismo político, porque o futuro está em nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Major Olimpio, do Solidariedade de São Paulo. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população brasileira que nos acompanha, eu e muitos companheiros choramos muito agora, aqui na entrada da Câmara. Porém, não foi de emoção: foi gás de pimenta e gás lacrimogênio. Isso ocorreu no momento em que alguns milhares de policiais da União dos Policiais Brasileiros, da forma mais justa e legítima, estavam posicionados no gramado, fazendo uma manifestação.

Lideranças, acompanhadas por pouco mais de uma centena de policiais, quiseram adentrar esta Casa para protocolar formalmente um pedido à Direção da Casa para o afastamento do Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, exatamente por estar envolvido nos casos de corrupção e recebimento de recursos da Odebrecht.

Acabou havendo um tumulto. As vidraças foram quebradas. Um dos policiais do movimento, Anderson Vieira Amorim, foi conduzido ao Departamento de Polícia Legislativa, onde foi feito um termo circunstanciado em que ficou clara a não participação dele em qualquer dos episódios de depredação da Casa.

Eu estou dizendo isso por causa da safadeza dessa PEC 287, que não tem dados. Eu estou na Comissão e acompanho isso. O Governo não consegue dizer o tamanho do buraco, se existe o buraco e como é.

Mas a população vai sabendo que o País e a Previdência foram arrebatados por um bando de facínoras, que dilapidaram o Brasil. Então, eu vejo, com muita



tristeza, que possivelmente muito sangue vai ser derramado. Esse não é o primeiro episódio.

Fizeram agora um relatório alternativo e continuam arrebetando os policiais civis e federais, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias militares. É só questão de momento. Não dá para comemorar nada, não! É a irresponsabilidade do Governo e do séquito que hoje o acompanha, os 180 que foram tomar café da manhã com o Presidente e dizer que está tudo maravilhoso. Não há nada maravilhoso, não!

O Deputado Cabo Sabino esteve lá e fez uma manifestação muito bonita de apoio aos policiais brasileiros.

Eu quero dizer — não é uma ameaça, é a realidade — que muitos e mais atos como esse acontecerão. Policiais e outros segmentos da sociedade não vão aceitar o que eles estão fazendo.

Para concluir, Sr. Presidente, com muita tristeza quero transmitir algo aos policiais de São Paulo, que caíram hoje na realidade em relação ao “me engana que eu gosto” do santo da Odebrecht, Geraldo Alckmin. Hoje a máscara caiu. O santo anunciou que a Polícia não vai ter reajuste nenhum. O santo da Odebrecht, o santo Geraldo Alckmin, o santo finalmente disse à Polícia: “*Vocês que se danem!*” O santo da Odebrecht, o santo dos 11 milhões, o santo que queria presidir o País e que disse que era probo, o santo Geraldo Alckmin da Odebrecht fez um papel vergonhoso diante da Polícia de São Paulo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Missionário José Olímpio.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, Srs. Deputados, eu quero registrar a presença dos nossos Vereadores de Itu: o Vereador José Galvão, Presidente da Câmara de Itu; a Vereadora Maria do Carmo Piunti; e o Vereador Normino, que foi um dos mais votados da nossa cidade.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Agradeço a todos a visita. V.Exas. estão bem acompanhados pelo nobre Deputado Missionário José Olímpio.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira, do PR de Minas Gerais.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já vim a esta tribuna para falar da reforma da Previdência, da criminalidade e volto agora para falar sobre a polícia, que é a responsável pelo combate à criminalidade.

A polícia está sendo vítima de criminosos muito bem armados. Cotidianamente, com fuzis importados ou contrabandeados, como FAL, AK-44, HK, fuzis de primeira mão, eles matam nossos policiais, assaltam bancos, explodem caixas eletrônicos, explodem carros-fortes, incendeiam veículos. É uma verdadeira ação de guerrilha urbana a todo o momento.

Não só as pequenas cidades como também as grandes cidades — Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, enfim todos os Estados brasileiros — são surpreendidas nas madrugadas por explosões grandiosas que muitas vezes chegam a derrubar quarteirões.

Sr. Presidente, a violência no Brasil está em um compasso de impunidade. Com essa Justiça e essa legislação paternalistas, os direitos humanos são defendidos com unhas e dentes, privilegiando os bandidos, e não a sociedade.

Nossos policiais são cotidianamente assassinados em confronto com criminosos pelo País afora. Este ano vários policiais já foram mortos. No ano passado, mais de 200 policiais foram assassinados em nosso País.

A contrario sensu, os policiais são muito mal remunerados, e ainda querem pela legislação congelar o salário deles por 20 anos. Sr. Presidente, os policiais, que



sacrificam a própria vida, ainda terão seus salários congelados. É uma infâmia o que querem fazer com essa categoria.

Portanto, espero que possamos mudar o Código de Processo Penal, a legislação penal brasileira para melhor, e que possamos prender esses criminosos em benefício da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, peço que o meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado, do Democratas da Bahia. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento eu queria registrar, com enorme indignação e tristeza, o que ocorreu no meu querido Município de Dias d'Ávila na Semana Santa.

Historicamente, os Prefeitos e as Prefeitas do Município sempre tiveram respeito por essa semana, em especial porque todos estão com os corações elevados em espírito a Jesus, ao nosso Deus, principalmente aqueles que têm na religião a força de poder alimentar o seu espírito e a sua alma. Por isso mesmo, sempre fizeram doação de peixes.

Muitas vezes, inclusive à época da gestão da ex-Prefeita Andreia, até se recebia peixe e pão para, no momento da celebração da Sexta-Feira da Paixão de Cristo, em família, principalmente, orar e dedicar aquele momento à reflexão familiar — e, como disse anteriormente, elevando os espíritos e olhares ao Deus, Todo-Poderoso.

Porém, em Dias d'Ávila, a atual Prefeita simplesmente, num gesto indescritível, cancelou a licitação que permitiria a entrega dos peixes para a população, principalmente a mais humilde da cidade. E a explicação foi singela: o peixe não foi entregue de acordo com as especificações que ela desejara que o fosse.

É lamentável que o Município de Dias d'Ávila tenha passado pela vergonha de divulgar esse fato em vários meios de comunicação, não só do Município, mas



também de fora dele. Essa Prefeita só envergonha o Município! Eu não vou nem dizer o seu nome, porque é triste reconhecer que um fato de menor gravidade tenha levado aquela população a sofrer as consequências devido à incompetência administrativa e de gestão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu trago esse exemplo da atual gestão do Município de Dias d'Ávila, porque ele não só demonstra a incapacidade da atual Prefeita, como também a incompetência em todas áreas — da educação à saúde.

Na saúde, faltam médicos e não há atendimento à população. Não há política de pessoal, não há política de atração de investimentos. Não existe absolutamente nada!

A única coisa que a atual gestão do Município de Dias d'Ávila faz é dar sequência às obras cujas emendas foram minhas — emendas parlamentares do Deputado Claudio Cajado — e mais nada! Para não dizer que ela não fez nada com recursos próprios, reformou algumas praças que foram construídas na gestão da ex-Prefeita Andreia. Portanto, estou decepcionado mais ainda com a atual gestão de Dias d'Ávila. Aliás, eu já sabia, mas quem votou nela descobriu agora!

Por isso, trago aqui o protesto do povo de Dias d'Ávila, que, através de inúmeras críticas e mensagens, me pediu para expressar na tribuna a indignação com a atual gestão, por ter ela desrespeitado o povo da minha cidade e, acima de tudo, não ter tido competência e, na Semana Santa, respeito por aqueles que a colocaram lá.

A eleição está chegando, Prefeita. Prepare-se, porque a decepção com sua gestão vai ser reconhecida nas urnas.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Sousa. Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero pedir bom senso a este Parlamento, que já saiu das urnas em 2014 com baixíssima legitimidade e, neste momento de sua história, já não conta com quase nenhuma. Portanto, este Parlamento não tem mais autoridade para conduzir nenhuma reforma e, menos ainda, para apreciar um requerimento de urgência contra os trabalhadores brasileiros, contra a CLT, uma conquista histórica do País que nem a ditadura teve coragem de alterar.

Este Parlamento deve fazer uma autorreflexão. Se se propõe a continuar até 2018, deve, no mínimo, convocar plebiscito ou referendo sobre o tema. Não tem mais condição de conduzir essas reformas. Por isso, Sr. Presidente, faço esta manifestação e peço a esta Casa que reflita, para que não faça isso.

Quanto maior a crise, mais o mercado financeiro conduz esta Casa. E lamentavelmente o povo brasileiro está pagando a conta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Sousa.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil ficou sabendo recentemente de várias denúncias. Diversas delações foram feitas ao longo de alguns meses e depois foram repassadas à mídia nos últimos dias.

Evidentemente, todo mundo terá condição de fazer a sua contraprova e de dar as suas justificativas. É claro que o dito pelo não dito não pode ser julgado; é claro também que alguns terão os processos arquivados, outros serão absolvidos; é claro que outros mudarão os seus domicílios para a cidade de Curitiba e ficarão lá por um bom tempo.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero chamá-los a fazer uma reflexão sobre aquilo que a imprensa e as pessoas estão dizendo de forma equivocada, na minha concepção. Dizem que houve a delação do fim do mundo, a explosão do fim do mundo. Eu não penso dessa forma. Penso que nós temos uma grande oportunidade, o Congresso Nacional tem uma grande oportunidade, o povo brasileiro tem uma grande oportunidade, o Executivo tem uma grande oportunidade de dar as respostas que a população brasileira exige e quer desta Casa, do Executivo e do Judiciário.

Nós temos uma grande oportunidade de demonstrar o nosso repúdio a tudo que está sendo revelado, o nosso repúdio até por aqueles que se sentem de certa forma injustiçados, o nosso repúdio, apresentando um bom trabalho nesta Casa às pessoas que acreditaram em nós para representá-las neste Congresso Nacional.



Nós temos a oportunidade não de ver o fim do mundo, mas de construir um novo mundo neste País, com trabalho, com responsabilidade, com seriedade, trazendo à tona tudo aquilo que é necessário para ser queimado pelo sol, que é o melhor detergente, trazendo à tona à população brasileira aquilo que é necessário para a recuperação econômica, para a recuperação da nossa autoestima como brasileiro, para trazer a boa política para este Congresso e para a Nação.

Chamo todos os meus colegas a fazer esta reflexão. Nós temos uma oportunidade de construir um novo tempo, um novo Brasil, um novo País que atenda aos anseios da população brasileira. Repito, na minha opinião, não é o fim do mundo, é um novo mundo que pode surgir através do trabalho desta Casa, através do trabalho do cidadão de bem deste País.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a todos.



V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 265 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Requerimento de Urgência nº 6.281/2017:

Senhor Presidente,

Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do PL nº 6.787/2016, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho, que falará favoravelmente ao requerimento.

O SR. DANIEL COELHO - Sr. Presidente, quero ceder o meu tempo para o Deputado Rogério Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos hoje aqui com a possibilidade de resolver uma situação que perdura há mais de 70 anos no nosso País.

Foi estabelecida uma Comissão Especial em fevereiro deste ano, e, nesse período, nós tivemos oportunidade de fazer 16 audiências públicas. Quase 100 convidados lá estiveram, dos mais diversos segmentos do mundo do trabalho. Além disso, recepcionamos mais de 700 pessoas e mais de 65 grupos diferentes que tratam do mundo do trabalho, entre trabalhadores e empresários, pessoas que trouxeram a sua contribuição, com propostas e estudos, e formularam proposições que enriqueceram o relatório apresentado na semana passada.

Estivemos em seis Estados da Federação, e Deputados integrantes da Comissão estiverem em mais nove Estados. Houve uma rica discussão a respeito do assunto.

Em todos os momentos, nós ouvíamos de diversos Deputados das mais diferentes correntes da Casa que era importante, que era necessário, que era essencial que o projeto não tivesse caráter terminativo naquela Comissão. Por isso, hoje temos a oportunidade de, votando a urgência, trazer o projeto para este



plenário. Ele será votado também na Comissão, através de um acordo de procedimentos, para prestigiá-la, mas poderá ser analisado, discutido e votado pelo conjunto de Deputados e Deputadas da Câmara Federal.

É importante contextualizar dentro da história o momento que estamos vivendo. Escutamos vários Deputados dizerem que este Parlamento não deveria estar fazendo as reformas, não deveria estar debruçado sobre esse tema, porque, apesar da catástrofe econômica por que o Brasil passa, falta-lhe legitimidade. Nada é mais falso.

As dificuldades nos apresentam oportunidades. Ao longo da nossa história recente, sempre tivemos a mudança da Lei Maior pela ruptura democrática que aconteceu no Brasil. As Constituições se sucederam pela ruptura democrática, e as reformas acontecem pela ruptura econômica e social do nosso País.

Nunca é demais lembrar que estamos vivendo a pior crise econômica dos últimos 116 anos. O Governo que saiu recentemente do poder nos legou uma herança macabra, destruiu os fundamentos macroeconômicos do País, destruiu a credibilidade da Nação e impingiu à população um peso e uma carga dramáticos. Essa carga precisa ser compartilhada por cada um de nós no sentido de buscar soluções.

No ano passado, o primeiro importante gesto foi a questão da reforma fiscal. Depois, houve o início das tratativas ligadas à questão educacional. Agora, temos a oportunidade de mudar o mundo do trabalho.

Por isso, peço aos Deputados e Deputadas aqui presentes para que possam, em um gesto firme, altaneiro, soberano, convalidar a possibilidade da urgência. Dessa forma, poderemos apreciar o projeto por acordo na Comissão Especial que



trata do tema, mas, ao mesmo tempo, trazer o projeto ao plenário desta Casa, para que o conjunto dos Deputados e Deputadas opine e discuta a respeito de situação tão importante, que é a mudança da relação do trabalho no Brasil.

O primeiro marco foi em 1943. O segundo aconteceu com a Constituição de 1988. Agora, Sr. Presidente, temos a oportunidade de colocar a lei no espírito do tempo em 2017.

Viva o Parlamento brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, que falará contra o requerimento.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, subo a esta tribuna para falar contra o requerimento de urgência da reforma trabalhista.

Ocorre que o Governo Temer, atingido por dezenas de denúncias, atingido por uma delação que não é uma delação qualquer, como disse Michel Temer hoje de manhã, tenta desviar o foco da opinião pública, da imprensa, do Congresso para uma pauta supostamente positiva.

O Governo Michel Temer quer fingir que está tudo bem. Quer fingir, por exemplo, que não há oito dos seus Ministros denunciados por corrupção respondendo e sendo investigados neste momento.

O Presidente em exercício, Michel Temer, quer que todos esqueçam que na semana passada foi divulgado um vídeo em que delatores disseram que ele — ele — pediu 40 milhões de dólares de propina, o que corresponde a 5% de um contrato da área internacional da PETROBRAS! Tentou dizer que foi para esta reunião convidado por outros.



O ex-Deputado Eduardo Cunha, atualmente preso, disse da cadeia que ele foi convidado para esta reunião pelo Presidente Michel Temer.

Aliás, essa reunião ocorreu no escritório de Michel Temer, e não no escritório de outra pessoa. E, como faria o líder de uma organização criminosa, Michel Temer sentou na cabeceira da mesa, colocando ao seu lado dois futuros Presidentes desta Casa, para garantir aos representantes da Odebrecht que tinha condições de controlar o Governo que deveria vencer a eleição seguinte.

Michel Temer quer que nos esqueçamos de tudo isso. O Governo Michel Temer quer fingir que está tudo normal, que isso é comum, natural, que essa é uma delação qualquer.

Presidente Michel Temer, o senhor entendeu que quem está sendo chamado de ladrão é o senhor? O senhor não entendeu a delação? O senhor não entendeu que os delatores da Odebrecht disseram que o senhor pediu propina de 40 milhões de dólares, 120 milhões de reais?

E, para mudar o assunto, para mudar a pauta, tenta-se aprovar a retirada de direitos dos trabalhadores nesta Casa. Quer-se aprovar a urgência da reforma trabalhista para permitir que o acordado prevaleça sobre o legislado. O que isso significa na prática para o trabalhador brasileiro? Que a lei não vai mais protegê-lo se o seu sindicato fizer um acordo com o setor econômico abrindo mão de direitos.

Sras. e Srs. Parlamentares, na semana passada, houve delações envolvendo sindicalistas, dizendo que sindicatos eram comprados para reduzir a sua resistência à proposta do empresariado.

Imaginem o trabalhador brasileiro ter os seus direitos negociados por um sindicato corrompido e comprado por um setor econômico. Isso vai ter mais força do



que a lei. O acordado já pode prevalecer sobre legislado hoje, desde que seja melhor para o trabalhador. Isso não está proibido, se for para garantir mais direitos ao trabalhador, mas, se for para garantir menos, está proibido. Essa reforma trabalhista quer acabar com isso.

Tentam aprovar essa reforma como se ela fosse trazer mais direitos para os trabalhadores. Mentira! É uma reforma para retirar direitos do trabalhador brasileiro.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Não.

O SR. ALESSANDRO MOLON - É sim, é só lê-la. E o colega fique à vontade para ler a proposta se quiser, basta estudar. Eu estudei, eu estudei essa proposta. Então, desafio algum colega a vir mostrar que vai trazer mais direitos — não vai! É para mudar o foco de um governo marcado pela corrupção que quer desviar o assunto e fingir que está tudo normal, que não há Ministros e Congressistas citados não delações.

Peço ao colega que respeite a minha fala.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. ALESSANDRO MOLON - Deputado Nelson Marquezelli, querido colega, peço que V.Exa. permita-me concluir a minha fala. Não vamos votar! Não queremos votar reforma trabalhista. Talvez para o setor econômico que V.Exa. representa — é legítimo isso — seja boa, mas para os trabalhadores que eu quero representar isso não é bom. Vamos trocar empregos qualificados por empregos precarizados. Essa reforma não vai criar empregos. Essa reforma vai substituir empregos, substituir aqueles que têm garantia por outro sem garantia. Nós vamos fazer o combate aqui e nas ruas.



Quando a população entender que estão querendo retirar direitos dos trabalhadores para desviar o foco de denúncias de corrupção, a revolta da população contra esta Casa vai aumentar.

Esta Casa, que já tem sido olhada nesse momento com desconfiança por grande parte da população, vai perder ainda mais credibilidade e legitimidade.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas, digamos “não” a essa urgência, para que a proposta seja debatida com calma na Comissão e não seja votada açodadamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PP?

O SR. CARLOS ZARATTINI - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a matéria chega em boa hora ao plenário, depois de um grande debate na Comissão Especial. Mesmo que lá tivesse sido votado, por qualquer recurso, ela viria para o plenário. Já que fomos protagonistas, como disse o Relator, com mais de 800 emendas, é bom que este Plenário comece a votar.

O Bloco do PP vota “sim” à urgência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, formulo uma questão baseada no art. 132, § 2º, que disciplina a tramitação dos projetos em Comissões Especiais.



Na Comissão Especial foi elaborado um programa de trabalho e foi elaborado também como seria travado o debate. Esse debate não foi concluído no prazo da Comissão. Agora, vem a plenário esse requerimento de urgência que suspende inclusive a possibilidade de apresentação de emendas ao relatório, que é um bastante complexo e que não tem nada a ver praticamente com o projeto original.

Em primeiro lugar, consideramos que está se tolhendo a tramitação normal do projeto e a possibilidade de apresentação de emendas, de forma que estamos nos antecipando aqui ao trâmite regular desse PL.

Por isso, nós gostaríamos que fosse suspensa a votação desse requerimento de urgência e que os trabalhos da Comissão voltassem à normalidade, a fim de que esse projeto possa ser votado lá após a apresentação das emendas. O que está se fazendo aqui é um verdadeiro desrespeito não só ao Presidente e ao Relator da Comissão, como também àqueles que participaram dos debates e querem apresentar as suas emendas na Comissão Especial.

Sr. Presidente, requeremos a suspensão da votação desse requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA - Sr. Presidente, eu queria somar o meu tempo de orientação de bancada ao tempo de Líder, porque estou inscrito como Líder.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro, Deputado. Tem a palavra o Deputado Afonso Motta, pela Liderança do PDT. *(Pausa.)*



O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Em seguida, a Liderança da Minoria, Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Liderança da Minoria só quarta-feira.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço uma questão de ordem baseada no art. 17, inciso I, alínea "s", do Regimento Interno, que diz que é tarefa da Presidência da Câmara dos Deputados organizar, ouvido o Colégio de Líderes, a agenda com a previsão das proposições a serem apreciadas no mês subsequente, para distribuição aos Deputados.

A questão de ordem que eu faço a V.Exa. é a seguinte: houve a distribuição da agenda mensal pautando as matérias que seriam votadas? O que hoje me surpreendeu foi o seguinte: havia uma reunião marcada do Colégio de Líderes, às 15 horas. Essa reunião foi desmarcada, não houve a reunião do Colégio de Líderes, e agora está sendo pautada essa matéria, que tem a assinatura de Líderes, mas nem sabemos quais são as demais matérias que porventura serão pautadas no dia de hoje e na semana.

O meu questionamento não é exclusivamente sobre o dia de hoje e a não existência da reunião, que, claro, causa estranhamento. Mas, Sr. Presidente, quero saber de V.Exa. o motivo pelo qual essa reunião foi desmarcada, a pauta prevista de votação e, mais do que isso, se está sendo cumprido o que dispõe o Regimento no art. 17, I, alínea "s", que diz: "(...) *organizar, ouvido o Colégio de Líderes, a agenda*



com a previsão das proposições a serem apreciadas no mês subsequente — quero frisar essa parte do artigo do Regimento —, para distribuição aos Deputados.”

Questiono V.Exa. se foi feita a distribuição da agenda mensal das proposições que têm que ser deliberadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, o motivo da reunião do Colégio de Líderes ter sido desmarca no dia de hoje e quais são as matérias que porventura serão apreciadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados no dia de hoje e nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, os requerimentos são matérias sobre a mesa e qualquer um deles pode ser pautado em qualquer sessão. É sempre assim.

A reunião foi demarcada porque eu tive um compromisso e não gostaria de deixar os Deputados aguardando, já que a pauta única do dia de hoje, como já anunciei na semana passada, era o projeto de recuperação fiscal.

Superada a votação do projeto de recuperação fiscal, nós entraremos nas medidas provisórias que trancam a pauta e que naturalmente estão sempre para serem votadas na Ordem do Dia. Então, esse é o motivo.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo tempo de Liderança depois dos Deputados que já estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, pela Liderança do PDT. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI - A nossa questão de ordem também não foi respondida.

O SR. AFONSO MOTTA - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reponha o meu tempo de orientação de bancada.



O SR. CARLOS ZARATTINI - Ainda não encaminhamos o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT ainda não encaminhou.

V.Exa. usou um artigo de que a urgência basicamente resolve o problema, que é trazer ao Plenário um recurso com um décimo de apoio. A urgência resolve isso, como garante que a matéria será votada em plenário.

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente, eu fiz três questionamentos, dos quais, dois foram respondidos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Qual o terceiro?

O SR. GLAUBER BRAGA - O terceiro questionamento, até para, se for o caso, eu possa fazer o recurso, é se as matérias que estão sendo deliberadas, independentemente daquelas que são requerimentos sobre a Mesa, as outras matérias, se houve a divulgação da agenda mensal daquilo que seria deliberado de maneira subsequente, de acordo com o que determina o artigo do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, a recuperação fiscal está na pauta e as medidas provisórias, automaticamente, estão na pauta, assim que elas saem da Comissão Especial. Isso é óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, pela Liderança do PDT. *(Pausa.)*

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PMDB encaminhou "sim".

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO MARINHO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - V.Exa. pode deixar aberto o painel?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Afonso Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não é mais a delação do fim do mundo, porque ela ainda não teve fim. Aqueles que estão se imaginando no conforto porque a lista já está completa, aqueles que estão se imaginando no conforto porque outras delações não estão sendo divulgadas estão completamente equivocados. Mas não é só o fim do mundo que isso representa. Conforme a versão da imprensa, isso é o suicídio coletivo do Parlamento que esta urgência irá propor.

A pauta da recuperação fiscal dos Estados, a pauta da reforma trabalhista, a pauta da reforma da Previdência têm que ser compreendidas numa outra dimensão, exatamente na dimensão dos fatos que cada vez mais tiram a legitimidade do nosso Parlamento, dos fatos que nos criam embaraços para tomarmos decisão com relação a matérias de tanta repercussão pública, de tanto interesse público e que atingem a parte da população mais consciente neste momento, porque é a população, que defende seus direitos, que valoriza a ação pública no campo social, que tem a maior lucidez.

Não são os grandes interesses nacionais, não é o conjunto de empresas, o conjunto de segmentos que estão também comprometidos com os Poderes do Estado numa hora como esta, porque, verdade é, estamos diante de um esgotamento de um sistema que precisa ser recuperado, principalmente por novas referências para a política nacional.

Há pouco debatíamos as alternativas possíveis para também reformar o sistema político nacional. Embora o consenso, as evidências sejam no sentido de



que logo ali, no novo debate político, o sistema atual não se sustenta, por outro lado parece evidente que não temos alternativas. Este Parlamento está com a sua legitimidade comprometida, lamentavelmente. É preciso ter essa consciência.

É preciso ter a consciência de uma participação precarizada, de uma participação limitada. E é exatamente isso que leva o PDT a dizer “não” a esta urgência. Esta urgência, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, fere os princípios mais mezinhos do bom debate, principalmente em relação a uma matéria dessa relevância. Nós temos ouvido em toda parte: *“Temos que avançar. Temos que construir. Temos que participar de um debate sem ter uma visão sectária.”* Mas não há dúvida de que a dimensão desses temas exige o aprofundamento do debate e, mais do que isso, exige outra hora de decisão. Esses temas não têm a prioridade que o Governo ilegítimo, o Governo Temer, imagina que devam ter. Esse Governo não vai se salvar com a aprovação da reforma da Previdência. Ao contrário, está dando um tiro no próprio pé. Esse Governo está perdendo mais ainda a sua legitimidade.

Por isso, numa hora como esta, a nossa missão, a missão do Parlamento é distensionar o País, preparar o País para um novo debate. Para as novas propostas, para o novo debate, aqueles que vão estar à frente dele são aqueles que vão ter legitimidade, são todas as forças que, nesta hora, hão de se unir para constituir uma nova referência, uma nova referência para a política, uma nova referência para o País.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo: “não” à urgência! O PDT vota contra a urgência dessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães pela Liderança. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota "sim".

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança, com a palavra o Deputado José Guimarães. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Eu quero fazer uma reclamação, Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem. Eu havia pedido...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Deputada Alice Portugal e a Deputada Erika Kokay estão na frente.

Com a palavra o Deputado José Guimarães para falar pela Liderança. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Presidente, eu quero fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, Deputado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha questão de ordem se baseia no art. 62 da Constituição Federal, que diz que, em caso de relevância e



urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional.

Nós temos uma medida provisória em pauta, mas sabemos que o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, não fica trancado ou impedido por medida provisória, por sinal com jurisprudência criada nesta Casa pelo Sr. Michel Temer. No entanto, a urgência é trancada pela existência de uma medida provisória em pauta. A urgência fica imobilizada. Por quê? Porque o trancamento é um impedimento de sequência. O trancamento impede que a matéria caminhe, ande.

Por isso mesmo, quero solicitar a V.Exa. que voltemos ao rito da pauta, apreciando o PLP 343/17, mas considerando a urgência trancada pela medida provisória, até para, Sr. Presidente, maturarmos formas de debatermos o adiamento desta discussão, desta urgência, ou mesmo a garantia de emendas serem aceitas pelo prazo de cinco sessões, antecipando uma questão de ordem que farei, caso a urgência venha a ser de fato apreciada nesta tarde.

Então, peço a V.Exa. que considere o rito constitucional, trancando a urgência e apreciando a matéria não trancada em pauta ou a própria medida provisória, porque essa sim deve ser considerada urgente pela sua própria natureza essencial.

Muito obrigada.

A SRA. ERIKA KOKAY - Presidente, o art. 17 diz respeito às atribuições do Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Qual é a resposta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A resposta é que o art. 95, § 1º, fala, de forma clara, dos temas que cabem questionamento durante a Ordem do Dia: só tema referente à matéria em votação.



A SRA. ERIKA KOKAY - Presidente, o art. 17 diz...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Presidente, o art. 95... Perdoe-me...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu já respondi. Já tomei a decisão, Deputada, senão...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Está respondido, mas eu quero contraditar V.Exa. É assim que funciona, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, Deputada, eu já respondi.

A SRA. ALICE PORTUGAL - A matéria sobre a mesa, Presidente, é matéria que figura na Ordem do Dia, e nós estamos no encaminhamento. Essa matéria não pode ser regulada por medida provisória, Sr. Presidente. Ela é trancada por medida provisória. Ela não pode ser regulada por medida provisória. V.Exa. sabe.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o art. 17 diz respeito às atribuições da Presidência desta Casa, dentre elas está a resposta às questões de ordem. Nós tivemos aqui uma questão de ordem de extrema relevância elaborada pelo Deputado Carlos Zarattini, que dizia que não se pode romper o pacto firmado na Comissão com os prazos estabelecidos lá e não se podem impedir os Parlamentares de emendar uma matéria.

Quando se traz, e se aprova, a urgência deste projeto, V.Exa. sabe, e todas e todos sabem, que se quer impedir o emendamento, que, segundo o Supremo, é uma das atribuições mais importantes do Parlamentar. Está se tirando o direito de o Parlamentar emendar uma proposta e um substitutivo. E está se fazendo isso, Sr. Presidente, em nome de um projeto que retira direitos dos trabalhadores e impede que eles entrem na Justiça, estabelecendo, de forma muito nítida, que o Presidente de 5% dos votos quer pagar a conta do golpe.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, para uma reclamação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Presidente, eu invoco o próprio art. 96...

A SRA. ERIKA KOKAY - Responda à questão de ordem que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A questão de ordem é que o requerimento está sobre a mesa com a assinatura de boa parte dos Líderes e é um direito regimental que ele seja colocado em votação. Se ele vai suprimir...

A SRA. ERIKA KOKAY - V.Exa. pode colocar essa matéria para ser votada a qualquer momento, não precisa tirar o direito de os Parlamentares emendarem a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma, Deputada. V.Exa. não quer a resposta, quer falar. Tudo bem. Eu estou tentando responder.

A SRA. ERIKA KOKAY - Responda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro que, aprovada a urgência, fica suprimido o emendamento da matéria na Comissão, mas não fica suprimida a apresentação de emenda em plenário.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, para uma reclamação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu uso o direito de reclamar para evocar principalmente o Capítulo 1, *Dos Direitos Individuais e Coletivos*, da Constituição Federal.

Faço um apelo a V.Exa. para que tenha bom senso. Ao mesmo tempo, há um princípio regimental e constitucional.

O art. 96, citado na Reclamação nº 6, de 2012, fala da omissão de Comissão. É claro que uma reforma trabalhista, que mexe em mais de cem dispositivos da CLT,



autorizando o aumento da jornada de trabalho e a redução de rendimento do trabalhador, não é algo qualquer. O País não está em situação de normalidade.

O direito de defesa e a presunção de inocência é um princípio democrático, mas nós sabemos que as principais autoridades do País estão sob o foco. E a grande imprensa tem que noticiar a respeito de pessoas que por muito tempo até eram alvo de proteção, segundo parte da sociedade, por parte das grandes redes de comunicação.

Ora, nessa situação, coloca-se aqui a votação para garantir urgência a um projeto que vai interferir de forma muito profunda na qualidade de vida dos trabalhadores. Pode provocar jornadas extenuantes de 12 horas, de 14 horas diárias. Um sindicato com 200 filiados, e uma base de 100 mil, pode decidir aumentar a jornada e diminuir salário.

Esta reforma não é uma coisa qualquer, não é um projeto secundário. Ela é tão fundamental para a vida do País que não se pode aqui aprovar urgência como se fosse algo absolutamente normal. Não há acordo das Lideranças. Se há acordo da maioria das Lideranças, é porque há interesse em reforçar a tese do Presidente de que não é qualquer delação que vai parar o Brasil.

Nós não queremos parar o Brasil. Por isso, somos contra esta reforma trabalhista, que destrói a CLT. E não achamos que seja um ato de normalidade aprovar aqui a urgência. O bom senso exige. O País está naufragando, e nós temos que superar esta crise.

No entanto, nós nos desmoralizaremos se não fizermos a discussão no Colégio de Líderes e tivermos aqui a aprovação da urgência. Quem votar a urgência



vai autorizar a colocar em pauta de votação na próxima semana a destruição dos direitos trabalhistas, a volta à escravização, agora com garantia constitucional.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR CAMILO - Quero fazer uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. WELITON PRADO - Sr. Presidente...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães. *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu não vou votar antes...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está bem, Deputada: questão de ordem.

A SRA. ALICE PORTUGAL - V.Exa. pode até não gostar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não é que eu não goste...

A SRA. ALICE PORTUGAL - ...mas eu tenho que apresentar. É minha obrigação como Parlamentar. Perdoe-me o incômodo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o art. 62 da Constituição Federal diz claramente no seu § 6º:

Art. 62.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação,



entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas (...)

O Presidente Michel Temer, quando presidiu esta Casa — e hoje ocupa o Palácio do Planalto —, abriu uma exceção para projetos de lei complementar, decretos e matérias que não podem ser reguladas por medida provisória. Mas esta proposta pode ser regulada por medida provisória. É um projeto de lei. Então, nós estamos em contradição com o rito constitucional.

Eu proponho, para não haver uma brecha — que não será uma brecha, será uma porteira regimental —, que apreciemos antes da urgência ou o projeto de lei complementar ou a medida provisória. A medida provisória precede, Sr. Presidente.

Esta é uma questão constitucional, volto a insistir, para que não possamos ter arrependimentos futuros. Peço a sua atenção e a sua resposta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, não...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Vamos seguir, Sr. Presidente, temos um Líder na tribuna. Vamos ouvir o Líder do PT, da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esta matéria já está superada, nós já estamos na Ordem do Dia, votando requerimento de urgência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, pela Liderança da Minoria.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT- CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de solicitar que aumentem o som deste microfone, pois estou um pouco rouco. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lembro ao Brasil que ontem foi aniversário da queda da Presidenta Dilma, dada por este Parlamento. Ontem o País assistiu e relembrou aquela covardia e principalmente aquela sessão que chocou o mundo, chocou o Brasil e chocou sobretudo a democracia brasileira.

Hoje nós estamos iniciando, através deste requerimento de urgência, a votação da tal reforma trabalhista. E no meio disso, Sr. Presidente, de sexta-feira para hoje, o País assistiu de forma eloquente ao Presidente da República, que não foi eleito pelo povo, que não tem legitimidade para apresentar nenhuma proposta de alteração constitucional, ir à televisão dizer que Dilma foi afastada porque o Presidente Eduardo Cunha não obteve os votos do PT para barrar o seu processo no Conselho de Ética. Ato contínuo, o ex-Presidente Eduardo Cunha diz, num bilhete ao jornal *Estadão* publicado hoje, que Temer não só tinha conhecimento, como leu o parecer que aprovou o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Eu fico a me perguntar, Srs. Parlamentares, qual é o país do mundo que suportaria um Presidente da República dizer isso? Parece que é tudo normal. Parece que é uma normalidade. Ninguém diz nada. É como se nós estivéssemos numa galeria de surdos e mudos — com todo o respeito aos surdos e mudos. E ninguém se dá conta da gravidade da crise institucional.



O Presidente que não foi eleito pelo povo zomba da opinião pública. Não tem apoio popular para enviar a esta Casa as duas reformas, especialmente esta, a reforma trabalhista, uma reforma que significa quebrar com três escudos que protegem as relações entre capital e trabalho, que protegem o trabalhador, os três escudos que estão circunscritos na nossa CLT e na nossa Constituição. Quais são esses escudos que protegem a relação trabalhista, que protegem o direito dos trabalhadores? A lei, os sindicatos e a Justiça do Trabalho. E esta reforma que o Deputado Rogério Marinho está relatando...

Deputado Rogério Marinho, V.Exa. conseguiu uma coisa *sui generis*: desengavetou todos os defuntos de interesse dos empresários e tocou nesse seu Relatório de alteração de cem artigos da CLT. Não se reforma uma coisa para proteger só um lado. Não se reforma a CLT para proteger só o capital. Os trabalhadores vão ficar à mercê, porque agora a lei não prevalecerá mais. Tudo será negociado. A negociação prevalecerá sobre a lei. A CLT não vai valer mais nada; a carteira profissional já não vale mais nada, porque a terceirização já foi aprovada.

Srs. Parlamentares, que legitimidade tem esse Governo que quer meter no pescoço do trabalhador brasileiro essa canga, retirando-lhe todos os direitos? E esta Câmara vai aprovar o quê, para prejudicar? Como é que o Deputado vai botar seu dedo aqui para aprovar a precarização das relações de trabalho? Como é que o Deputado vai botar seu dedo aqui no plenário para retirar os direitos trabalhistas circunscritos na nossa Constituição?

Meu caro Deputado José Carlos Aleluia, que tem uma visão liberal do Estado — já conversei com V.Exa. —, o Brasil cresceu! Qual é o argumento dos empresários do Governo Temer? O Brasil precisa da reforma para poder retomar o



crescimento, retomar o emprego. Mas o Brasil cresceu com esta legislação. Cresceu medianamente na época do Presidente FHC e cresceu medianamente na época da Presidenta Dilma. Mas cresceu exuberantemente na época do Presidente Lula. E o Brasil cresceu com esta legislação!

Então, o argumento de que se precisa da reforma trabalhista é para arrebentar com as conquistas do trabalhador brasileiro. Portanto, esse relatório do Deputado Rogério Marinho deveria ir para outro lugar e não ser aprovado por esta Casa, porque ele agride os pressupostos fundamentais da nossa legislação, da Era Vargas e da nossa CLT, Deputado José Carlos Aleluia. Esta CLT já teve mais de 500 alterações, mas manteve sua pedra angular que sustenta a mediação entre capital e trabalho, que é a regra gerida pela nossa CLT. A Justiça do Trabalho não vai mais servir para nada, a não ser para homologar os acordos — não servirá mais para nada. Estão dando um duro golpe na nossa CLT.

Em última análise, quero dizer o seguinte: trabalhador brasileiro, para vocês agora tudo pode. Quem determina tudo é o patrão. Não pode! Em qualquer democracia moderna do mundo, há leis que regulam as relações entre capital e trabalho.

Mesmo os liberais, Deputado José Carlos Aleluia, que têm uma visão diferente do Estado, com a ideia do Estado mínimo, e aqueles que têm a ideia do Estado amplo, provedor, indutor do crescimento econômico, não podem concordar com tamanha agressão aos direitos circunscritos na nossa CLT e na nossa Constituição. O País vai assistir a tudo isso? O País vai aceitar tamanha violência contra as suas leis?



Eu era Líder do Governo da Presidenta Dilma, o Deputado Patrus Ananias era Ministro, e ouvia muito os Líderes da Oposição dizerem aqui: *“Uma Presidenta não pode governar o Brasil com 13% de aceitação”*. Isso foi no auge da crise do afastamento da Presidenta. Agora é como se estivesse acontecendo algo de estranho no Brasil. O País está aprofundado numa crise de grandes proporções, e parece que o Governo está no mundo da lua, não está vendo o que está acontecendo.

Como é que se retoma o crescimento da economia brasileira sem ampliar investimento público, tirando direito, cortando direito, sem haver crédito, sem haver, portanto, consumo? Comemorar queda de inflação como? A inflação caiu porque não está havendo consumo. Por isso ela caiu. Há a queda dos juros, Deputado José Carlos Aleluia. Sabe o que acontece? As taxas praticadas pelos bancos públicos não foram alteradas. Portanto não há FNE nem FCO nem FNO nas três regiões mais pobres do Brasil porque as taxas de juros não baixaram. Ou seja, este modelo está falido. Não há saída para a crise que o Brasil está vivendo.

Temos que ter coragem de bradarmos alto e bom som que o caminho é a preparação da greve geral. Vamos mobilizar o País para dizer ao Governo Temer: *“Você não pode tudo. Você não foi eleito pelo povo. Você não tem legitimidade a não ser aquela dada pelo Parlamento.”* Eu sei que ele não precisa mais de votos em 2018, mas nós aqui precisamos. Ele não pode agredir permanentemente a nossa legislação trabalhista nem a nossa Constituição. Nós governamos o Brasil com esta legislação. Lula governou o Brasil. Todos nós sabemos que o problema não é esse, o problema é de visão. A crise patrocinada por aquele golpe em 2016? Está aí o



resultado. Como eu disse numa entrevista: *“Prometeram o céu, estão dando o inferno”*.

O Brasil aprofunda-se numa crise econômica, numa crise social e numa crise moral. Nós deveríamos estar discutindo aqui a reforma política, para moralizar o sistema político, partidário e eleitoral brasileiro. Aí sim nós deveríamos radicalizar aqui dentro. Estas duas reformas são absolutamente graves, elas desconstituem aquilo que Bresser Pereira, ex-Ministro de FHC, disse: *“Elas desconstituem o estado social construído pela Constituição de 1988”*.

Não há outro caminho. O melhor caminho para este momento é que o Presidente — que tanto cobrava da Presidenta Dilma para ser grande e renunciar — renuncie. E convoquemos eleições diretas para resolver o problema da crise institucional que o País está vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

O SR. ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um instante, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos aqui, hoje, discutindo um dos projetos mais importantes que tramitam nesta Casa. Mas nós deveríamos, neste momento, fazer aqui outra discussão. Nós deveríamos, agora, enfrentar a reforma política, porque estamos vivendo uma profunda crise política neste País.

Este Congresso, o Poder Executivo e o Poder Judiciário vivem uma crise profunda, uma crise que estremece o País, que estremece as instituições e que coloca em risco a democracia.

A forma como atuam o Poder Judiciário, principalmente o STF, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República e os responsáveis pela Operação Lava-Jato, todos aliados com a mídia, está colocando em risco a democracia brasileira! Estão misturando totalmente alegações que não têm comprovação, que não foram investigadas, e colocando todos na mesma vala.

Nessa situação, esta Câmara não poderia discutir uma reforma trabalhista que altera mais de cem artigos da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, retirando direitos dos trabalhadores.

O Relator dessa matéria, o Deputado Rogério Marinho, pegou um projeto ruim e conseguiu transformá-lo num projeto horrível para os trabalhadores brasileiros. Esse projeto vai transformar a vida do trabalhador num martírio.

O Relator diz que o projeto vai gerar empregos. Ora, o que este Governo fez até agora na área social, como disse o Temer, foi jogar 13 milhões e meio de



trabalhadores no desemprego. Não há nenhuma política de crescimento, de melhoria, de desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, há juros cada vez mais altos e principalmente uma política de contração da economia, que leva à redução do emprego e ao aumento da miséria.

Sras. e Srs. Deputados, prestem atenção no que está sendo votado. O Relator deveria ter feito um detalhamento sobre definição de trabalho temporário; deveria ter discutido a ampliação da multa por falta de registro do empregado; deveria ter discutido a prevalência das convenções coletivas sobre a lei, ou seja, a prevalência do acordado sobre o legislado; e deveria ter discutido a ampliação do número de horas de trabalho em regime parcial, mas não o fez. E não parou por aí.

Em vez disso, ele diminuiu o valor da multa quando não há registro do empregado, o que é um verdadeiro absurdo! Ele reduziu a competência da Justiça do Trabalho, retirando dela o poder normativo e outros poderes. Todos nós sabemos — e o trabalhador também sabe — que a Justiça do Trabalho é a única a que ele pode recorrer.

O Relator também amplia a duração da jornada de trabalho, porque não remunera o deslocamento. Ele permite que, por acordo individual, em vez de acordo coletivo, haja criação de bancos de horas. Ele possibilita jornada de trabalho de 12 horas por 36 horas, sem acordo coletivo. Ele permite o fracionamento das férias ao bel-prazer do patrão. Ele revoga a integralidade do gozo de férias aos maiores de 50 anos e aos menores de 18 anos. Ele cria uma figura chamada de teletrabalho, em que o trabalhador será vigiado na sua casa, para se saber se está trabalhando ou não, e terá que levar trabalho para casa. A casa não é lugar para trabalhar, é lugar



para descansar, é lugar para conviver com a família, mas o trabalhador terá que trabalhar. Isso é o teletrabalho.

Ele também permite que gestantes e lactantes atuem em trabalho insalubre. Ele cria o chamado trabalho intermitente, em que o patrão vai dizer quantas horas o trabalhador vai trabalhar por dia, sem nenhuma regularidade — o trabalhador que quiser estudar não vai poder fazê-lo. Ele cria uma negociação diferenciada para o trabalhador que ganha mais de 10 mil reais e tem nível superior. Não se vai negociar mais pelo sindicato, vai-se fazer isso individualmente.

Ele ainda acaba com a rescisão de trabalho no sindicato, reduz à metade as verbas rescisórias, se houver acordo entre o patrão e o empregado na demissão. Isso é a permissão da instituição do *bullying*. O patrão vai torturar o trabalhador até que ele peça demissão e, em vez de pagar completamente as verbas rescisórias do trabalhador, vai pagar apenas 50%.

Ele também acaba com a obrigatoriedade da contribuição sindical, de forma que milhares de sindicatos vão à falência neste País e não poderão atender aos trabalhadores.

Ele reduz o valor das multas por falta de registro do empregado e ainda explicita que pode ser terceirizada qualquer atividade do contratante.

Sr. Relator, este é um projeto que desregulamenta completamente o trabalho em nosso País, permitindo ao patrão fazer o que bem entender com o trabalhador. Com a atual situação de 13 milhões e meio de desempregados, o trabalhador brasileiro vai ter que aceitar aquilo que o patrão quiser.

Eu não acredito que esta Câmara dos Deputados, onde há Deputados eleitos pelo povo, possa votar favoravelmente a um projeto como esse, possa votar



favoravelmente a um projeto que nem sequer foi discutido na Comissão Especial, porque o Relator não levou esses temas ao debate, não apresentou esses temas ao debate. Ele omitiu que iria apresentar o seu relatório e o faz de surpresa! E agora o Presidente da Casa coloca em votação um requerimento de urgência que não permite nem a esta Casa nem ao povo brasileiro ter conhecimento do que se está votando.

Querem votar no atropelo porque sabem que o povo brasileiro repudia completamente uma proposta como essa.

Quanto à reforma da previdência, matéria que o povo brasileiro teve a oportunidade de saber o que se está discutindo, as pesquisas demonstram que mais de 90% se opõem a ela. É uma reforma rejeitada em todos os cantos deste País, com manifestações que vão se avolumar, inclusive, no dia 28, com a previsão de uma grande greve geral que vai paralisar as principais cidades e categorias dos trabalhadores brasileiros.

Essa postura do Governo de querer votar no atropelo é uma postura de Governo golpista, antidemocrático, com práticas fascistas.

Eu quero registrar aqui, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que Michel Temer diz que não quer mais ser candidato a nada, que a função dele é simplesmente fazer terra arrasada com os direitos do povo brasileiro, que a função dele é entregar a PETROBRAS, que a função dele é entregar as riquezas do povo brasileiro.

Ele não vai ser candidato, mas os senhores e as senhoras serão candidatos, terão que pedir voto nas ruas no ano que vem. Pensem bem no que estão votando, porque o povo brasileiro está cada vez mais atento, cada vez mais consciente e quer



efetivamente acompanhar o voto dos Deputados do seu Estado, dos Deputados da sua cidade, dos Deputados da sua categoria.

Por isso, vamos colocar a cabeça no lugar, vamos resolver a crise política e vamos deixar para votar esse projeto e a proposta de reforma da previdência mais para frente, porque precisamos dar rumo ao debate político, para superarmos a crise política.

Muito obrigado.



O SR. ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Ademir Camilo.

O SR. ADEMIR CAMILO (Bloco/PTN-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, até o Deputado Glauber Braga chegar à tribuna, eu queria fazer uma reclamação a V.Exa.

Pela sua plataforma de campanha, nós tínhamos o funcionamento regular das Comissões. Esse não é um funcionamento regular. Antigamente, nós tínhamos que ter a assinatura de todos os Líderes para colocar uma proposição em regime de urgência. Todos os Líderes de partidos da Situação e da Oposição teriam que assiná-la. E já houve caso em que não foi colocada a urgência em plenário, porque um ou outro Líder, no Colégio de Líderes, não quis fazê-lo.

O que disse o Relator ontem? Ele disse que nós temos 17 mil sindicatos. Isso é uma inverdade. Nós temos 12 mil sindicatos regulares, sendo que 4 mil são sindicatos patronais.

Para que ele pudesse fazer essa reforma patronal da CLT — essa é uma reforma patronal da CLT! —, ele deveria ter a força e a coragem de acabar com o Sistema S também. Acaba-se com o imposto sindical para os trabalhadores e patrões e também se suprime os 2,5% do Sistema S.

Ontem, ele estava lá na Federação das Indústrias. Ele vai ficar marcado como o Relator que tirou direitos dos trabalhadores.

Então, eu queria apelar para aquilo que V.Exa. definiu como plataforma de campanha: não suprimir o tempo de cada Comissão. Já estava definido que, no



início de maio, votaríamos a reforma trabalhista, se assim quiserem. E agora, com esse requerimento de urgência assinado por poucos Líderes, não por todos os Líderes, V.Exa. coloca a discussão da matéria em outro patamar.

Então, queria apelar para V.Exa., porque este não é o momento adequado. Deve haver o momento de se discutir a matéria, exaurir e melhorar o relatório. Aí, o Deputado Rogério Marinho vai ser conhecido como o Relator...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, isso é um discurso, não é uma reclamação. Não quero tirar a palavra de ninguém, mas...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, principalmente aqueles que estão acompanhando esta sessão neste momento pela *TV Câmara*, a manobra que está acontecendo aqui é absurda — absurda! Não há legitimidade para a votação desta matéria. Repito: não há legitimidade para a votação desta matéria.

Em uma canetada — e é importante que cada Parlamentar tenha consciência disso na hora de votar —, querem tirar dos trabalhadores brasileiros o direito a férias, Fundo de Garantia, 13º salário, descanso remunerado, fazendo com que o negociado prevaleça sobre o legislado.

Deputados e Deputadas, em um momento de conturbação como este, em que a população brasileira volta os olhos para o Parlamento e para o Governo ilegítimo e diz um “não”, V.Exas. vão aceitar a aprovação de uma matéria dessa magnitude? Nós não podemos aceitar isso! É importante rejeitarmos essa urgência e, principalmente, denunciarmos essa manobra. Isso não é natural! Isso não é normal!

Na semana passada, houve a publicação da lista do Ministro Fachin. A bancada do PSOL, imediatamente, expôs a sua posição e disse que, respeitado o contraditório e o direito de defesa, do ponto de vista jurídico, em primeiro lugar, espera que Temer também passe por um processo de investigação, de acordo com o que o próprio Supremo Tribunal Federal, na decisão do falecido Ministro Teori, já dizia. Em segundo lugar, que aqueles que estão em postos de comando — Presidência da Câmara, Presidência do Senado, Ministérios e relatoria de matérias no Parlamento — e estão indicados nessa lista cuidem das suas defesas do ponto



de vista jurídico, porque, do ponto de vista político, não têm legitimidade para colocar em votação uma matéria como essa, que retira direitos de milhões de brasileiros e brasileiras.

E mais do que isso: só o voto nas urnas dá legitimidade à colocação em prática de um projeto político. A bancada do PSOL defende eleições diretas já. Não aceitaremos essa manobra.

Os Parlamentares que votarem a favor dessa urgência estarão votando contra os trabalhadores brasileiros, contra o direito a férias, 13º salário e tudo o mais.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para reestabelecimento da verdade, digo que não é verdade que neste projeto se mexe com o 13º salário e com as férias dos trabalhadores. Isso é mentira! Isso é mentira! Eu acho que o Relator, na hora de falar, vai mostrar isso. Isso é retórica de uma Oposição fraca, que não tem voto para derrotar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, como Líder.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, se V.Exa. concordar, posso falar durante a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O.k. Fala durante a votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder do PCdoB.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Pereira da Silva, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a atenção dos Deputados, porque há muitas conversas sobre essa questão da reforma trabalhista.

Primeiramente, eu queria passar aos Deputados alguns dados oficiais do Ministério do Trabalho. Fala-se aqui que existem 16 mil ou 17 mil sindicatos, mas eu queria fornecer os números oficiais. Há no País 2.916 sindicatos de trabalhadores rurais, 8.411 sindicatos de trabalhadores urbanos, 1.618 sindicatos patronais rurais, 3.572 sindicatos patronais urbanos, 411 federações de trabalhadores, 174 federações patronais, 36 confederações de trabalhadores e 13 confederações patronais.

Falou-se durante a semana — eu ouvi o Deputado Rogério Marinho, Relator da reforma trabalhista, falar isso várias vezes — que o imposto sindical totalizou 3 bilhões e 500 milhões de reais. É verdade. Foram 3 bilhões 532 milhões de reais. Mas para os sindicatos dos trabalhadores foram 2 bilhões 172 milhões de reais; para os sindicatos patronais, 777 milhões 403 mil reais. E se acabarmos com o imposto sindical, será preciso fechar o Ministério do Trabalho, que recebeu — vou arredondar — 582 milhões de reais. Esses são números do Ministério do Trabalho.

Quero falar um pouco sobre essa questão. Sempre fui um sindicalista que defendeu a livre negociação. Hoje, Sr. Presidente, os salários são de livre negociação. E o Relator reconhece no relatório que 52% dos acordos salariais feitos, no ano passado, mesmo no meio da crise, propiciaram aumento real de salário. Portanto, a livre negociação funcionou. E, antes da crise, 98% dos acordos salariais



propiciaram aumento real de salário. Portanto, no que diz respeito à renda brasileira, só existe mercado interno exatamente porque os sindicatos negociaram salários.

Mas o relatório diz que nós vamos ter liberdade de negociar e o que os sindicatos negociarem vai valer mais do que a lei. Aí parece que há uma contradição muito grande, porque diz que é livre a negociação, com o que concordamos, mas tira o recurso dos sindicatos. Não vou nem falar do empresariado, porque esse ainda tem o Sistema S, embora também tire o recurso dos sindicatos patronais. Como haverá livre negociação, se será retirado o recurso do sindicato?

Segundo, o Relator fala em 17 mil sindicatos. Pela proposta dele, nós vamos criar pelo menos mais uns 2 milhões de sindicatos, porque ele cria as chamadas comissões de fábrica, que terão todas as atribuições dos sindicatos. Portanto, a comissão de fábrica vai virar um sindicato e existirá em todas as empresas com mais de 200 trabalhadores. Quantas empresas há no Brasil com mais de 200 trabalhadores: 1 milhão, 2 milhões de empresas? Portanto, nós teremos 2 milhões de novos sindicatos criados. Ou seja, é uma incoerência o que o Relator fez.

Além disso, o Relator mexeu no vale-refeição. Por que mexer no vale-refeição, uma coisa que funciona tão bem hoje? Ele prevê o pagamento em dinheiro. O vale-refeição vai virar salário! Eu acho que votar a urgência hoje é um atropelo. Por isso, pedi para falar aqui pela Liderança. Nunca falo em plenário, pois prefiro conversar com os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputado.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA - A respeito do relatório do Deputado Rogério Marinho eu diria que há muitas coisas boas com que eu concordo. Todavia



há coisas que destroem a estrutura sindical e a organização dos trabalhadores do setor empresarial. Por que vamos fazer isso atropeladamente?

Então, quero pedir aqui tempo para discutirmos o tema, para mostrar aos nossos pares que há coisas boas no relatório do Deputado Rogério Marinho, só que ele destrói o principal, que é o recurso do sindicato e a organização.

Além disso, os sindicatos aqui representam a categoria. Nos Estados Unidos, eles representam os associados. Nós temos, então, que mudar a estrutura sindical. Vamos representar apenas os associados, porque ninguém trabalha de graça, senão o sindicato negocia para todo o mundo, mas quem paga é só o associado. Está errado isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Paulo Pereira da Silva, encerre a sua fala, por favor.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA - Peço a atenção dos nossos amigos, porque no relatório há vários defeitos que precisam ser corrigidos. Eu sou a favor da livre negociação, porque isso dá força aos sindicatos, mas não se pode querer destruir a estrutura sindical. Com isso não dá para concordarmos.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu gostaria de dizer que o ocorrido aqui hoje, na Chapelaria da Câmara, é de única e exclusiva responsabilidade do Sr. Michel Temer e do Governo Federal.

O enfrentamento entre polícias, em função de uma parte dos policiais lutar contra a reforma da Previdência — em que houve quebra de vidraças e balas que poderiam ter atingido qualquer um de nós —, é efetivamente da responsabilidade daqueles que querem implantar reformas sem uma discussão com o povo brasileiro.

Segundo, queria também dizer que essa reforma trabalhista leva o Brasil a um retrocesso, a condições de antes da década de 30. Nós estamos prestes a desregularizar inteiramente o trabalho do Brasil, nós estamos prestes a arrebentar com os sindicatos — ou, melhor dizendo, V.Exas. estão fazendo isso.

Inclusive, o orador que me antecedeu, sindicalista da Força Sindical, deveria sair da base do Governo imediatamente, porque vão acabar com os sindicatos ligados à Força Sindical.

Deputado Paulinho, os sindicatos de servidores públicos não têm, na sua maioria, imposto sindical. Mas há uma liminar do Supremo que garante, neste momento, uma das primeiras arrecadações do imposto sindical. A proclamada liberdade e autonomia sindical não pode servir para unir os patrões e dividir os trabalhadores.



Portanto, Deputado Ivan Valente, de fato, nada está normal, não está tudo bem. Estamos num regime autoritário, um regime em que reformas de fôlego são realizadas sem o debate com a população.

Deputado Rodrigo Maia, temos respeito e consideração por V.Exa. Mas quero, em nome do PCdoB, dizer a V.Exa. que o que foi feito aqui nesta tarde, colocando-se uma medida provisória em segundo plano em relação a uma urgência, uma matéria que pode ser regulada por medida provisória, é um atropelo constitucional, é um atropelo regimental.

Evidentemente ninguém está interessado no que estamos falando aqui. De fato, os cartazes atrás das cabeças coroadas são um incômodo. Mas é necessário dizer que a reforma trabalhista é um absurdo contra os direitos consolidados na CLT para os trabalhadores brasileiros.

O legislado passa a ser inferior ao negociado. Se o sindicato for forte e honesto, haverá negociação boa para os trabalhadores; se o sindicato for fraco ou desonesto, os trabalhadores, dispersos, estarão remetidos a um sistema primitivo, de quase escravidão.

A terceirização banalizada, o trabalho temporário banalizado irá levar ao contingente de milhões de trabalhadores precarizados. Eles também não se aposentarão, Deputada Jandira Feghali, em função da reforma da Previdência, que chamou a atenção do Brasil e que não vai ser aprovada aqui.

Esta Casa não pode se ajoelhar diante de uma injustiça dessa dimensão, que, cruzada com a reforma trabalhista, levará os mais pobres, os incautos, aqueles que recebem um salário mínimo a jamais terem direito à aposentadoria.



Portanto, quero dizer que essa urgência, além de antirregimental — porque não pode ser superada pela força da prioridade de uma medida provisória, como argumentei na minha questão de ordem —, é anticonstitucional e tira o direito do Parlamentar de emendar o projeto. Na Comissão, é preciso apenas um voto, mas aqui precisaremos de cento e tantos votos para inserir uma emenda à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Por isso, quero pedir a V.Exa., que já está com o painel aberto para a votação...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, o painel não está aberto.

A SRA. ALICE PORTUGAL - V.Exa. está com o encaminhamento aberto para a votação da urgência. Mas, na semana passada, V.Exa. abriu o precedente de que o encaminhamento aberto não faz parte da votação. Então, V.Exa. pode fechar o encaminhamento e dar o direito aos Parlamentares membros da Comissão de realizarem as emendas.

Se isso não for feito, pelo menos garanta as cinco sessões, para que os Parlamentares possam emendar a matéria após a votação da urgência, que é uma prestação de serviço que a bancada governista quer fazer, votando contra os trabalhadores.

Portanto, estou apelando para que V.Exa. pelo menos garanta o tempo das emendas aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada Alice, peço que encerre.

Vou passar à orientação de bancada. O tempo será de 1 minuto para cada Deputado. Não vou dar mais do que 1 minuto, para que possamos votar a urgência.



A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, só finalizo fazendo esse apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou propor um acordo.

Regimentalmente, aprovada a urgência, não se pode mais apresentar emenda na Comissão. Então, faço a seguinte proposta, para flexibilizar: mesmo aprovada a urgência, se essa for a decisão do Plenário, damos o prazo de até amanhã, às 17 horas, para que os membros da Comissão possam apresentar emendas ao substitutivo do Relator, já que, na terça-feira, o parecer será votado pelo Plenário da Comissão e, se obtiver apoio, na quarta-feira, pelo Plenário da Casa.

Acho que, com isso, todos ficam com o direito garantido de emendar lá e de emendar aqui.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Apesar do prazo pequeno, agradeço a V.Exa.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, não precisa haver apoio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - De forma individual, só dos membros da Comissão.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Era com relação a isso que eu tinha apelado na questão de ordem.

Obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancada. O tempo será de 1 minuto.

Como vota o PT?

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “não”, porque esse relatório conseguiu reunir uma série de disposições que estavam previstas em outros projetos de lei, uma série de excrescências que acabam com o Direito do Trabalho aqui no País.

Este substitutivo conseguiu piorar em mais de 20 vezes o projeto original. Não podemos nos curvar a esse ditame do Palácio do Planalto.

O Congresso não tem legitimidade para votar o projeto. O Presidente golpista, que hoje comanda uma quadrilha, não tem legitimidade para enviar para cá esse projeto que acaba com todos os postulados do Direito do Trabalho aqui no País.

Então, o PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD, Deputada Raquel Muniz?

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Rogério Marinho, Relator dessa importante Comissão Especial, da qual fiz parte, pela imparcialidade e pelo espírito democrático lá demonstrados.

O PSD vota “sim”, pela urgência para apreciação do PL da reforma trabalhista, especialmente por ele atender às novas profissões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)



O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se possível, peço que seja colocado “sim” para todos os partidos da base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o texto não prejudica o trabalhador, mas, pelo contrário, vai diminuir o número de desempregados. Ele moderniza uma legislação ultrapassada e só favorece o trabalhador brasileiro.

Até se pode dizer que, com relação à contribuição sindical, ele vai prejudicar essa (*expressão retirada por determinação da Presidência*) de sindicatos que existe por aí, fazendo o que quer neste País com o que recebe do trabalhador.

Trata-se de um projeto moderno, elaborado com muita inteligência pelo nosso Relator...

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero que o Deputado retire o termo “quadrilha” de sindicatos. Ele vai ter que retirar essa expressão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ALBERTO FRAGA - Não vou retirar, rapaz! O seu sindicato é uma (*expressão retirada por determinação da Presidência*). O seu...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pronto. Calma, Deputado Fraga! Como vota o PR? (*Pausa.*)

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós vamos retirar a palavra...



Como vota o PR? *(Pausa.)*

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputados! Deputados!

Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota “sim.”

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PSB, Deputado Bebeto? *(Pausa.)*

Como vota o PSB, Deputada Tereza Cristina? *(Pausa.)*

Como vota o PRB?

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vota “sim.”

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu não consigo me comunicar com V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. tem de parar a sessão. Nós temos de falar com tempo e com as pessoas nos ouvindo.

Isto aqui está uma anarquia. Vamos parar a sessão! Vamos parar a sessão! Querem tirar no grito o direito dos trabalhadores. Querem empurrar essa matéria goela abaixo.

É uma vergonha o que está acontecendo neste plenário. Esta é a verdade, Sr. Presidente. É uma vergonha o que está acontecendo neste plenário.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto é “sim” para os partidos da base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC lamenta que os argumentos contra este projeto sejam esses, essa gritaria. Não existe argumentação contra a realidade.

Só quem está contra o projeto são esses Deputados aqui da esquerda e esses sindicatos. O povo está a favor, o trabalhador está a favor. *(Apupos.)* Essa é a realidade. Vocês vão ver. O trabalhador está a favor

O PSC, por isso, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero me associar às palavras do Deputado Assis, quando ele faz a defesa da organização dos trabalhadores. Os trabalhadores fazem parte do povo.

Srs. Deputados, V.Exas. aguardem a greve geral no dia 28, para verem se o povo está contra ou está a favor desse projeto. V.Exas. vão ver a reação popular, a reação da sociedade contra essa tentativa de o capital se apropriar da força de trabalho.

V.Exas. querem alugar os trabalhadores, tirar os direitos dos trabalhadores, tirar o poder de negociar dos sindicatos. V.Exas. querem passar por cima da lei.



V.Exas. querem voltar à década de 30, a antes de 1º de maio de 1943, quando foi feita a Consolidação das Leis do Trabalho. Estamos no século XXI. E V.Exas. querem voltar ao início do século XX, para se apropriarem do trabalho humano.

O PCdoB vota “não”, contra essa urgência absurda, que é contra o povo e os trabalhadores!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na quarta-feira da semana passada, houve um acordo na Comissão da Reforma Trabalhista no sentido de que haveria a leitura simplesmente do texto do Relator e a apresentação das emendas.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra para orientar pelo Solidariedade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há um Deputado falando.

O SR. ARNALDO JORDY - Lamentavelmente, essa matéria não foi produzida de acordo com o que estava estabelecido.

Pergunto a V.Exa.: o que V.Exa. propôs, estendendo o prazo até amanhã, está pactuado?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, estou flexibilizando o prazo para que os Deputados da Comissão possam emendar o substitutivo.

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY - O PPS vai liberar os Deputados, Sr. Presidente, porque há posições divergentes na bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não está tudo bem. Não houve uma delação qualquer. Nós vivemos um momento de profunda crise, que atinge o coração também deste Parlamento.

Essa proposta incide, sim, sobre a jornada de trabalho, sobre o horário de almoço, colocando inclusive o negociado acima do legislado, enfraquecendo, portanto, os protagonistas menos organizados do lado do trabalho.

Querem acelerar a precarização de direitos trabalhistas para favorecer e facilitar o capital — aliás, o mesmo capital que suborna, que trabalha com propinas, que apodrece as instituições políticas deste País.

O PSOL não tem pressa, não tem urgência, senão a de fazer um bom debate, uma boa discussão inclusive na Comissão, sem golpe e sem atropelos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. MAJOR OLÍMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, embora o Solidariedade não tivesse orientado, foi colocado o “sim” para o partido porque foi uma orientação da base.

Mas deixamos muito bem claro que queremos discutir este projeto, que tem que avançar. Não dá para querer que votemos de afogadilho um projeto que trata das relações trabalhistas simplesmente porque o café da manhã, o café da vergonha, afundou, pois não havia 180 Deputados.

O Governo não vai conseguir votar essa vergonha da reforma da Previdência e não vai mexer no direito dos trabalhadores, fazendo com que haja alguma coisa alternativa. Já que não vamos votar, vamos votar isso agora.

Por isso, o Solidariedade vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?



O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vai votar “não” a este requerimento de urgência da reforma trabalhista.

Muitos Parlamentares aqui no plenário não acham que está tudo bem. Não é normal uma situação como esta, de um Presidente da República acusado de pedir 120 milhões de reais de propina por delatores da Odebrecht. Não aceitamos que, para desviar o foco dessa denúncia, queira-se tirar os direitos dos trabalhadores brasileiros. É o Governo ilegítimo tentando retirar direitos, para desviar o foco da corrupção. Não está tudo bem. Isso não é normal. É mais um golpe aqui nesta Casa.

A Rede vota “não”. E eu peço aos colegas que levantem os seus cartazes.
(Mostram cartazes.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- O PSB, Sr. Presidente, libera a bancada porque há uma divergência quanto à data, quanto ao cronograma da discussão. Não é o mérito que estamos discutindo. Nós somos pela reforma, mas gostaríamos de liberar a bancada neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

(Manifestação no plenário: Parabéns, PSB! Coragem, PSB!)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Aqui está a pesquisa Vox Populi: noventa por cento do povo brasileiro é contra rasgar a CLT! Noventa por cento do povo brasileiro é contra a terceirização! Noventa por cento do povo brasileiro quer novas eleições! *(Manifestação no plenário: Vamos votar!)*



Esta urgência é um golpe contra os trabalhadores do País. Pensem, Srs. Deputados, no que quer o povo. O Parlamento brasileiro, se aprovar esta urgência, vai virar as costas para 90% da opinião pública deste País.

A democracia há de vencer o golpe! Nós votamos “não” a esta urgência, “não” ao golpe contra os trabalhadores! *(Manifestação no plenário: Vamos votar, Sr. Presidente!)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero deixar bem claro que o partido liberou, mas Júlio Delgado vai votar “não” à urgência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do DEM, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi, de forma respeitosa e atenciosa, o discurso do Líder da Minoria e o discurso do Líder do maior partido de Oposição. Eu ouvi verdadeiras heresias, coisas que são inacreditáveis.

Eu gostaria que aqueles que estão na Oposição apresentassem um só direito trabalhista que esteja sendo retirado neste substitutivo para o qual estamos dando urgência.

Aqueles que não querem mudar estão com medo de uma coisa que vamos aprovar, que é o fim do famigerado imposto sindical, inspiração de Mussolini. Foi Mussolini que inspirou Vargas a criar o imposto sindical, para exercer o controle sobre os milhares de sindicatos, em sua maioria sindicatos de pelegos — de pelegos.

Os sindicatos que não são de pelegos, como a CUT, vão sobreviver. Os sindicatos que realmente fazem a defesa do trabalhador vão sobreviver. Aqueles que ficam disputando, na porta das empresas, quem vai receber o quinhão do imposto sindical não vão sobreviver.

Este recado também é para os sindicatos patronais. Os patrões que querem sindicato vão ter que pagar por seus sindicatos. Não são os trabalhadores e o povo brasileiro que vão pagar por isso.

A situação que nos deixaram os que estão na Oposição é a de um Brasil de 13 milhões de desempregados. O Brasil, que estava saindo da maior crise da sua história, desde 1902, quando começamos a medir os indicadores econômicos,



nunca tinha experimentado uma crise tão profunda, Deputado Marquezelli, como a crise em que o PT entregou o Brasil.

Eles não estão preocupados com a reforma, eles sabem que a reforma ajuda a gerar empregos. Eles sabem que, se nós aprovarmos as reformas, o Brasil de 2018 que eles vão enfrentar nas urnas será um Brasil que está crescendo 2% ou 3% e gerando empregos. E o povo não vai querer voltar mais à era petista. Eles sabem muito bem e, por isso, vieram desesperados para o plenário hoje.

Na Comissão, Deputado Macris, os debates eram mornos, as apresentações eram tranquilas. Eles não tiveram argumentos. Perderam no debate na Comissão e vão perder na votação, hoje, e quando votarmos o texto.

Presidente Rodrigo Maia, hoje fiz menção a V.Exa. falando na sessão em homenagem à memória de Roberto Campos. Roberto Campos inspirou Luís Eduardo, que foi Presidente desta Casa, o Presidente das reformas. V.Exa., que está sofrendo essa pressão dos que apresentam cartazes ao seu redor, demonstra uma paciência e um gosto pela democracia que só V.Exa. seria capaz de ter.

Eu acredito que os que estão levantando cartazes jamais geraram um emprego, jamais assinaram uma carteira — talvez nem tenham assinado a carteira da doméstica. São pessoas que não entendem de produção, que entendem de enganação.

Sr. Presidente, esses cartazes são um troféu para a sua democracia e para a vitória que vamos obter hoje.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Beбето.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apesar do encaminhamento feito pela nossa Líder, de liberar a nossa bancada, quero dizer que este tema divide a nossa bancada, que, na sua maioria, perfilou-se contra a urgência.

Considero que não há sentido em votar uma urgência, na medida em que o próprio Relator aprovou escopo de trabalho que previa para o dia 5 de maio a leitura do relatório. Portanto, ele próprio não dá consequência ao que propõe. Se ele está propondo a prevalência do negociado sobre o legislado, ele começa atropelando a própria negociação quando não respeita o calendário que ele próprio propôs.

Quero dizer que o meu voto nesta matéria é “não”, porque ela vai precarizar as relações de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Daniel Vilela, pela Liderança do PMDB. Tem preferência. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço 1 minuto, enquanto ele se dirige para lá. *(Pausa.)*

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venham ao plenário para votar contra este golpe. Senhoras e senhores da base do Governo...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Daniel Vilela, pelo PMDB.

O SR. DANIEL VILELA (PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente fazendo a defesa desta urgência, como Presidente da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, eu quero dizer que não somos nós Deputados que queremos a urgência deste projeto, é o Brasil que precisa urgentemente da modernização da nossa legislação trabalhista, principalmente os quase 13 milhões de desempregados, que querem no mínimo ter a oportunidade, com a possibilidade de ser gerado emprego neste País, de ocupar uma dessas vagas de emprego. *(Manifestação no plenário: É “sim”!)*

Quero daqui, como Presidente da Comissão, Sr. Presidente, fazer a defesa do bom debate que foi feito durante esse último mês na Comissão Especial. *(Manifestação no plenário: É “sim”! Vamos votar!)*

Acredito que chegamos àquilo que é o objetivo de qualquer Comissão Especial: exaurir o debate, promover a participação de todos os atores envolvidos no tema que foi proposto, para o que foi criada essa Comissão. Mais de cem pessoas, todas elas operadoras do Direito, pessoas que convivem e praticam diuturnamente o Direito do Trabalho no nosso País — juízes, procuradores, advogados, trabalhadores, empreendedores —, todos esses atores tiveram voz durante esses últimos 40 dias na nossa Comissão Especial da Reforma Trabalhista.

Deputado Júlio Delgado, foram ouvidas mais de 110 pessoas na nossa Comissão.

Quero daqui enaltecer o trabalho do Deputado Rogério Marinho, que apenas colocou em forma de substitutivo todos aqueles temas que foram amplamente



discutidos, debatidos e citados como problemas que existem hoje na anacrônica legislação trabalhista brasileira.

Nós precisamos reconhecer isso e precisamos reconhecer que era preciso de fato avançar em relação ao projeto inicial que foi encaminhado pelo Poder Executivo a esta Casa. Ninguém aqui é capaz de não admitir que com uma legislação que gera 4 milhões de novas ações trabalhistas por ano não esteja acontecendo algo de errado. A título de conhecimento, o segundo país em número de novas ações trabalhistas é os Estados Unidos, com 180 mil ações. O Brasil tem 4 milhões de novas ações trabalhistas a cada ano.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, vamos votar!

O SR. DANIEL VILELA - É preciso reconhecer o anacronismo da nossa legislação trabalhista, é preciso modernizá-la, é preciso trazer essa legislação datada de 1940 para o mundo moderno do trabalho, para as novas relações de trabalho.

Esse projeto foi construído a muitas mãos — como eu disse aqui, por vários operadores do Direito, por pessoas que conhecem profundamente os problemas da nossa legislação trabalhista, por juízes do Trabalho —, com sugestões inclusive do próprio Ministério Público do Trabalho, Deputado Gaguim.

O SR. ALBERTO FRAGA - Golpe é isso aí.

O SR. DANIEL VILELA - O projeto inicial tinha como *core*, como essência o acordado ter prevalência sobre o legislado. Foi sugerido, por exemplo, Deputado Perondi, pelo Ministério Público do Trabalho, que se colocasse também no texto aquilo que não pode ser objeto de acordo coletivo. O Relator, equilibrado como é, sensato como é, atendeu a esse pedido e apresentou não só aquilo que pode ser



objeto de acordo coletivo, como também aquilo que não pode ser objeto de acordo coletivo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. DANIEL VILELA - Sras. e Srs. Deputados, essa proposta de reforma trabalhista foi o terceiro projeto na história desta Casa em número de emendas apresentadas — mais de 850 emendas. Isso é a clara demonstração da demanda reprimida que nós tínhamos em relação à modernização da legislação trabalhista.

Eu não tenho a menor dúvida de que, aprovando esse projeto de reforma trabalhista, nós estaremos imediatamente dando uma injeção na veia do Brasil em relação à geração de empregos.

Quero daqui dizer aos colegas da base aliada deste Governo que podem todos ter a segurança, a convicção de que esse projeto, além de ser altamente positivo para o nosso País, em nenhum momento retira direitos dos trabalhadores, até por um argumento simplista: os direitos dos trabalhadores estão contidos na nossa Constituição, no seu art. 7º. E todos sabem que esse é um projeto de lei ordinária, portanto, sem competência para promover modificações na nossa Constituição. Todos os direitos dos trabalhadores estão garantidos.

E quero reforçar, Deputado Baleia, Líder do PMDB, a quem agradeço a oportunidade de representar o nosso partido como Presidente dessa Comissão, quero reafirmar as palavras do Deputado José Carlos Aleluia: vamos fazer um bom debate, um debate sério, correto.

Desafio os Deputados a subirem a esta tribuna e apontarem, textualmente, qual direito do trabalhador está sendo retirado com esse projeto de reforma trabalhista. Não venham com esse discurso de precarização. Não venham com esse



discurso de que estão sendo retirados direitos dos trabalhadores. Apresentem! Subam à tribuna e apontem onde, no texto de reforma trabalhista, estão sendo retirados direitos dos trabalhadores!

Não existe isso. Podem ter a segurança, a convicção de que não somente estão garantidos todos os direitos dos trabalhadores, como também de que, ao aprovarmos essa reforma trabalhista, estaremos fazendo uma das principais ações legislativas desta Legislatura perante o nosso País, perante, especialmente, aqueles desempregados que estão ansiosamente em busca de uma oportunidade para, aí sim, ter dignidade na sua vida.

Eu tenho convicção plena de que estaremos fazendo um bem para o País com a aprovação urgente desse projeto, no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Daniel Vilela, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Paulão, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Luiza Erundina, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



A SRA. PRESIDENTA (Luiza Erundina) - Passo a palavra ao Deputado Rogério Marinho, Relator dessa desgraça desse projeto de lei! (*Palmas e apupos.*)

(*Tumulto no plenário.*)

A Sra. Luiza Erundina, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deixem fazer a crítica. Ela exagerou, mas não vai exagerar mais.

Tem a palavra o Deputado Rogério Marinho. (*Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 230;

NÃO: 163;

ABSTENÇÃO: 1.

REJEITADA A URGÊNCIA.

(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)

(Manifestação no plenário: Fora, Temer!)



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em março deste ano, tive a honra de ser escolhido 1º Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Trata-se de Comissão permanente das mais relevantes desta Casa, com longa tradição, iniciada ainda no Primeiro Reinado, quando se chamava Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes. Ao longo do tempo, seu nome e suas atribuições têm se modificado, para acompanhar a evolução da sociedade brasileira.

Hoje a Comissão se ocupa do exame de amplo leque de matérias, que engloba, por exemplo: relações econômicas internacionais; ordem econômica nacional; política e atividade industrial, comercial e agrícola; sistema monetário, câmbio e reservas cambiais; tratamento preferencial para microempresas e para empresas de pequeno porte. E esses são apenas alguns dos temas de grande impacto no dia a dia das pessoas, temas com os quais a Comissão tem de se defrontar no cumprimento de sua missão institucional.

Reitero o compromisso assumido, ao tomar posse na Vice-Presidência desse importante colegiado, de conferir celeridade a todas as demandas ali apresentadas. Em parceria com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, pretendo fazer com que as propostas sejam analisadas de forma criteriosa, de modo a possibilitar o estabelecimento de uma pauta de prioridades para os diversos setores de atividade envolvidos com a Comissão.

Acredito que minha experiência na defesa dos direitos dos consumidores será



de grande valia para o enfrentamento desse novo desafio. Praticamente todos os assuntos de responsabilidade da Comissão têm influência na vida do cidadão consumidor. Nesse contexto, a busca de soluções e o estímulo ao debate, nos quais estamos sempre empenhados, devem contribuir para maior equilíbrio das relações que se desenvolvem no interior da sociedade.

No momento em que o Brasil atravessa uma das mais graves crises de sua história, destaca-se o sentido de nossa missão. Não há dúvida quanto ao papel que podemos desempenhar no processo de criação das condições de retomada do crescimento. E nosso papel não deve limitar-se ao plano econômico, mas também ao do atendimento das necessidades do cidadão.

Como prova de nossa disposição para o trabalho, menciono a aprovação de cinco projetos de lei pela Comissão, já no dia de minha posse.

Muitas outras iniciativas podem ser adotadas para solucionar os problemas que afligem os brasileiros e que têm ocupado o noticiário recentemente. Veja-se, a título de exemplo, o caso da operação Carne Fraca, que, apesar dos exageros, acabou chamando a atenção para irregularidades no setor. Também ressaltam as queixas contra as operadoras de telefonia, que têm se mostrado incapazes de prestar serviços à altura da expectativa de seus clientes. Como último exemplo, é preciso salientar a questão do endividamento excessivo e das altas taxas de juros, que tanto prejudicam famílias e empresas quanto o bom andamento de nossa economia.

Assim, são muitos os temas que teremos de apreciar ao longo deste ano. Espero que possamos fazê-lo com a devida celeridade, de modo a aliviar as dificuldades hoje enfrentadas pela população brasileira.

Muito obrigado.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos uma crise como nunca antes vista na história deste país. Nos nossos quinhentos e poucos anos nunca vimos tamanha retração econômica, uma dívida pública que vai se tornando impagável, Estados decretando calamidade financeira, 12 milhões de desempregados. São 12 milhões de brasileiros sem uma fonte de renda para colocar comida na mesa. No campo econômico, regredimos 2 décadas graças à ganância desenfreada das gestões que passaram nos últimos 13 anos.

Se não bastasse o atraso no campo econômico, temos ainda a Lava-Jato, que desenterra todo tipo de sujeira feita no nosso País com o dinheiro do cidadão brasileiro. É simplesmente o maior escândalo de corrupção do planeta.

Mas estes dois problemas, a crise econômica e a crise política, são decorrentes da gigantesca crise moral que vivemos. Muito maior que a crise econômica e a crise política é a crise ideológica de um país que virou laboratório da doutrina esquerdista que corrói cada valor que um dia tivemos. Para a esquerda vale tudo, tudo em nome da causa, vale inclusive desviar recursos públicos, porque para eles os fins justificam os meios. A maior prova disso é que, mesmo sabendo dos desmandos da era Lula, a militância continua o seguindo como zumbis, incapazes de se desvencilhar dos grilhões ideológicos que foram colocados. Acreditam piamente que dezenas de delatores e seis processos na Justiça são frutos de uma conspiração.

Dá para entender o porquê desse fanatismo quando olhamos para a nossa educação. Somos os piores em quase todos os quesitos. Mas somente educação não resolve.



A esquerda nacional e internacional repete diariamente que todos os nossos problemas se resolvem com educação, de preferência pública, pois assim podem controlar o que é ensinado. E é nessa educação que eles subvertem os valores morais da sociedade e formam hordas de militantes alienados que não conseguem interpretar um texto básico. Invertem a lógica do trabalho, colocando pessoas bem-sucedidas como vilões e criminosos como vítimas.

Mas educação não é a solução para a crise moral, pois diploma não é atestado de caráter. Quantos dos listados na Lava-Jato não são doutores em alguma coisa? Pelas minhas viagens Brasil afora, conheci inúmeras pessoas simples, sem diploma algum, e incapazes de roubar uma única bala da vendinha. Pessoas humildes que andam de ônibus, mas devolvem o troco errado ao cobrador.

Repito que diploma não é certificado de bom caráter. E caráter é algo que vem de família, vem de berço, Sr. Presidente. E todo o esforço que a esquerda fez nos últimos 30 anos em destruir a família, retirar dela a autoridade sobre a educação de seus filhos, faz seus resultados hoje. Uma juventude perdida nas drogas, no álcool, na prostituição e na criminalidade. Famílias inteiras arruinadas porque seus valores mais básicos foram destruídos pela ideologia que não quer formar cidadãos, mas, sim, formar militantes pela causa.

Podem gritar e espernear, mas o socialismo e o comunismo só trouxeram miséria e morte por onde passaram. Se o Brasil está hoje na lama, é porque os ditos intelectuais de esquerda fizeram o desfavor de destruir quase todos os valores morais da família brasileira.

Porém, desde 2013, mais e mais pessoas se levantam contra essa doutrina e essa ideologia. E eu, Marco Feliciano, Pastor e Deputado Federal, lutarei até o fim, mesmo que esteja completamente sozinho, para impedir que destruam e deturpem os valores morais de nossa sociedade.



O SR. DR. SINVAL MALHEIROS (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes ou que me ouvem pela *Rádio Câmara*, me veem pela *TV Câmara* ou me leem pela Internet, redes sociais e, inclusive, me acompanham por meio da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS e, em particular, ilustres cidadãos do meu Estado, São Paulo, que tenho o orgulho de aqui representar, uso hoje esta tribuna, com muita honra, para falar sobre a Associação Comercial e Empresarial de Catanduva, a ACE, entidade de classe com raízes profundas e compromissos com a história da cidade de toda a região noroeste do meu Estado.

A instituição foi fundada em 10 de agosto de 1930, fruto dos esforços de um grupo de empreendedores que buscavam uma associação que representasse os interesses da sociedade e da classe empresarial de Catanduva. Ela superou centenas de obstáculos ao longo dessa história e, até os dias atuais, há 87 anos, é responsável pelo desenvolvimento e o progresso socioeconômico desse amado Município. No início, o trabalho foi árduo. Mas, com o passar do tempo, as dificuldades foram superadas, e os objetivos, alcançados, resultado do empenho e do comprometimento de cada um desses catanduvenses.

Novos empreendedores se uniram. Os desafios e metas se tornaram cada vez mais ousados. E, assim, a ACE se estabeleceu no Município como sinônimo de confiabilidade, respeito, participação e apoio às mais importantes decisões não apenas da iniciativa privada, como também da esfera pública.

A instituição transmite a importância do associativismo, que oferece oportunidades constantes às empresas, empresários e empregados, além de união e incentivo à troca de ideias e, conseqüentemente, ajuda na busca por maneiras



criativas de superar barreiras.

A ACE, nobres Parlamentares, promove ambientes ideais para isso por meio de núcleos setoriais, reuniões de Diretoria e ações específicas para incentivar o consumo.

Outra iniciativa importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lançada durante a gestão Juntos somos mais fortes, biênio 2016/2018, e que já é uma referência nos quesitos empreendedorismo, associativismo e inovação é a Universidade Corporativa ACE.

Esta importante plataforma é constituída de uma série de cursos e eventos destinados aos associados da entidade e também às pessoas que buscam uma vaga no mercado de trabalho. Desenvolvendo um diferencial competitivo, a Universidade Corporativa ACE atua em três frentes: os cursos abertos e sob demanda, para atender quem busca colocação profissional; o Programa de Qualidade Ace, focado em cursos específicos para empresas associadas; e o Banco de Talentos, onde os currículos dos alunos que participaram dos cursos da Universidade ficam disponíveis às mais diversas empresas de Catanduva.

Somente neste mês de abril, várias atividades voltadas à qualificação estão sendo desenvolvidas pela Universidade Corporativa, todas elas ministradas pelos mais qualificados profissionais.

Nobres Parlamentares, quero ressaltar que essa Universidade, além de ajudar na construção de uma poderosa rede de relacionamentos, ainda colabora diretamente para amenizar os efeitos dessa terrível crise econômica.

Reconheço, desta tribuna, a importância da ACE para toda a cidade de Catanduva e região e o faço em nome do atual Presidente, Paulo Henrique Pacheco



de Mello, do Conselho Jovem Empresarial, de toda a Diretoria e funcionários.

Com 87 anos de existência, essa entidade permaneceu, acima de tudo, fiel aos princípios que nortearam a sua fundação, entre os quais se destaca a luta continuada pelo desenvolvimento local, pelos interesses da sociedade e da classe empresarial de Catanduva.

Muito obrigado.



O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o foro privilegiado está novamente em debate. Por isso quero reiterar que defendo sua extinção ou, pelo menos, uma drástica redução do seu alcance. Numa verdadeira democracia, salvo em casos muito específicos, não faz sentido oferecer a um grupo de agentes públicos tratamento judicial diferente do atribuído ao cidadão comum.

O foro especial por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado, já estava previsto na primeira Constituição brasileira, a de 1824, ainda sob o regime imperial. Na República, foi mantido pela Carta de 1889 e apareceu também nas posteriores, mas nunca de modo tão amplo como o estabelecido pelos Constituintes de 1988.

Estima-se que hoje, no Brasil, 22 mil funções dão direito a foro especial, começando pela de Presidente da República e passando pela dos membros do Congresso Nacional, dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e por mais uma longa lista, que não cabe aqui detalhar. É, sem dúvida, um exagero. Em vez de assegurar equilíbrio e estabilidade à administração pública, como alguns argumentam, está servindo principalmente para promover a impunidade.

O STF, em especial, tem mostrado poucas condições de realizar o julgamento penal de detentores de foro privilegiado. Lá, o recebimento de uma denúncia demora, em média, mais de 600 dias; nos juízos de primeiro grau, menos de 1 semana.

De 2001 a 2016, o Supremo recebeu cerca de 560 processos desse tipo. Em 2003, levava em média 277 dias para julgar cada um deles; em 2016, o tempo



médio de julgamento já havia subido para 1.200 dias. E, como o número de novas ações não para de aumentar, é possível prever que as prescrições de ações penais, já muito comuns, tendem a se tornar ainda mais frequentes.

As grandes mobilizações populares de 2013 incluíam, entre suas demandas, o fim do foro privilegiado. Na ocasião, manifestei aqui meu apoio à ideia, defendendo a imediata extinção dessa prerrogativa para os Parlamentares.

Passados quase 4 anos, o tema está outra vez em pauta, e mantenho a convicção de que não se justifica tal privilégio. No máximo, para evitar uma eventual influência de disputas políticas em ações judiciais, o foro privilegiado poderia ser mantido para crimes relacionados com a função, sendo os crimes comuns julgados normalmente nas diversas instâncias.

Creio que devemos tomar o quanto antes uma decisão a esse respeito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É o que a sociedade quer e é o que mais se coaduna com o regime democrático.

Muito obrigado.



O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Manaus sedia nesta sexta e sábado (21 e 22 de abril) o 4º Encontro Nacional de Líderes do Movimento Emancipa Brasil, com objetivo de fortalecer a união desses setores que vão atuar para aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) e do projeto de lei complementar (PLP) que regulamenta a emancipação dos Municípios. O evento será realizado no auditório Belarmino Lins, na Assembleia Legislativa do Amazonas — ALEAM, com a presença de representantes de todas as federações emancipalistas do País, além de Parlamentares.

Nos últimos anos, duas propostas sobre o tema foram aprovadas pelo Congresso, mas acabaram sendo vetadas pela então Presidente Dilma Rousseff. Agora, a previsão é de que o assunto volte à pauta em maio na Câmara dos Deputados. É fato que os critérios para a emancipação precisam ser revistos e o Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2015, prevê que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios só poderão ocorrer após a realização de Estudos de Viabilidade Municipal (EVMs), quantidade mínima de 5,9 mil habitantes e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos. Acho justas essas regras e por isso antecipo meu voto a favor do PLP e da PEC.

O Amazonas tem apenas 62 Municípios, incluindo a capital. Temos 45 Distritos que reivindicam a emancipação e destes destaco Puru-Puru e Janauacá (Careiro Castanho), Foz do Canumã e Axinim (Borba), Itapeaçu (Urucurituba), Novo Remanso (Itacoatiara), Matupi (Manicoré), Caviana (Manacapuru/Beruri), Campina do Norte (Manacapuru), Mocambo (Parintins) e Balbina (Presidente Figueiredo). São



Distritos que têm características próprias, atividade econômica expressiva e número de habitantes exigidos pela nova regra (5,9 mil). A falta de infraestrutura e serviços essenciais, como saúde e educação, e a distância dos seus Municípios sedes são motivos mais que justificáveis para a alçarem autonomia política.

Conheço a luta do João Tavares, o J. Lee, que preside a Federação das Associações de Desenvolvimento Distrital Emancipalista do Amazonas (FADDEAM) em nosso Estado, e de tantos outros. Estou nessa luta porque sei as dificuldades enfrentadas por quem mora nas zonas rurais dos Municípios e o quanto a emancipação trará desenvolvimento econômico e social para essas áreas.

Era isso que tinha a dizer!



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 079.3.55.O
Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 079.3.55.O
Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 18 de abril, às 18h52min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

Está encerrada a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 079.3.55.O
Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.)